

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

VANESSA GABRIELA SAGGIN

**POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL PARA A ECONOMIA INFORMAL: estudo de caso de Porto Mauá – RS**

Porto Alegre
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VANESSA GABRIELA SAGGIN

POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A ECONOMIA INFORMAL: estudo de caso de Porto Mauá - RS

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates

Porto Alegre
2009

VANESSA GABRIELA SAGGIN

POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A ECONOMIA INFORMAL: estudo de caso de Porto Mauá - RS

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 26 de março de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia
Universidade de Caxias do Sul -UCS

Profa. Dra. Dolores Sanchez Wünsch.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS

Àqueles que, ao meu lado, confiaram
e fizeram esta caminhada.

E a meu pai, Evalmir Luiz Saggin (*in memoriam*),
que me amparou nos primeiros passos,
mas não pôde vivenciar a alegria da chegada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, de maneira especial a minha mãe, Ana Maria, e ao meu irmão, Felipe. Em muitas madrugadas de estudo, quando a saudade posta pela distância se agigantava, às beiras de desistir eu recordava o amor, a confiança e todas as demonstrações de que vocês acreditavam no meu sonho, junto comigo. E, assim, eu tomava novos ares e seguia pelo caminho que escolhi trilhar. Obrigada por abdicarem dos próprios sonhos para abraçar o meu. Somente uma família que se ama muito compreende que o sucesso de um é o sucesso de todos.

Ao meu pai, Evalmir (*in memoriam*), que me ensinou o real valor do trabalho, demonstrando que eu só alcançaria meus objetivos se lutasse por eles como se disso dependesse minha vida. Pai, você participou dessa vitória, todos os dias nestes dois anos de mestrado. Você está em cada página desta dissertação. É meu presente a você, que me deu sempre muito mais do que pedi.

Agradeço a meu tio, Domingos, que, na ausência de meu pai, participou do processo de minha qualificação profissional. Tio Mingo, saiba que jamais poderei retribuir a confiança que depositaste em mim. Sempre foste meu exemplo de sucesso profissional e de caráter. Se hoje compreendo que, enquanto profissional comprometida com minha profissão e com os que a demandam, jamais deixarei de me qualificar, é porque tive como horizonte a sua imagem. Obrigada!

Ainda, agradeço a minha madrinha e comadre, Salete; seu esposo, Elemar, que é padrinho de coração, e ao meu afilhado lindo, Renan. Obrigada pelo carinho, pelas madrugadas na rodoviária a me esperar, e por estarem constantemente presentes em minha vida!

Ao meu querido e eterno professor, Dr. Edeimar Rotta, que foi deus o empurrão inicial nesta caminhada. Meu carinho, respeito e agradecimentos!

Aos colegas de mestrado, que vivenciaram diariamente comigo a experiência maravilhosa que nos foi possibilitada, e onde compartilhamos alegrias, debates, madrugadas de trabalhos coletivos, no MSN, além de “cafés regados a conversas” que poderiam durar todo o segundo período da aula: obrigada pelo companheirismo e pela convivência! A todos, desejo o sucesso que de fato merecem!

Agradeço ainda a professora Dra. Leonia Capaverde Bulla, pela oportunidade de participar enquanto bolsista de pesquisa do Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS), possibilitando a vivência da pesquisa na sua realidade concreta. Ainda, destino um abraço mui especial às queridas flores do NEDEPS, que tornavam o cotidiano mais agradável e familiar: Ana Paula, Potira, Mari, Renata, Dani, Raquel, Carol, Thaísa, Gisele, Eni, Paula: obrigada! À amada Ludmilla: sem vossa santidade o NEDEPS não seria nada! Um beijo enorme!

Às amigas, Aline, Andressa, Manuela, Márcia, Lu Basile, Elis: obrigada pelo coleguismo e amizade, por todas as gargalhadas e bons momentos!

Agradeço a minha queridíssima orientadora Jane Prates por ter sido orientadora, amiga e colega de profissão; pelas horas de atenção dirigidas ao meu trabalho, inclusive nas nossas longas madrugadas. A você, amada mestra, meu respeito, afeto e admiração!

Às professoras integrantes da banca avaliadora, Dolores e Vânia, agradeço a disponibilidade e as preciosas contribuições!

Às colegas de UFRGS, Lisete e Thaís, pela força, estímulo e carinho nos últimos momentos do mestrado. Y viva la revolución!

Agradeço aos professores que compõem o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelos momentos de debates propiciados no decorrer das aulas, pelas atividades que transcendem o ambiente físico da PUCRS e pela amizade e respeito que se edificaram nestes dois anos do Mestrado. Aos funcionários da Secretaria Ju e Antônio, obrigada pela atenção e paciência!

Ainda, agradeço ao CNPq, pela bolsa integral que me foi disponibilizada e que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

A todos que participaram e contribuíram, saibam, são lembrados! *Muito obrigada!*

Roncinante, o corcel de Dom Quixote, era só pele e osso:

- *Metafísico estás.*

- *É que não como.*

Roncinante ruminava suas queixas, enquanto Sancho Pança erguia a voz contra a exploração do escudeiro pelo cavaleiro. Ele se queixava do pagamento que recebia pela sua mão de obra, nada além de pancadas, fomes, intempéries e promessas, e exigia um salário decoroso em dinheiro vivo e sonoro.

Dom Quixote achava desprezíveis aquelas expressões de grosseiro materialismo. Invocando seus colegas da cavalaria andante, o fidalgo cavaleiro sentenciava:

- *Jamais os escudeiros estiveram a salário, e sim à mercê.*

E prometia que Sancho Pança ia ser governador do primeiro reino que seu amo conquistasse e receberia o título de conde ou de marquês.

Mas o plebeu queria uma relação trabalhista estável e com salário assegurado.

Passaram-se quatro séculos. E continuamos na mesma.

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente estudo discorre sobre as manifestações da economia informal que demandam a intervenção do assistente social na perspectiva da garantia de direitos. Para tanto, realizou-se um estudo de caso do município de Porto Mauá-RS, a fim de compreender a realidade dos trabalhadores inseridos em espaços informais de trabalho e os desafios postos aos assistentes sociais, objetivando apontar alternativas capazes de viabilizar a garantia de direitos da população trabalhadora. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e quantitativo em que foram realizadas entrevistas com nove trabalhadores informais residentes no município e uma abordagem aprofundada a partir da técnica de história oral, selecionados por amostra intencional; além de entrevista com uma assistente social, analisados através da técnica de Análise de Conteúdo, com base em Bardin (1979) e complementados pela análise dos documentos do Serviço Social. O método utilizado foi o dialético-crítico, cujas categorias centrais são historicidade, totalidade e contradição, trabalhadas de modo transversal ao longo de toda a produção, permitindo um estudo coerente com as transformações vivenciadas no mundo contemporâneo do trabalho e o desocultamento das novas formas de exploração do trabalho humano pelo capital. As inúmeras transformações ocorridas como resposta à crise estrutural do capitalismo, através da Reestruturação Produtiva, especialmente nas últimas décadas, produzem diversas formas de precarização do trabalho, como o aumento do trabalho informal. Esse contexto é condicionado pelo neoliberalismo que, por meio da desregulamentação e flexibilização do trabalho, incita a fragmentação da classe trabalhadora e reduz seus direitos já adquiridos para atingir a reconstituição do mercado com o mínimo de intervencionismo estatal, incluindo o setor de proteção social. A partir dos resultados desta pesquisa constata-se a relevância da “carteira assinada” para os sujeitos da pesquisa, como via de alcance de direitos trabalhistas e previdenciários. Possibilitou, ademais, visualizar o trabalho informal como expressão de resistência daqueles não inseridos no mercado formal de trabalho e, ao mesmo tempo, como expressão de desigualdade. A pesquisa ainda destaca que o assistente social tem a possibilidade, ao inserir-se neste espaço de trabalho, de privilegiar a efetivação dos princípios da profissão, fundamentados teórica e legalmente. A elaboração, gestão e aplicação de políticas, programas e projetos sociais, bem como a produção científica voltada à temática mostram-se como possibilidades de contribuição do assistente social na garantia de direitos dos sujeitos usuários de seus serviços. O desvendamento das contradições, a socialização de informações e o incentivo a organização política dos que estão na informalidade incita o debate sobre este controverso tema, que exige, além da abordagem do Serviço Social, a interlocução com as demais políticas públicas e categorias profissionais voltadas ao social, em prol do efetivo acesso aos direitos universais.

Palavras-chave: Serviço Social – Trabalho Informal – Garantia de Direitos.

ABSTRACT

This study deals with the appearance of informal economy that claims for the interference of a social assistant, in view of assuring the due rights of workers. This research, of the type case study, was carried out in the municipality of Porto Mauá-RS, intending to attain the understanding of the reality of the workers set in informal workplaces, and the challenges social assistants have to meet in order to be able to point out alternatives to make viable the assurance of the social rights of workmen. It is a qualitative and quantitative research brought about interviewing nine informal workers, residents in the named politic unit, as well as a deepened approach, based on the technique of verbal stories, selected through intentional samples, and an interview with a social assistant. The analysis was made using Bardin's Technique of Content Analyses (1979), complemented by the analysis of the documents of the Social Service. The methodology used was the dialectical-critical one, the core categories of which are historicity, wholeness and contrast, wrought transversally along the whole production, thus permitting a study coherently with the gone through transformations in the current working world and the disclosing of the new forms of exploring of human work by the wealth resources. The uncountable transformations occurred as replies to the structural crisis of capitalism, through the Productive Restructure, especially along the last decades, caused several forms of precariousness of work, such as the increase of informal work. This context is conditioned by the neo-liberalism which, by means of the uncontrolled regulation and flexibility of work, leads to the fragmentation of the working class and reduces the rights they already got to reach the rebuilding of the labor market with a minimum of state interventionism, including the section of social safeguard. Starting with the out comes of this research it becomes possible to get the subjects of this research perceive the relevance of their signed "ID Cards", as a path to attain their working and security rights. In addition, it makes possible to visualize informal work as a conveying of resistance of the workers not set in the formal labor market, and simultaneously, as expression of inequality. The research also emphasizes that the social assistant, by setting in this workspace gets the possibility of privileging the effectiveness of the principles of the profession, theoretically and legally based. The elaboration, administration and application of politics, programs, and social projects, as well as scientific production directed toward this thematic, show themselves as possibilities of contribution by the social assistant to assure the rights of the user subjects of his services. The disclosing of the contradictory elements, the socializing of information and the motivation, the political organization of those in informal situations, induces the discussion about this controvertible theme, that requires, besides an approach by the Social Service, the dialogue with the other public policies and the professional categories aimed to favor the effective access to the universal rights.

KEYWORDS: Social Service – Informal Work – Assurance of rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da Sede	135
Gráfico 1 - Evolução Populacional de Porto Mauá-RS	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos trabalhadores entrevistados.....	143
Tabela 2 - Distribuição dos sujeitos por faixa etária	144

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRABALHO E ECONOMIA INFORMAL	19
2.1 HISTÓRIA DO TRABALHO E SUAS CONCEPÇÕES E CONCEITOS.....	19
2.2 O DEBATE SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO PÓS- REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	33
2.3 O TRABALHO NAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	44
2.4 TRABALHO INFORMAL: CONCEITUAÇÃO	58
3 O ASSISTENTE SOCIAL E O PROCESSO DE GARANTIA DE DIREITOS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ECONOMIA INFORMAL	70
3.1 SERVIÇO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS.....	70
3.2 ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL	95
3.3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS.....	111
4 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E RESULTADOS	122
4.1 CICLO DE PESQUISA.....	122
4.1.1 MÉTODO.....	122
4.1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA	126
4.2 PROCESSOS E RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA.....	133
4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ.....	134
4.2.1.1 BREVE HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO.....	134
4.2.1.2 DADOS QUANTITATIVOS SOBRE O MUNICÍPIO.....	139
4.2.2 RESULTADOS DA PESQUISA.....	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICES	181

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre os desafios impostos pela economia informal¹ aos profissionais do Serviço Social enquanto manifestação da Questão Social², partindo do estudo de caso³ do município de Porto Mauá, pertencente à Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS). A partir do estudo proposto, objetivou-se compreender a realidade vivenciada pelos trabalhadores informais e os desafios que ela apresenta aos profissionais do Serviço Social, visando a potencializar a elaboração de alternativas capazes de contribuir para a garantia dos direitos da população.

Acredita-se que este trabalho possibilitou o desocultamento⁴ desta realidade através do aprofundamento teórico-empírico, gerando subsídios que podem contribuir para o planejamento ou aprimoramento de processos interventivos, em âmbito profissional, no sentido de contribuir para o fortalecimento dos sujeitos inseridos na economia informal. A relevância da discussão e estudo desta temática reside na crescente interligação entre as relações formais e informais de trabalho, que geram impactos desfavoráveis na vida e nas condições de produção dos trabalhadores, impactos estes agravados no Brasil a partir da última década.

As transformações sociais e do mundo do trabalho, decorrentes do processo histórico, legaram à sociedade contemporânea inúmeros produtos do capitalismo, dentre eles o aumento dos setores da economia informal. Este fenômeno é

¹ Conforme Prado (1994), trabalho informal é aquele que se realiza a margem da legislação trabalhista, mas sem violá-la, enquanto sua organização subterrânea implica uma violação habitual por parte das empresas que o utilizam.

² A questão social atualmente se refere basicamente às implicações decorrentes da produção e distribuição de riquezas, ou seja, das desigualdades sociais geradas pela má distribuição da renda entre os sujeitos (CASTEL, 2001). Essas manifestações podem ser constatadas pelas desigualdades sociais em suas múltiplas expressões sociais, originadas pelo conflito entre o capital e o trabalho, como o não acesso a direitos, a exploração nas relações de trabalho, o desemprego e o subemprego, a baixa qualidade de vida, as diversas formas de violência, entre outras.

³ Segundo Triviños (1990, p.134), “é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma *unidade* que se analisa profundamente”, e suas características estão relacionadas à natureza e à abrangência da unidade a ser estudada.

⁴ “O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas -, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação” (IAMAMOTO, 2008).

agravado pelo processo de Reestruturação Produtiva⁵, um conjunto de transformações ocorridas na sociedade mundial a partir da crise do capitalismo e do socialismo real, alterando profundamente o modo de produzir, as relações de produção, o conjunto das instituições e o cotidiano da vida da população.

A questão da economia informal enquanto precarização do trabalho é um fenômeno mundial, contudo, atinge de forma mais contundente países de capitalismo periférico, como o Brasil, uma vez que a lógica de redução dos custos da produção, em que se inclui a redução do número de trabalhadores, compõe o receituário neoliberal, e não a sua inclusão no mercado de trabalho. Para o capitalismo, é necessário que exista uma massa de trabalhadores ociosos dispostos a comercializar a sua força de trabalho por um valor ínfimo, de maneira a elevar o lucro do capitalista, por sua vez o Estado, minimizado, deve concentrar seus esforços para facilitar a produção e a sua circulação; logo, seus gastos, a partir desta perspectiva devem ser direcionados a construção de estradas, portos, enfim de infra-estrutura e não direcionados a manutenção da força de trabalho, já não mais necessária em volumes significativos como no período da revolução industrial.

A crescente flexibilização das relações de trabalho tem atuado como estímulo ao aumento da informalidade, sendo que esta é usada pelo capital para reduzir custos, intensificar a exploração do trabalho e transferir para o trabalhador uma parcela maior dos custos de manutenção e reprodução da sua mão-de-obra. Na medida em que objetiva reduzir os custos, elevando a produtividade, o capitalismo através da flexibilização produtiva, busca adaptar-se aos períodos de expansão/retração do mercado. Assim, a informalidade é relacionada às ocupações em que as relações de trabalho não obedecem às leis trabalhistas.

⁵ A crise do padrão de acumulação baseado no taylorismo/fordismo e no keynesianismo, eclode em meados da década de 1970, quando a economia mundial apresenta claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários e com uma mudança na distribuição do poder no cenário mundial (IAMAMOTO, 2007). Assim, a partir da emergência do Japão e da Alemanha no cenário econômico mundial e do desmonte do Leste Europeu, é estabelecida uma intensa concorrência por novos mercados, exigindo mudanças no padrão de produção. Conforme Iamamoto (2007), essa mudança na forma de organização da produção é qualificada de acumulação flexível ou toyotismo: almeja-se a flexibilidade no processo de trabalho e no mercado de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo. Foi impulsionado pela microeletrônica, pela informática e pela robótica. Esse processo gerou e aprofundou as desigualdades de desenvolvimento, modificando noções de tempo e de espaço.

Como produtos decorrentes deste contexto que caracteriza o trabalho verificam-se o aumento da precarização das condições de trabalho, a elevação dos índices de desemprego, a expansão significativa do setor terciário, a piora na situação redistributiva da renda e o crescimento das relações de informalidade no trabalho. Estes conteúdos constituem-se como expressões da Questão Social, objeto de trabalho do assistente social; logo, este profissional deve desenvolver competências para contribuir com seu enfrentamento.

Assim, a economia informal tornou-se uma alternativa paralela à chamada economia formal, a fim de suprir as necessidades sociais desses trabalhadores. Desta forma, os trabalhadores da economia informal no município de Porto Mauá estão postos à margem da legislação trabalhista e sofrem conseqüências do processo de reestruturação produtiva. Por outro lado, a fragilidade de iniciativas públicas que viabilizem alternativas de geração de trabalho e renda é também uma realidade, em que pesem os fatos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apontarem a necessária interface com a inserção produtiva para garantia de proteção aos sujeitos. O assistente social, por sua vez, tem como um de seus compromissos previstos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais contribuir com a qualificação das políticas públicas em que estão inclusas as alternativas de inserção produtiva como fundamentais na garantia de processos de inclusão, na perspectiva da cidadania.

Sendo assim, este estudo voltou-se à realidade da economia informal no município de Porto Mauá. Tal quadro constitui-se em um desafio ao profissional do Serviço Social, com vistas a produzir alternativas que contribuam para o fortalecimento dos sujeitos inseridos na economia informal no município e, ao mesmo tempo, possam dar visibilidade às possíveis contribuições dessa profissão para reduzir as desigualdades e fortalecer as resistências que conformam estes processos.

Portanto, partindo desta premissa, buscou-se investigar o tema e através de um estudo de caso, almejou-se apreender **quais as possibilidades de contribuição do Assistente Social para o fortalecimento dos sujeitos que**

participam das experiências de economia informal, na perspectiva da garantia de direitos.

De modo específico, objetivou-se problematizar a situação do mercado de trabalho e a emergência da economia informal; identificar as causas fundadoras do trabalho informal e verificar as possíveis relações com o processo de reestruturação produtiva; apreender as possibilidades de contribuição do trabalho do Assistente Social para o fortalecimento político dos sujeitos que vivenciam estas experiências; identificar a estrutura e as condições de trabalho possibilitadas neste contexto; avaliar as possibilidades de contribuição do assistente social, na perspectiva de ampliar a garantia de direitos aos trabalhadores da economia informal.

O estudo possuiu como interrogações que o nortearam, durante todo o transcorrer da pesquisa, as seguintes questões:

- Como se materializam as experiências de economia informal no município de Porto Mauá?
- Qual o significado atribuído pelos trabalhadores às experiências de economia informal?
- Quais as expressões de desigualdade e resistência que se manifestam nas experiências de economia informal?
- Como o Assistente Social pode contribuir para o fortalecimento dos sujeitos inseridos na economia informal com perspectiva de garantia de direitos?

O debate é iniciado, no primeiro capítulo, com a construção da base de toda a dissertação, a partir da apresentação de distintos conceitos de trabalho, utilizados por autores da linha de pensamento crítico, tornando o estudo fundamentado e coerente com a opção teórica da pesquisadora. Ao desenvolver uma linha histórica do surgimento e evolução do trabalho, bem como de seus processos produtivos, frutificados através da interação entre os homens nas relações sociais, a centralidade da categoria trabalho é reforçada, apesar dos esforços em negá-la,

advindos dos detentores dos meios de produção e compradores da força de trabalho. Essa intentada objetiva ocultar a subjetividade presente no trabalho, expressão dos sujeitos que o desempenham, tornando-o mercadoria passível de troca.

Parece contraditório que, neste contexto, o trabalho seja considerado “porta de saída” das políticas sociais, estando associado à emancipação e autonomia de seus usuários. O que ocorre é a incorporação de uma massa cada vez mais ampla e diversificada da população, excluída do mercado formal de trabalho em atividades de caráter informal. A informalidade possibilita a invisibilidade destes trabalhadores perante estatísticas e legislação nem sempre se constituindo como trabalho precário, mas é inviável alegar que garanta autonomia, sendo que esta não é possível em um sistema que se utiliza de mão-de-obra terceirizada e informal para afirmar e manter sua lucratividade e expansão. Para tanto, os conceitos de trabalho informal, emprego e desemprego, e trabalho precário são abordados ainda neste capítulo, introduzindo os demais que seguem.

Considerando que o objetivo central do processo investigativo foi apreender de que forma o trabalho do profissional Assistente Social pode vir a contribuir para a economia informal e aos sujeitos que nela se inserem, o segundo capítulo deste trabalho apresenta a relação entre o trabalho e a garantia de direitos. Através da análise das atribuições privativas e competências do Serviço Social, tendo em vista a demanda que se apresenta à categoria, no seu cotidiano de trabalho, foi possível elaborar a relação do trabalho do Assistente Social com a economia informal, enquanto manifestação da questão social, seu objeto de intervenção profissional. Essa produção teórica repercute diretamente nos processos de trabalho tão distintos da categoria, de modo que possibilita uma maior qualificação da prática do Serviço Social em um espaço sócio-ocupacional que se destaca à luz do contexto de negação da centralidade do trabalho vivenciado pela sociedade atual.

Para tanto, no terceiro capítulo serão apresentados os processos e resultados que emergiram a partir do desenvolvimento da pesquisa, bem como o ciclo investigativo. O método adotado para a pesquisa foi o dialético crítico, fundamentado, principalmente, na obra de Marx, mas também se utilizou a produção

de autores marxistas do Serviço Social, com a finalidade de embasar o estudo e possibilitar que a teoria crítica perpassasse todo o trabalho. A escolha por este referencial teórico justifica-se por permitir não apenas a análise da realidade da economia informal, mas permitir a elaboração de propostas interventivas, que beneficiem, no sentido da ampliação da garantia de direitos, aos que estão imersos na informalidade. Para a coleta dos dados, foram utilizados, como instrumentos e técnicas, entrevistas semi-estruturadas, história oral e análise documental, que serviram de ponte para a conjuntura apresentada no município de Porto Mauá, e aos documentos do Serviço Social, propiciando o alcance das conclusões desta Dissertação. Destarte, foi possível angariar maiores conhecimentos acerca da temática da economia informal, compreendendo o cotidiano dos sujeitos que a vivenciam, e vislumbrando novos processos de trabalho para o Assistente Social mediante problemática tão contemporânea e complexa.

Com base na compreensão da relação entre a economia informal e o capitalismo contemporâneo fica evidenciado o papel do trabalho informal no processo de acumulação. A economia informal, portanto, é um tema atual na transição do século XX para o XXI, mostrando-se fundamental o seu debate na imprensa e nas produções acadêmicas. Para o Serviço Social, que possui como objeto a Questão Social, é fundamental a análise e desenvolvimento de proposições quanto às possibilidades de inclusão social e enfrentamento das diferentes formas de precarização.

A economia informal expressa a Questão Social, seja porque ela é fruto da desigualdade, como por confrontá-la ao constituir-se como estratégia de sobrevivência, diante do contexto de desemprego estrutural. O Serviço Social, por sua vez, trabalha a partir do desenvolvimento de processos sociais, logo pode contribuir para qualificar espaços que valorizem a cooperação, o associativismo e os movimentos sociais.

Para tanto, o presente estudo objetivou não apenas problematizar a temática da economia informal, mas também dar visibilidade às possibilidades de contribuição dessa profissão para a problemática, no sentido de aportar possíveis

alternativas para a materialização do fortalecimento dos sujeitos ou para a redução de processos de desigualdade e vulnerabilização.

2 TRABALHO E ECONOMIA INFORMAL

2.1 HISTÓRIA DO TRABALHO E SUA CONCEITUAÇÃO

As sociedades modernas foram fundadas sobre a égide do trabalho. Porém, nem sempre o trabalho possuiu a configuração e valorização social que conhecemos na atualidade. Na Pré-História, quando a organização primitiva das primeiras relações básicas das sociedades humanas é detectada, apresenta mudanças significativas, pois os homens passam a realizar trabalho coletivo, a fim de alcançar a produção necessária para a sobrevivência do grupo. Com a sedentarização do homem, a prática da agricultura é desenvolvida sistematicamente, promovendo avanços na interação do homem com seu meio natural (OLIVEIRA, 1987), sendo realizada juntamente com a criação seletiva. Essas sociedades são também conhecidas como sociedades tribais e são citadas por Marx e Engels como as últimas sociedades desprovidas de classes, de modo que as relações internas dessas formações sociais estão baseadas no pressuposto de que o homem se efetiva por integrar-se à sociedade. Com o desenvolvimento das forças produtivas e com a fixação da propriedade privada, condição que possibilitou a formação e gradativa expansão dos excedentes, ocorre a desintegração dessa forma de organização social.

Na Grécia Antiga, o trabalho constituía-se como uma atividade degradante, sendo delegada às camadas inferiores da hierarquia social grega; de modo que o fator que propiciava as relações era o exercício da política, direito nato dos cidadãos livres, não sendo permitida a participação de escravos e mulheres neste processo. Como para os gregos a acumulação de riquezas não constituía sinônimo de felicidade, o trabalho tinha a função de manutenção da sociedade grega, embora a acumulação da riqueza se efetuasse a partir da utilização de trabalho escravo.

Seguindo através da história, a sociedade feudal⁶ organizava, através de uma hierarquia rígida, as suas relações de trabalho, estando dividida entre clero (prezava pelos valores morais e abominava o trabalho braçal), senhores feudais e servos e trabalhadores. Ainda neste período, o trabalho mantinha seu significado bíblico de castigo – “maldita é a terra por tua causa: com fadiga comerás dela todos os dias de tua vida” (GÊNESIS, 3:17). A origem latina da palavra trabalho está relacionada com seu caráter de punição, sendo que *tripalium* (triângulo utilizado na cabeça do boi para dar tração no cultivo da terra), e *trepalium* (instrumento de tortura formado de três pés) remontam à imagem de dor e sofrimento (OLIVEIRA, 1987).

A transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu por meio da adoção do mercantilismo, que consagra a intervenção econômica do Estado na agricultura, nas manufaturas, no comércio, permitindo a formação da burguesia, que, mais tarde, promove a revolução, ancorados pelo poder adquirido pelo acúmulo de riquezas. Assim, a substituição do Estado feudal para o Estado burguês marca a passagem para o capitalismo e sanciona juridicamente as alterações estruturais necessárias ao seu amplo desenvolvimento. Ademais, a plena efetivação do capitalismo e suas transformações serão discutidas de modo específico no Capítulo 3 deste trabalho.

Para tanto, a história do trabalho possui raízes profundas, localizadas nas necessidades advindas do homem que, ao buscar meios para satisfazê-las, marcou o princípio da produção da vida material. É através dessa busca, percebida historicamente em toda ação do homem, que a vida humana é possibilitada. Na medida em que alcança satisfação, as necessidades se ampliam aos demais homens, fundando as relações sociais, determinantes da condição histórica do trabalho (OLIVEIRA, 1987). Assim, o trabalho mantém-se subordinado ao modo de produção, modelos sociais historicamente limitados e suas conseqüentes organizações técnicas. Assim, “o modo de produção dominante, que convive com outros modos de produção subordinados, determina a organização e a execução

⁶ O feudalismo é marcado pela persistência de formas de coerção muito variáveis, traduzidas pelo trabalho compulsório sob relações de dominação e servidão. Essas relações se realizam essencialmente no campo, onde o produtor direto não é o proprietário da terra e trabalha para o senhor feudal sob formas de dependência social e jurídica legitimadas pelo poder político (OLIVEIRA, 1987, p. 48)

dos processos de trabalho” (OLIVEIRA, 1987, p.06), estes que são gerados pelas relações sociais.

É fundamental delinear um conceito básico da categoria trabalho para a compreensão da temática: por este entende-se toda a atividade do homem civilizado que modifica a natureza através do uso de sua capacidade racional (MARX, 1989). Na medida em que o homem molda a natureza segundo a sua vontade, extrai dela a sua subsistência, e ao modificar a natureza o homem se autoproduz, ao mesmo tempo em que se relaciona com outros homens, estabelecendo o fundamento das relações sociais. Conforme Marx (1989),

uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade (MARX, 1989, p. 202).

O trabalho enquanto categoria abstrata pode ser compreendido, de modo restrito, como “esforço físico ou mecânico, como energia dispendida por seres humanos, animais, máquinas ou mesmo objetos movidos por força da inércia (LIEDKE, 2002). É a partir da energia posta em movimento que ocorrem as transformações na natureza, necessárias para a manutenção da sobrevivência humana. Porém, delimita-se esta definição ao trabalho humano, entendido e descrito por Marx em *O Capital* como “atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana, individual e social” (MARX, 1989, p. 55).

O significado do trabalho para o trabalhador é uma das categorias explicativas da realidade considerada fundamental para a realização da pesquisa, sendo, que a partir dela, foi possível identificar como o trabalhador da economia informal se compreende na sociedade, pois “fala-se em trabalho a todo tempo e por toda parte” (CARMO, 1992, p.7). Na sociedade contemporânea, o trabalho é supervalorizado, por vezes considerado como a única forma de auto-realização do

indivíduo, além de estar relacionado diretamente com a manutenção e reprodução da vida deste, bem como está vinculado à sua capacidade de adquirir bens e serviços.

Assim, o trabalho inicialmente era considerado um meio de sobrevivência, mas com o desenvolvimento capitalista, passou a ser também o motor que gera o lucro, principal preceito do Capitalismo. Com o Taylorismo, os trabalhadores foram destituídos de sua capacidade crítica e criativa, através da implantação de um rígido processo produtivo, a fim de elevar a produtividade. Portanto, enquanto a atividade produtiva é para o trabalhador forçada e estranhada, porque é fardo, e nele não se reconhece (MARX, 1982), e não voluntária, sendo que não reconhece a si mesmo no produto de seu trabalho, para o capitalista é motivo de prosperidade, já que este produto não pertence ao trabalhador, mas ao capitalista que dele se apropria. Segundo Marx, no processo de compra e venda da força de trabalho ocorre uma troca de equivalentes (LIEDKE, 2002): o fetiche da mercadoria, neste caso, significa que, no processo de troca, é gerado um valor excedente apropriado pelo capitalista. Assim, o que o capitalista compra, no mercado de trabalho, é a força de trabalho, a capacidade de trabalho, e não o trabalho realizado. Desta forma, na sociedade capitalista, a força de trabalho é transmutada em mercadoria, mas o trabalhador não (LIEDKE, 2002).

Para tanto, o processo histórico pode ser compreendido através do modo que os homens produzem a sua riqueza e, portanto compõem as formas sociais, como o capitalismo, que estruturam as relações que subordinam os processos de trabalho em determinadas condições.

Entende-se por processo de trabalho aquele gerado a partir da interação entre o objeto, os meios, a força e do produto do trabalho. O objeto do trabalho é a matéria com que se trabalha⁷. Os instrumentos que o homem utiliza para realizar o trabalho sobre a matéria, bem como o ambiente de trabalho são os meios de trabalho. A energia humana direcionada ao processo é a força de trabalho, que difere do trabalho, pois este último é o rendimento da força de trabalho. Já, o

⁷ Matéria bruta é a matéria em estado natural e matéria-prima é aquela que já recebeu a ação do homem, mas ainda não foi transformada em produto (OLIVEIRA, 1987).

produto do trabalho é o valor produzido pelo trabalho, sendo ao mesmo tempo uma resposta às necessidades humanas (constituindo-se enquanto valor de uso⁸). Para tanto, é imprescindível destacar que o trabalho envolve tanto elementos concretos quanto subjetivos em suas etapas de desenvolvimento.

A partir disso, é interessante retornar a Marx e a sua concepção de trabalho concreto e abstrato:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 1989, p. 55).

Assim, o trabalho concreto se efetiva por meio do caráter útil do trabalho, em que o homem realiza trocas com a natureza, expressando a dimensão qualitativa do trabalho. Já o trabalho abstrato é a dimensão concreta, o real dispêndio de força humana produtiva, seja ela física ou intelectual, de modo que nesta todas as diferentes formas de trabalho concreto se desvanecem não se distinguindo uma das outras, constituindo apenas trabalho humano abstrato (ANTUNES, 2007, p. 84).

A mercadoria, produto passível de reprodução e venda em um mercado, contém em si as perspectivas de **valor de uso** e de **valor de troca**. A mercadoria é, ao mesmo tempo, um bem que satisfaz uma (qualquer) necessidade do homem e um bem que se pode trocar por outra. A mercadoria, na perspectiva do valor de uso, possibilita a satisfação de necessidades humanas básicas e a necessidade subjetiva de consumo. Assim, mercadorias são feitas não para serem consumidas diretamente, mas para serem vendidas no mercado. São produzidas para serem trocadas. Desse modo, cada mercadoria tem um **valor de troca**, este que expressa o seu preço, sendo a dimensão quantitativa da mercadoria, na medida em que somente o valor de uso não é comparável para a troca, devido às diferenças que

⁸ A base de cada sociedade humana é o processo de trabalho, seres humanos cooperando entre si para fazer uso das forças da natureza e, portanto, para satisfazer suas necessidades. O produto do trabalho deve, antes de tudo, responder a algumas necessidades humanas. Deve, em outras palavras, ser útil. Marx (1989) chama-o **valor de uso**. Seu valor se assenta primeiro e principalmente em ser útil para alguém.

apresentam entre si as mercadorias na satisfação das necessidades humanas. Para tanto, o valor de troca é a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de um outro tipo.

O valor-de-uso é a dimensão material da mercadoria, sua utilidade real. O que significa afirmar que “por suas qualidades, ela é útil” (SALAMA, 1975, p. 7). Porém, estando relacionada ao processo de produção, este que possui como força motriz a força de trabalho, o custo de uma mercadoria só pode ser medido a partir da quantidade de trabalho despendido à mercadoria. Dessa forma, o que é comum a todas as mercadorias não é o trabalho concreto de um ramo de produção determinado, mas o trabalho humano, de forma geral. Isso diferencia a mercadoria dos demais bens que também tem valor-de-uso para a humanidade, como o ar, a madeira, a terra (MARX, 1989).

A produção da mercadoria origina os valores-de-uso social e a forma geral do produto do trabalho passa a ter valores socialmente atribuídos que mascaram seu valor-de-uso. A satisfação de uma necessidade humana, que é o sentido do valor-de-uso da mercadoria, é também passível de transformações em seu significado social. Visto que o caráter social – dado pela produção social - é que atribui significado às necessidades, estas evoluem conforme a história das sociedades, de modo que os capitalistas são obrigados a criar novas necessidades, e assim novas mercadorias (SALAMA, 1975, p. 8).

A essência das relações sociais é assim determinada através dos meios materiais dos quais dependem a reprodução dos homens, na sociedade, que determinam também as relações dos homens entre si. O caráter da mercadoria demonstra mais esta contradição do capitalismo: o valor entre o necessário para sobrevivência e o que é socialmente determinado, e que possibilita a acumulação do capital.

Porém, a idéia de valor já era corrente dentre os homens, anteriormente à época contemporânea. A burguesia⁹ que emergia já se pautava na lei do valor-

⁹ O termo burguesia é descrito por Marx em sua obra e classifica os proprietários dos meios de produção. Portanto, visando honrar a produção marxiana, o conceito é utilizado nesse trabalho

trabalho, utilizando esta teoria para compreender os problemas econômicos e sociais do sistema. Ao alcançar o poder político, a burguesia passa a negar o argumento do valor-trabalho, em especial quando a luta de classes com os trabalhadores tornou-se mais acirrada.

Sob o domínio da classe dominante, o valor-trabalho deve ser ocultado em prol de explicações ideológicas que escamoteiam o cerne da questão: a exploração do trabalho do homem. Ao mesmo tempo, necessitam utilizar a força de trabalho para manter seus processos de acumulação. Esse entendimento das movimentações do capital é necessário para desvendar seus grilhões, assim como para manter o sistema. O movimento do capital se utiliza das suas próprias contradições para sua reprodução e manutenção. No acirramento destas, ocorrem alterações no seu ciclo, mas a fim de que se mantenha o processo de acumulação.

Assim, a origem da riqueza dos novos e velhos capitalistas é ocultada tal qual uma exploração mascarada; o que antes se constituía enquanto arma da burguesia ascendente, a teoria do valor-trabalho torna-se arma nas mãos dos trabalhadores. Somente a partir da teoria do valor-trabalho faz-se possível compreender a exploração do trabalho. Em realidade, a burguesia contrapõe essa afirmação, esta representada pelos teóricos do liberalismo, através da teoria do valor-utilidade¹⁰. A partir desse contexto, ocorre um debate rico e vigoroso entre marginalistas e marxistas; os primeiros, da Escola Neoclássica, aportando as ações da burguesia, e os segundos, da Escola Clássica, amparando as lutas das classes trabalhadoras.

A vertente marginalista adensou a defesa da burguesia, fundamentada pela teoria do valor-utilidade, retirando a idéia de valor de um comportamento subjetivo, a partir da relação do indivíduo com o meio físico. Esta relação apenas ocorre,

partindo da seguinte definição: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado” (MARX e ENGELS, 2008, p. 45). Ainda, por proletariado se compreende “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX e ENGELS, 2008, p. 45).

¹⁰ A teoria do valor-utilidade é uma concepção subjetiva do valor utilizada na teoria neoclássica. Segundo esta, o valor das mercadorias tem origem na satisfação que elas proporcionam aos consumidores. Portanto, nesta teoria, a distinção entre valor de uso e valor de troca não tem sentido, visto que os preços relativos são determinados a partir de uma concepção subjetiva do valor.

conforme esta vertente teórica, na perspectiva e na medida da satisfação das necessidades do homem. Desta forma, o grau de intensidade dessa relação de satisfação é proporcional ao nível de necessidades demandadas por cada indivíduo. Portanto, nesta teoria, a distinção entre valor de uso e valor de troca não tem sentido, visto que os preços relativos são determinados a partir de uma concepção subjetiva do valor.

Já a contribuição marxista para a classe trabalhadora reside na possibilidade de fundamentação da crítica ao capital explorador. Segundo a teoria de Marx, a idéia de valor de um bem produzível advém de uma relação social (estabelecida por proprietário x trabalhador), de modo a transferir o foco do individual para o coletivo. Desta forma, utiliza uma concepção objetiva de valor, onde o valor da mercadoria é função da quantidade de trabalho necessária, em média, para produzi-las (incluindo o trabalho necessário para produzir as matérias-primas, as máquinas). Por mercadoria entende-se todo bem produzido para ser vendido em um mercado, e suscetível de ser reproduzível em grande quantidade (SALAMA, 1975). Porém,

a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia (MARX, 1989, p.41).

Como a substância do valor é o trabalho, a medida de todo o valor é o trabalho necessário para a produção da mercadoria. Numa perspectiva marxista, o trabalho tem sempre um valor inferior àquele pelo qual é remunerado.

Ainda, para os marginalistas a idéia de valor se realiza no mercado, porém, no marxismo, o valor, sendo fruto de uma relação social, decorre do processo de produção e possibilita atingir o excedente. Na lógica marginalista, este excedente social é a renúncia ao consumo imediato, tanto para o empresário quanto para o trabalhador. Na visão marxista, o excedente social é a diferença entre o produto social e o produto socialmente necessário (aquele que é remunerado à mão-de-obra).

Assim, a origem da mais-valia é a exploração da força de trabalho, que é comprada pelo seu valor através do pagamento do salário. O salário que o trabalhador recebe deveria, portanto, ser equivalente à quantidade de trabalho necessária à produção dos bens que ele produz para o capitalista e que este venderá depois no mercado. Todavia, isto não acontece, pois se assim fosse, o capitalista não obteria lucro. O trabalhador apenas recebe, sob a forma do seu salário, o equivalente a uma parte do valor que produz - o restante é apropriado pelo capitalista, sobretrabalho este designado de mais-valia.

A mais-valia é, portanto, a parte do trabalho efetivamente realizada pelo trabalhador pela qual ele não recebe uma compensação, configurando uma situação de exploração e contribuindo para a composição do lucro do capitalista. Assim sendo, o salário que o trabalhador recebe corresponderá apenas à quantidade de trabalho necessária para produzir as mercadorias que ele necessita obter para assegurar a sua sobrevivência e a da sua família. Os salários poderão ser mais ou menos baixos, consoante os mecanismos da oferta e da procura de trabalho, mas pela própria lógica de funcionamento do sistema capitalista, tenderiam a ser, cada vez mais, salários de sobrevivência. Isto é, salários pagos pelo capitalista apenas como forma de garantir que a força de trabalho, de que necessita para obter o seu lucro, mantenha a sua subsistência, de modo a possibilitar a sua reprodução, garantindo assim o funcionamento do próprio sistema. Assim, do mesmo modo que custeia a manutenção de prédios e máquinas, custeia a manutenção da vida humana como parte dos meios de produção que dispõe, sem diferenciá-la dos demais.

Com o aumento da produtividade e da eficiência do trabalhador, eleva-se a apropriação da mais-valia e, portanto, do capital. O custo de produção das mercadorias e a margem de lucro são as principais origens do valor que compõe o preço de venda das mercadorias, de onde provém o lucro do capitalista. Sendo assim, a apropriação da força de trabalho através do salário pelo capitalista é o que permite a acumulação do lucro.

O capitalista utiliza três estratégias para aumentar a mais-valia: através da ampliação da jornada de trabalho, esta denominada **mais-valia absoluta**, que

encontra entraves no limite da saúde física do trabalhador e nas resistências que estes realizam a partir de sua organização contra a exploração do trabalho. Na perspectiva absoluta, outra forma de aumentar a mais-valia é intensificar o trabalho, como o que previa o sistema taylorista, modelo de administração que racionaliza o processo de trabalho, entendendo o trabalhador como apenas mais uma peça da engrenagem de um sistema fechado. O limite deste sistema, para Salama (1975), é a impossibilidade de aumentar de maneira indefinida os ritmos de trabalho dos trabalhadores na medida em que utilizam um maquinário que não pode ser aperfeiçoado, bem como o desenvolvimento das lutas operárias, em que esses trabalhadores, de modo individual ou coletivo, decidem diminuir o ritmo de sua produção.

Já a **mais-valia relativa** consiste no aumento da produtividade através da diminuição da força de trabalho empregada, com o aumento da mecanização no processo produtivo. Esse aumento da produtividade diminui o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. Como requisito, necessita de mão-de-obra especializada e polivalente, de modo que tende à redução do número de trabalhadores envolvidos no processo. A partir desse conjunto de fatores, aumenta a composição orgânica do capital, este que é calculado através da soma do capital constante (utilizados constantemente na produção, subdividido em fixo – máquinas, instalações – e circulante – que varia no nexos temporal, como as matérias-primas) mais o capital variável (força de trabalho, mão-de-obra). Em decorrência da diminuição no tempo gasto na produção, o valor da força de trabalho diminui, o que produz um aumento na diferença da distribuição de renda, melhorando a rentabilidade do capitalista e construindo uma “pauperização relativa” (SALAMA, 1975, pg.54) dos trabalhadores, ampliando a distância existente entre as condições de vida dos capitalistas e dos trabalhadores. Isso é facilmente comprovado quando vemos a disparidade de renda dos trabalhadores em relação aos detentores do capital (SALAMA, 1975).

Portanto, ao passo que o processo de exploração/acumulação – gerador do lucro - é o motor da produção capitalista, compreende-se que o principal interesse do capitalista é a produção de mais-valia. É possível afirmar que, no modo de produção capitalista, a produção visa de modo único a extração da mais-valia, que

constitui a forma típica do excedente econômico nesse sistema. Para tanto, o capital constante é requisito necessário para a produção de mais-valia, porém não é condição suficiente, de modo que esta é representada pela força de trabalho, a partir da qual a mais-valia é criada. Desta forma, o capital não explora o capital constante (os meios de produção, ou seja, o trabalho morto), mas sim a força de trabalho (o trabalho vivo). Essa exploração é materializada através da compra da força de trabalho pelo seu valor de troca pelo capitalista, e pela apropriação de todo seu valor de uso, que resulta na criação da mais-valia. De modo que,

quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho (MARX, 1989, p. 202).

Ao falar-se de trabalho, é necessário que abordemos também situações de não trabalho, ou seja, o desemprego, o trabalho temporário e a informalidade, que podem ou não apresentar aspectos de precarização.

O aumento do caráter precário das relações de trabalho pela ampliação do trabalho assalariado sem carteira assinada e do trabalho independente (por conta própria) caracterizam a precarização das condições de trabalho. É identificado pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa e em tempo parcial, aquele que se denomina vulgarmente de “bico”. Em geral, não ocorre a contribuição previdenciária e, portanto, não existe a garantia de acesso à aposentadoria, nem outros direitos vinculados ao trabalho formal.

O emprego é a forma institucionalizada da negociação de compra e venda da capacidade física e intelectual do trabalhador - fundamentada na propriedade privada dos meios de produção -, em prol da sua subsistência. A forma assalariada e institucionalizada de trabalho possui maior valorização social, tornando-se referência para a constituição da subjetividade do sujeito no decorrer do seu processo de socialização. Assim, ao deter tamanha relevância no desenvolvimento emocional e social dos sujeitos, a ausência de emprego também se revela significativa para a sociedade. O desemprego não apenas é a ausência de

atividades laborais, mas se constitui também enquanto um status social inferiorizado.

Da mesma forma, o trabalho temporário pode ser percebido como uma manifestação da sociedade moderna, na medida em que é uma forma de flexibilização do trabalho, com vistas a rebaixar os custos de produção, isentar o empregador das responsabilidades trabalhistas para com o trabalhador, e assim possibilitar uma maior margem de lucros à empresa. O trabalho temporário foi criado pela Lei nº. 6.019/74, em 03/01/1974, e basicamente consiste em uma relação triangular, em que se relacionam: o trabalhador temporário, a empresa de trabalho temporário e o cliente contratante do serviço. No meio rural, cujas atividades laborais, em sua maioria, não são regularizadas, impera o contrato verbal de trabalho temporário.

Por fim, a forma de trabalho não regulamentada, que por vezes está situada às margens da legalidade, é intitulada trabalho informal. Durante as primeiras três décadas do século XX, o trabalho constituía-se em uma mercadoria livremente negociada, já que leis e contratos coletivos eram praticamente inexistentes. No decorrer das décadas de 1930 e 1940, o corporativismo do Estado de Vargas estabeleceu no Brasil um amplo Código de Leis do Trabalho¹¹ (CLT) pelo decreto nº. 5.453, de 1º de maio de 1943. A partir disso, as noções de "formalidade" e "informalidade" foram historicamente construídas (FERRARI, NASCIMENTO e MARTINS, 1998).

É a partir do governo de Vargas que se inicia um longo período durante o qual foi ativada uma política trabalhista exercida em amplitude desconhecida para o país. Essa política trabalhista possuía a intenção de substituir a ideologia dos conflitos, que, por vezes, conduziam a discussão ao patamar político através de uma filosofia de integração das classes trabalhistas e empresariais, que seriam organizadas pelo Estado sob a forma de categorias, segundo um plano denominado enquadramento sindical. Esse processo é reflexo das lutas trabalhistas de períodos

¹¹ Atualmente, discute-se a "reforma trabalhista", que tem por objetivo a destituição de diversos direitos adquiridos pelos trabalhadores. Os defensores desta reforma afirmam que a CLT gera custos excessivos às empresas, o que ampliaria a utilização de mão-de-obra informal.

posteriores, que possibilitaram uma abertura para o diálogo e implementação de leis e garantias de proteção ao trabalhador, ao mesmo tempo em que o Governo mantinha um controle acirrado sobre as atividades realizadas pelos sindicatos, em uma perspectiva repressora. Assim, a legislação do trabalho implantada durante o primeiro governo de Vargas fundamentou a estrutura complexa que hoje caracteriza as relações de trabalho no país. Para uma parcela da população instituiu-se a garantia de férias pagas, aposentadoria e assistência médica, e por outro lado, são criados tribunais específicos para questões trabalhistas, além da organização sindical estimulada no período Vargasista, mesmo que sob a ótica do controle governamental sob as ações dos trabalhadores (FERRARI, NASCIMENTO e MARTINS, 1998).

Na década de 1970, o perfil do mercado de trabalho no país já era claramente dual: a maioria dos trabalhadores industriais havia sido incorporada ao mercado formal, bem como expressiva parte dos trabalhadores do setor de serviços. Além disso, o processo simultâneo de urbanização diminuiu de modo significativo, e em poucas décadas, o número de trabalhadores rurais, os quais se encontravam fundamentalmente no mercado de trabalho informal, ou em outras relações não propriamente contratuais de trabalhos familiares, em economias de subsistência e com práticas "contratuais" tradicionais. A urbanização e a industrialização ampliaram também a massa de trabalhadores subempregados, mal incorporados ao mercado de trabalho.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela crise externa do capitalismo que se inicia em 1973, com a primeira crise do petróleo, o que se expressa internamente no Brasil pela estagnação do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), crise fiscal-financeira do Estado, inflação descontrolada, ampliação da pobreza e das desigualdades sociais e de renda. Tem-se nesse período, conforme destacam Silva e Yazbek (2006, p. 11), “uma conjuntura de desestruturação do trabalho urbano, marcada por restrições macroeconômicas”, o que resulta na interrupção do desenvolvimento sustentado e na oferta excedente de mão de obra. Como decorrência do esgotamento do padrão centrado na industrialização acrescido do desmonte do projeto nacional desenvolvimentista e a opção por um projeto liberal-internacionalista, a partir dos anos 1990, o Brasil alinha-se ao movimento

geral de globalização financeira. A consequência maior desse processo de desmonte e inclusão subalterna, conforme apontam as autoras, “é o desenvolvimento de alterações de grandes proporções no mundo do trabalho”, tais como os ressaltados por Cardoso Júnior (apud SILVA e YAZBEK, 2006, p. 11-12) entre os quais:

- a) o crescimento patológico do setor terciário, comércio e serviços (terceirização), com destaque ao comércio ambulante e serviços pessoais;
- b) crescimento da informalidade nas relações de trabalho informalização das relações;
- c) aumento dos níveis de desocupação (...) e do desemprego aberto;
- d) piora na qualidade dos postos de trabalho, com precarização nas relações de trabalho, baixa remuneração, instabilidade e ausência da proteção social;
- e) estagnação relativa dos rendimentos do trabalho;
- f) piora relativa da situação redistributiva, com concentração funcional da renda direcionada em favor do capital;
- g) mudanças nos padrões de mobilidade social intergeracional, com aprofundamento de mecanismos de segmentação e discriminação no mercado de trabalho (CARDOSO JÚNIOR apud SILVA e YAZBEK, 2006, p.11-12).

Apesar de ampliar-se, de forma significativa, em escala mundial, o conjunto de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, alguns autores têm defendido a idéia de perda de centralidade da categoria “trabalho”, da perda de relevância do trabalho como elemento estruturante da sociedade (ANTUNES, 2007). Porém, o que ocorre é uma tentativa do capital de esvaziar o significado social do trabalho, extraindo dele a capacidade de produzir as relações entre os homens, coisificando-o ao tempo em que naturaliza seu processo de flexibilização e precarização.

2.2 CENTRALIDADE DO TRABALHO PÓS-REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A mola propulsora do processo de Reestruturação Produtiva foi a paralela expansão da globalização (NARDI, 2006), de modo que esta não pode ser compreendida como um fato novo, pois é uma característica que marca o nascimento do capitalismo (HOBBSBAWM, 1996). A globalização caracteriza-se pela política de abertura dos mercados, cujos preceitos éticos seguem aqueles postos

pelo livre mercado, renegando a Questão Social. Foi o processo de ampliação da globalização que permitiu a redistribuição da divisão internacional do trabalho, bem como serviu de estratégia de dominação e superação da crise do fordismo, na década de 1970, a partir da exploração de novos mercados, em uma perspectiva que não impõe fronteiras para tal.

Assim, a partir da Reestruturação Produtiva ocorreram inúmeras transformações, tanto em âmbito global quanto local, relacionadas ao modo de produção, às relações produtivas, ao caráter das instituições e da vida social da população. Com estas mutações, a dinâmica do mundo do trabalho também vem se modificando, criando um novo contexto, onde crescem a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, a flexibilização dos contratos de trabalho, a fragilização da legislação trabalhista e a implementação de políticas públicas neoliberais. A partir dessa conjuntura, os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho foram privados não apenas de condições básicas para a sua sobrevivência, mas também sofreram restrições quanto aos seus direitos fundamentais.

A partir da chamada Terceira Revolução Industrial (ANTUNES, 2007), instaura-se um novo padrão tecnológico e organizacional, sendo que as expressões do capitalismo, tanto no trabalho produtivo quanto no improdutivo, no âmbito formal ou informal, estarão imbricados e subordinados ao capital. O capitalismo, neste período, apresenta como características a descentralização produtiva (rede de pequenas unidades de produção), a incrementação tecnológica e a utilização da terceirização (estratégia que visa poupar mão-de-obra).

Conforme Antunes (2007), inúmeras transformações vêm ocorrendo, como resposta do capital à sua crise estrutural, sendo fundamentais nesta passagem do século XX para o XXI. A que possui relevância central está relacionada às mudanças no processo de produção do sistema capitalista e as suas refrações no processo de trabalho (ANTUNES, 2007). Essas transformações ocorreram através dos avanços tecnológicos, da implementação de formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao taylorismo/fordismo, em especial, o toyotismo (ANTUNES, 2007).

Denomina-se reestruturação produtiva um conjunto de inovações de natureza tecnológica organizacional e também de mercado, que dá fundamento às transformações hoje em curso em nível global no mundo do trabalho (PRADO, 1999). Ela, portanto, não se resume à questão tecnológica, embora esta constitua um de seus elementos fundamentais.

Baseada na separação de tarefas entre os trabalhadores, especificando atividades separadas para supervisão e montagem, a teoria de Frederick Taylor visava a um modo de o trabalhador produzir mais e com maior qualidade (HARVEY, 2003). Paralelo a isto deveria haver a redução dos gastos desnecessários tanto de tempo como de material e da própria energia física e mental do operário, chegando a uma situação de concordância entre sua vontade de produzir e a necessidade da fábrica.

O Taylorismo foi primeiramente o introdutor do incentivo salarial ao trabalhador, no qual era estabelecido que quanto mais ele produzisse, maior seria sua recompensa financeira, ou seja, o trabalhador era pago pelo número de peças que produzia ou pelo número de horas efetivas de serviço (PRADO, 1999).

Somando-se a isso o trabalhador era afastado do controle sobre o produto inteiro, restringindo-se apenas ao conhecimento de uma parcela da produção, sendo assim de menor valor ao empregador, que poderia substituí-lo por outro operário caso desejasse, pois seu treinamento não possuía muita complexidade (PRADO, 1999).

Apresentando resultados satisfatórios, alguns dos fundamentos do Taylorismo foram utilizados em um outro regime de produção: o fordismo.

Organizada em 1903, graças ao financiamento de um grupo de investidores, a *Ford Motor Company* contava inicialmente com sete funcionários. Com o

crescimento das vendas foram contratados mais empregados, e quase mil carros foram construídos em seu primeiro ano de funcionamento (PRADO, 1999).

Ford iniciou experiências de métodos para reduzir o tempo de montagem de um carro. Lembrando-se de um matadouro que havia observado, e de como a carne era transportada por meio de roldanas para o estabelecimento de embalagem, idealizou uma aplicação para sua fábrica. Colocou a caixa do único magneto da roda da direção numa correia movediça que a fazia passar por diversos mecânicos, cada um executando uma operação de montagem (PRADO, 1999). Tal sistema obteve tão bons resultados que foi adotado em outros departamentos, até que a “fabriqueta” de Ford tornou-se o primeiro centro fordista da história, um sistema que deveria organizar o trabalho com a intenção de extrair o máximo dele.

Era a vitória do capitalismo do século XX: a modernização constante da produção e dos produtos chegando ao ideal de tecnologicamente avançado com o economicamente viável, permitindo não só munição para a concorrência como também maior difusão (via maior aquisição de produtos) da empresa (HARVEY, 2003). Isso explica porque no século XX a ciência multiplicou-se mais do que em qualquer momento da história do homem.

Este regime produtivo que além da produção em massa tinha por base a redução dos custos e o aumento salarial mantinha também altas taxas de investimento que possibilitavam o emprego de cada vez mais mão-de-obra, sendo denominado finalmente de fordismo. E este foi o clímax da fase das grandes corporações, com imenso proletariado, descentralizado do centro da economia por ser monovalente. Esse proletariado organizou-se em grandes sindicatos, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho (HARVEY, 2003).

Logo, ao mesmo tempo em que a desigualdade era ampliada pelo sistema capitalista, como contraponto as resistências eram forjadas, constituindo a questão social.

Vale ressaltar que no início dos sistemas, tanto para Ford quanto para Taylor, apesar de os trabalhadores receberem salários mais altos, operavam em ambientes insalubres que prejudicavam seu desempenho, além de acarretarem diversos problemas de saúde. Além disso, executavam tarefas extremamente intensas e repetitivas, sofrendo um desgaste físico e mental. O trabalhador, sob este método de trabalho, é forçado por sua consciência a dar tudo de si para obter lucro considerável, entretanto seu trabalho era sem criatividade, maquinal. E como já era acessível a uma massa social mais abrangente, vigorou o inevitável binômio do sistema capitalista: quanto maior a procura por serviço, isto é, o excedente, menos valorizado era o trabalhador na forma do salário.

Marx (1989) resalta em sua obra que, quanto mais se desenvolve o capital, mais pobre se torna a vida dos trabalhadores. Assim,

O operário moderno, (...) ao invés de ascender com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador se torna um pobre, e a pobreza se expande ainda mais rapidamente que a população e a riqueza (MARX e ENGELS, 2008, p. 56).

Com o aparecimento dos elementos que indicavam o esgotamento do padrão de acumulação fordista renascem as críticas de cunho neoliberal ao intervencionismo keynesiano, fundamentadas nas formulações de Hayek¹² (apud PRADO, 1999). A transição começa a partir do início e de meados dos anos 1970. Afinal, Marx e Engels (2008) destacam que o capitalismo não pode existir sem revolucionar, de maneira constante, seus instrumentos de produção, bem como as relações de produção, e assim, as relações sociais.

¹² Queda de produtividade, surgimento de grandes déficits públicos nos países desenvolvidos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, o que passou a gerar problemas no financiamento das políticas sociais. A origem desses déficits remonta, em grande parte, aos esforços das guerras da Coreia e do Vietnã, que exigiram um aumento significativo dos gastos com o complexo industrial-militar. Outro sinal do esgotamento do padrão foi a desestabilização da moeda norte-americana, com o rompimento da equivalência dólar-ouro.

Dessa forma, a partir da análise dos problemas estruturais do fordismo/taylorismo, surge a chamada automação flexível, com base técnica na microeletrônica, que permite ganhos de escala, mesmo com a diferenciação dos produtos. Ou seja, ela abre caminho para gerar rendimentos crescentes, mesmo com a produção de quantidades menores do mesmo produto. Ressalte-se que a automação flexível nunca deixou de permitir também ganhos por aumento de escala no processo produtivo. A tecnologia apenas integra com vantagens esses ganhos com a diferenciação de produtos.

São introduzidas mudanças essenciais também na forma de organização do trabalho, pois até então predominava a estrutura rígida taylorista. Começam a surgir, a partir do Japão, formas diferentes de organização do trabalho, como: o just-in-time¹³, o controle estatístico do processo¹⁴, os círculos de controle de qualidade e o Total Quality Manufacture¹⁵ (qualidade total da manufatura). Exige-se um trabalhador polivalente e mais participativo. Desse novo quadro, os sindicatos raramente participam.

Podemos designar o padrão de acumulação que está implantado como toyotista em contraposição ao fordista. É um processo ainda em transição, já que não se pode precisar ainda o que vai predominar. Quanto à automação dominante, de tipo flexível e ao modo de organização do trabalho pode-se constatar, de fato, um novo paradigma plenamente estabelecido. O mesmo ainda não se reconhece quanto ao modo de regulação em torno do qual há muita luta social e ideológica.

A transição do fordismo para uma organização toyotista que ocorre em nível global, principalmente nas economias industriais maduras também afeta como não poderia deixar de ser, o Brasil. Aqui, no entanto, estamos em um processo retardatário de transformação. Convivem concomitantemente ambos os modelos, com predominância ora de um, ora de outro.

¹³ O just-in-time integra os fornecedores no fluxo de produção e na organização do mesmo. A ênfase na qualidade do produto quebra a fragmentação taylorista anterior entre trabalho manual e intelectual, já que integra o trabalhador no esforço de manter e melhorar o próprio processo de produção.

¹⁴ O controle estatístico de processos passa a ser realizado pelo trabalhador à medida que produz.

¹⁵ Círculos de controle de qualidade passaram a envolver o operário na discussão de problemas surgidos na produção, estimulando sua participação e seu interesse na estruturação da produção.

Contudo, conforme Wood (1992), o toyotismo, em essência, não seria mais que uma evolução do fordismo. Esse ponto de vista encontra respaldo na análise do seu surgimento, que equivale a dizer que o sistema estaria exposto às mesmas contradições básicas do sistema anterior – o fordismo. Sua vantagem competitiva, na comparação com o fordismo seria uma maior adaptabilidade às condições ambientais, mas mesmo esta adaptabilidade talvez esteja se aproximando de um limite de ruptura, sendo que o setor de serviços está esgotando sua capacidade de absorção de mão-de-obra e, em prol de sua manutenção, o capital deve estruturar novas estratégias menos custosas de produção e acumulação.

O conjunto de fatores da dinâmica social acabaria por catalisar as contradições internas da pirâmide, minando-a por dentro. Simultaneamente, este mesmo conjunto de fatores atuaria sobre o meio, enfraquecendo a capacidade adaptativa e a flexibilidade do sistema (WOOD, 1992).

No caminho da flexibilidade criativa (WOOD, 1992), encontra-se o Volvismo, tomando-se como exemplo da indústria automobilística, no caso do produtor sueco Volvo, que tem se caracterizado por um alto grau de experimentalismo. Seus experimentos destacam-se por desafiar os princípios fordistas e toyotistas, embora muitas vezes sejam confundidos com um simples retorno à produção manual. O volvismo combina flexibilidade funcional na organização do trabalho com um alto grau de automação e informatização, sendo um exemplo de conceito de produção diversificada de qualidade.

Sua estratégia combina os requisitos e demandas do mercado, os aspectos tecnológicos, os imperativos do dinâmico processo de transformação da organização do trabalho e as instáveis condições de reestruturação da indústria. A Volvo, operando num mercado de trabalho complexo, adaptou sua estratégia a dois fatores fundamentais: a internacionalização da produção e a democratização da vida no trabalho que, na realidade, constitui-se tão-somente em uma participação consentida.

No Brasil não se adotou, de modo pleno e com todas as suas peculiares características originais, nenhum dos padrões citados. O fordismo não chegou a ser implantado integralmente, nem o país foi inserido no padrão toyotista (PRADO, 1999). Com a implantação da indústria pesada brasileira, a partir de meados dos anos 1950, com o Plano de Metas, foi importado o modelo de organização fordista, com o uso de tecnologias rígidas, porém diferenciava-se quanto ao regime de acumulação e ao modo de regulação. Sobretudo, a partir do golpe de 1964, tivemos o contrário: a não predominância do regime de acumulação distributivista, já que a concentração de renda foi paradoxalmente forçada para expandir o consumo de produtos oriundos das novas indústrias criadas em meados dos anos 1950 (FERRARI, NASCIMENTO e MARTINS, 1998).

O Estado brasileiro foi intervencionista, mas com características muito diferentes do padrão fordista (COUTO, 2004). Foi um intervencionismo autoritário, sem contar com o apoio da sociedade organizada, tampouco de uma democracia plena, que permitisse mecanismos de controle sobre a intervenção do Estado (COUTO, 2004). Os sindicatos também não eram entidades autônomas, que pudessem realizar a contratação de acordos que permitissem a apropriação, para os trabalhadores, de ganhos de produtividade gerados na economia, no decorrer do processo de desenvolvimento.

Os elementos que concorriam para a eficácia do fordismo terminam por conduzi-lo para a redução gradativa de seu desempenho, ao final da década de 1960 (GOUNET, 1999). Inicialmente, é percebida a perda da eficácia, pois, com o desenvolvimento do consumo de massa, os potenciais compradores diminuem, enquanto os compradores qualificados tornam-se mais exigentes, exigindo uma maior variedade de produtos. Após, o crescimento tornou-se mais vagaroso, com limites na redução dos custos de produção, alterações nas condições de demanda, o que convergiu para a compreensão de que o fordismo não possibilitava a plena expansão do capital (GOUNET, 1999). A separação entre concepção e execução do trabalho teve sua parcela de contribuição para o esgotamento do modelo de produção, pois concentrava o conhecimento em uma etapa do processo produtivo, o

que tornava necessária a incrementação do expediente por máquinas mais complexas e caras.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi implementado, em 1966, como uma opção alternativa à estabilidade, pela qual um empregado, com mais de um ano de trabalho numa empresa, só poderia ser demitido por justa causa, isto é, falta grave. A partir deste estatuto, uma demissão sem justa causa impunha ao empregador o ônus, com indenizações correspondentes a um salário por ano trabalhado, aviso prévio, férias, 13º salário proporcionais, tornando-o, portanto, um desacelerador da rotatividade de mão-de-obra. Com a instituição do FGTS, o empregador passava a depositar, mensalmente, em conta bloqueada e nominal do empregado, o correspondente a 8% do valor de seu salário, formando um fundo prévio indenizatório de cada empregado. A partir dele, possibilitou a expansão da flexibilização através da não formalização da relação de assalariamento e do grande contingente de trabalhadores por conta própria que constituem atualmente a grande massa dos ocupados no Brasil (HOLZMANN, 2006).

Foi a partir de 1980 que o modelo econômico começou a sofrer suas primeiras transformações, pois o Brasil ainda estava em pleno processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, os quais já estavam acentuados em países capitalistas centrais desde a década de 1970 (ANTUNES, 2004). Portanto, apenas ao início da década de 1990, com o Governo Collor (1990-1992) e, após, com Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que esse processo foi intensificado com a implementação de elementos que reproduzem o receituário neoliberal e o seu processo de reestruturação produtiva. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva desenvolveram-se intensamente, demonstrando que as novas formas de organização da produção, tais como a acumulação flexível e o toyotismo, já se configuram como tendências da fase contemporânea do capital (ANTUNES, 2004).

Assim, pela ótica neoliberal, a crise seria superada, atribuindo-se novamente centralidade ao mercado, à competição e ao individualismo, retirando a intervenção

estatal da economia, por via de privatizações e desregulamentação das atividades econômicas. Da mesma forma, as funções do Estado na esfera do bem-estar também seriam reduzidas, pois para que o individualismo e a competição se legitimassem enquanto forças, deveria ocorrer a desagregação de grupos sociais organizados, através da eliminação dos seus mecanismos de reivindicação e de seus direitos já constituídos. Para tanto, o igualitarismo também deveria ser combatido, partindo da compreensão neoliberal de que “a desigualdade é o motor da iniciativa pessoal e da competição dos indivíduos no mercado” (LAURELL, 2002, p. 126). Porém, apesar desses processos reducionistas do Estado, o neoliberalismo exige um Estado forte e capaz de garantir as condições favoráveis à ampliação do desenvolvimento do capital, logo requisita do Estado investimentos em estradas, portos, por exemplo, para que a produção possa circular com mais facilidade.

A obsessão pela estabilidade monetária, ancorada na política de sobrevalorização cambial, impede que os ganhos de produtividade, atualmente muito elevados, sejam adequadamente distribuídos. Isto ocorre, por um lado, pelo fato de que não se consolidou uma sociedade fordista, com um “Estado Social” constituído e políticas redistributivas. Apenas implantou-se o seu modelo de organização de trabalho, a partir de meados da década de 1950. Por outro lado, isto se deve porque o toyotismo surgiu no momento em que a economia brasileira passava por um colapso de seu padrão de crescimento e se desenvolveu no período em que vivemos uma hiperinflação latente e a estagnação da economia, principalmente do setor industrial (PRADO, 1999). Já na década de 1990, fica claro que o modelo de organização do trabalho toyotista é o novo paradigma. Mesmo que a automação flexível e os sistemas japoneses de organização da produção tenham difusão pequena e heterogênea na rede industrial brasileira, são as referências para novos investimentos em inovações tecnológicas e organizacionais.

Referindo-se ao Brasil, Pochmann (1999) afirma que, se forem mantidas as formas passivas de inserção econômica nacional, preconizadas pelo atual governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2009), e na ausência de mecanismos públicos de regulação (setoriais e nacionais) democraticamente negociados, a plena reestruturação, com maior incorporação de máquinas e equipamentos da terceira

Revolução Industrial, poderá trazer impactos ainda mais amplos e deletérios do que os agora observados sobre o mundo do trabalho em geral e sobre o emprego em particular.

Antunes (2006) afirma que vivenciamos uma precarização estrutural do trabalho, de modo que formas diferenciadas de informalidade se cruzam no processo produtivo, que depende destas para manter-se em desenvolvimento. Ou seja, a terceirização e o trabalho por conta própria, por exemplo, coexistem e perpassam, por vezes, a “produção formal”. O capital agrega formas pretéritas de trabalho enquanto estratégia de aumento da acumulação, e, ao mesmo tempo, agrega a estas outros fatores como a fragmentação da classe trabalhadora, estimulada pelo ritmo frenético de produção, que desagrega e promove um retardo na luta trabalhista. Segundo o autor, essas características demonstram o mundo do trabalho enquanto multifacetado, que exige um profissional polivalente que se engaje no projeto de “envolvimento” da empresa e que produza mais por um custo – salário e direitos – reduzido.

Não obstante, tal entendimento ser correto e traduzir uma realidade nacional, o crescimento do setor informal¹⁶ não decorre apenas da chamada alteração do padrão tecnológico vigente, pois os problemas conjunturais existentes, também são geradores desse aumento da informalidade. Evidentemente, o abandono das estratégias políticas de pleno emprego também colabora para esse quadro de crise do mundo do trabalho.

Assim, na medida em que ocorre a diminuição do trabalho vivo e com isso intensifica-se a exploração do trabalho, são geradas conseqüências deste contexto, tais como a heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora. Desta forma o capital objetiva superar os empecilhos à sua expansão utilizando-se de diversas modalidades trabalhistas, de forma articulada.

¹⁶ Composto por trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal e por trabalhadores que estão deslocados do mercado formal pelos processos de terceirização (TAVARES, 2004).

Então, para compreender a nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2007) da classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho, ou seja, a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Ela abrange a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar *completamente* o trabalho vivo, consegue reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho (ANTUNES, 2007).

Essa nova morfologia compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os *trabalhadores produtivos* que participam diretamente do processo de criação de *mais-valia* e da valorização do capital (que hoje transcende em muito as atividades industriais tendo em vista a ampliação dos setores produtivos nos serviços), e abrange também os *trabalhadores improdutivos*, que por seus trabalhos não criam diretamente *mais-valia*, uma vez utilizados como serviço, seja para *uso* público, como os serviços públicos, seja para *uso* capitalista (ANTUNES, 2007).

No que concerne à área dos serviços, contudo, estudos recentes (Universidade de Marília, Campinas-SP) demonstram que há um esgotamento progressivo desse processo de crescimento, na medida em que esta área vem absorvendo contingentes significativos de trabalhadores da indústria que reduziu postos de trabalho. A absorção de mão-de-obra foi possível na medida em que experimentava um ciclo de crescimento, todavia, tende a ir naturalmente se estagnando.

Assim, do ponto de vista do capital, se a informalidade é um instrumento útil, no sentido de permitir a flexibilização produtiva e, da mesma forma, viabilizar o rebaixamento dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, o mesmo não pode ser dito pela sociedade e pelos trabalhadores com relação às conseqüências nefastas da informalidade, principalmente quando se trata do Brasil.

Sendo assim, os trabalhadores informais encontram-se sob desproteção social e trabalhista, em decorrência da ausência de contribuição previdenciária e de uma legislação e políticas coerentes com sua realidade de trabalho, ao tempo em que, perante uma sociedade que valoriza o trabalho como fator formador de caráter e viabilizador da inclusão, possuem um status social inferiorizado. Para além destes fatores, a dificuldade de organização político-sindical é uma barreira na organização da luta pela garantia dos direitos básicos destes trabalhadores, conseqüência da crescente fragmentação da força de trabalho.

2.3 O TRABALHO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A partir da última década, verificou-se um retrocesso social na América Latina, revelado através do aumento da população empobrecida e trabalhadora, bem como da incorporação de novos grupos sociais à condição de pobreza¹⁷ (LAURELL, 2002). Uma das principais características dessa situação de empobrecimento é a precarização das relações de trabalho, que se expressam pela ausência de garantias, como no caso do trabalho informal (VALLA, 2005). Esse contexto decorre da diminuição dos salários e do crescimento do subemprego e do desemprego, cenário que se agrava com a redução dos gastos sociais, do conseqüente corte nos serviços públicos e nos subsídios ao consumo popular (LAURELL, 2002). Com isso, a qualidade de vida da população é reduzida, o que inclui também as camadas médias da sociedade.

O desenvolvimento do sistema capitalista, ao reestruturar a cena econômica e social a fim de torná-la propícia a sua reprodução, gerou problemas sociais intensos

¹⁷ Conforme Yazbek, “a concepção de pobreza configura-se em geral como uma noção ambígua e estigmatizadora, cujos contornos pouco nítidos muitas vezes ocultam seus aspectos resultantes da organização social e econômica da sociedade (...) põem em evidência aqueles que, de forma permanente ou transitória estão privados de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação e reprodução social, (...) ou seja, a exclusão do usufruto da riqueza socialmente produzida configura-se como um de seus principais elementos definidores [...]” (2003, p.23).

e complexos. Porém, ao mesmo tempo estimulou a luta pela garantia de satisfação das necessidades sociais, fazendo da Questão Social um fato político, produzindo na luta pela sua superação a edificação de forças políticas, tais como partidos e projetos políticos (LAURELL, 2002).

O Estado de Bem Estar, na visão do liberalismo, consolidado no período pós-guerra que antecede o modelo neoliberal, não concebe o conceito de direitos sociais, de modo que o acesso aos benefícios deve estar vinculado a uma contrapartida, por via do trabalho ou do seu pagamento; esse posicionamento afirma a mercantilização da força de trabalho, sendo que a manutenção da qualidade de vida do trabalhador está condicionada ao seu salário (LAURELL, 2002). Outra característica da visão liberal de Estado de Bem Estar é a mercantilização dos próprios serviços sociais, o que submete esses bens sociais à lógica do capital. Assim, a forma do Estado de Bem Estar “liberal” organizar a estrutura de proteção social produz efeitos sociais diversos, tanto no sentido de disciplinar a classe trabalhadora, através da obrigatoriedade de contribuição para a garantia de acesso à proteção social, bem como na ampliação de desigualdades sociais (LAURELL, 2002).

A partir da crise econômica mundial de 1970-80, ocorre a ascensão do neoliberalismo como força política e ideológica, fundamentada, em especial, na teoria de Hayek e Friedman, trazendo suas explicações para a crise, bem como propostas para sua superação. Ainda afirmavam o ideal de que o mercado seria a principal fonte de recursos econômicos e de satisfação das necessidades dos sujeitos (LAURELL, 2002).

A política neoliberal possui como características centrais a redução máxima da intervenção do Estado, resultando na despolitização dos mercados e ampliação da liberdade de circulação de indivíduos e do capital privado; a imperiosa defesa do individualismo, com a valorização das conquistas e aptidões individuais; premissa da igualdade social, no sentido de igualdade de oportunidades na sociedade; e, por fim a defesa da interferência do Estado apenas em setores não rentáveis ao capital ou que apresentem carência extrema (FIORI, 1997). Esses elementos apontam que a simples defesa às políticas sociais não elimina o caráter neoliberal, mas o afirmam,

na medida em que as políticas sociais são vinculadas ao interesse da expansão do capital, minimizando a expressão de seus produtos. Contudo, há de se considerar o seu caráter contraditório, o que faz com que as políticas, apesar dos seus aspectos conformadores destacados pelo autor, também se constituam como espaço de lutas e resistências.

Seguindo esse entendimento, no âmbito específico do bem-estar, o Estado só poderia intervir intuindo minimizar as condições de pobreza e gerando serviços em áreas não-rentáveis e, portanto, não interessantes ao setor privado. Para além, traz consigo uma proposta de política de assistencialismo, centrada na construção de condicionalidades de inserção nessas políticas, eliminando o caráter de direito; nega assim o conceito de direitos sociais e a obrigatoriedade da sociedade em provê-los por meio do Estado (LAURELL, 2002).

Ao opor-se à universalidade, aos direitos sociais e ao acesso a benefícios sociais, de maneira dissociada da contribuição, em essência procura impor um novo padrão de acumulação, com vistas a propiciar uma nova etapa de expansão do capital, e para isso faz-se necessário o enfraquecimento da classe trabalhadora, bem como de suas formas partidárias e reivindicatórias (LAURELL, 2002). Para isso, a destruição das instituições de bem-estar social, fundamentos da ação coletiva e solidária, torna-se fundamental para a perpetuação da força desagregadora, que é a competição no mercado de trabalho.

A transferência ao indivíduo da responsabilidade total por sua manutenção e reprodução, ignorando de maneira aparente as condições postas pelo capital à compra e venda da força de trabalho, reduz o cidadão a consumidor, seus direitos enquanto cidadão são mercantilizados, obedecendo à mesma lógica do capital, na qual o acesso aos serviços sociais é definido pela capacidade de renda do sujeito. Assim, é ele, e não o Estado e a sociedade, o responsável pela provisão de serviços.

A perda dos espaços públicos de organização, de representação e de negociação de demandas coletivas por parte dos trabalhadores e da sociedade é

extremamente perigosa, no sentido de se extinguir qualquer possibilidade de regulação das relações entre capital e trabalho, impondo limites ao mercado.

Quando na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. Assim, as mais controversas situações de precariedade social, desemprego, doença, renda instável, velhice e dependência de cuidados, são elementos encarados como dramas da esfera privada a serem solucionados na família, como responsabilidade de seus membros. Assim, é fundamental que se propicie aos trabalhadores da economia informal e às suas famílias acesso à garantia de direitos, bem como informações e ações que conduzam à politização desses sujeitos, contribuindo na luta por melhores condições de trabalho.

A família sempre foi considerada um importante mecanismo dos arranjos de proteção social no Brasil (PEREIRA, 2004), o que poderia não se caracterizar como um traço nacional, já que todos os modelos de Estado de Bem-Estar estavam fundamentados em um modelo familiar, cuja proteção era garantida através de duas vias: pela participação (em especial masculina) do chefe da família no mercado de trabalho e a sua inclusão no sistema previdenciário, e pela participação (em grande parte feminina) dos membros da família nas tarefas de apoio aos dependentes e no desempenho de atividades domésticas não remuneradas.

A persistência da família enquanto elemento central para a vida dos indivíduos justifica-se perante a despolitização das questões referentes à reprodução social dos trabalhadores percebida como questão mais da ordem privada do que pública e tendendo a uma privatização da vida social brasileira (ALENCAR, 2004). É por meio da família que os sujeitos podem vislumbrar alguma possibilidade de inserção social.

Partindo da afirmação de que o Estado brasileiro sempre se utilizou da participação voluntária e autônoma da família na provisão da proteção social de seus membros, torna-se difícil discutir a existência de uma política de família no Brasil totalmente assumida pelos poderes públicos, com a finalidade de produzir impactos positivos no seu âmbito (PEREIRA, 2004). Sendo que a estrutura das

políticas sociais brasileiras sempre foi influenciada por essa relação do Estado com a sociedade, de modo a priorizar essa autoproteção.

Neste contexto, é fundamental a reflexão sobre as possibilidades de compreender a economia informal como uma relação social, como objeto de políticas públicas de inclusão social, a fim de viabilizar uma melhor qualidade e quantidade de empregos, assim como favorecer ações de distribuição de renda, de modo a diminuir a atual assimetria entre os salários. Um primeiro passo seria a ampliação das filiações ao sistema previdenciário (DALBOSCO, 2002).

O Governo Federal, ao possuir ciência da gravidade desta problemática, tem procurado implementar políticas preventivas para a população que se encontra na informalidade, que não contribuem com a Previdência e, por isso, estão desprovidos de proteção diante do desemprego, da velhice e doenças. Essas iniciativas situam-se no âmbito do microcrédito¹⁸, de modo a facilitar a regulação dos empreendimentos; através de incentivos à contribuição previdenciária, como o plano simplificado¹⁹; qualificação e reintegração profissional; e através de políticas informativas quanto aos benefícios do sistema. Contudo, é necessário destacar que as políticas atuais voltadas à economia informal não visam a sua erradicação, nem objetivam o resgate da cidadania, mas sim amenizar possíveis conflitos. Como exemplo, se pode citar o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que, além de se constituir num instrumento de geração e/ou manutenção de postos de trabalho, também integra o Programa do Seguro-Desemprego, complementando outras ações articuladas a Política Pública de Emprego, tais como a qualificação profissional e a intermediação ao emprego. Através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), o empreendedor percebe ser disponibilizada, e de forma gratuita,

¹⁸ Uma das iniciativas já implantadas pelo Ministério do Trabalho é o PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda), uma linha de crédito para financiar negócios tanto na área urbana quanto na rural e na agricultura familiar. As prioridades são estabelecidas por comissões estaduais e municipais de emprego, sendo que o crédito prevê também a capacitação dos beneficiários, acompanhamento e assistência técnica necessária aos empreendimentos financiados.

¹⁹ As contribuições dos autônomos ao INSS têm base na alíquota reduzida de 11% sobre um salário mínimo. Na forma anterior, a contribuição mínima para todos os segurados era de 20% sobre o salário mínimo. O plano simplificado foi criado no âmbito da nova lei geral das micro e pequenas empresas, aprovada em 2006, e entrou em vigor no dia 1º de abril de 2007, junto com o novo valor do salário mínimo. Foi estruturado com vistas a possuir sustentabilidade, rebatendo as análises de que a estratégia de ampliar o número de contribuintes irá provocar um déficit maior nas contas do INSS quando essas pessoas passarem a acessar os benefícios.

uma estrutura de recursos humanos com a finalidade de recrutamento, seleção e capacitação da mão-de-obra necessária ao seu empreendimento. O SINE ainda prevê a possibilidade de orientação para a elaboração do planejamento da empresa. Os recursos que viabilizam essas ações provêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é proveniente, em sua maioria, de contribuições devidas ao Programa de Integração Social (PIS)²⁰, e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público²¹ (PASEP)²².

Ainda, no que tange a medidas de Previdência, destaca-se o Plano Simplificado de Previdência Social (PSPS), que é destinado ao trabalhador por conta própria, sem relação de trabalho com empresa e ao segurado facultativo. O valor do salário de contribuição está condicionado ao salário mínimo, não podendo o trabalhador pagar mais que esse valor no PSPS. O segurado que contribui no valor do PSPS, ou seja, com 11% sobre o salário mínimo, possui direito a aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria por invalidez. Porém, lhe é vedada a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição - sendo que o período de contribuição a 11% não é contado -, ou ainda, para certidão de tempo de contribuição (CTC). Somente a partir de uma contribuição mensal complementar de 9% incidente sobre o salário mínimo, acrescidos de juros moratórios, poderá contar o tempo de contribuição com vistas a obter a aposentadoria por tempo de contribuição e CTC²³.

A emergência de novas forças econômicas globais, as alterações na demografia e as transformações no âmbito familiar impulsionaram nos países industrializados, a partir da década de 1980, uma crise do Estado de Bem-Estar que fora estabelecido no período pós-guerra. Esta crise foi compreendida como um atestado de incompatibilidade da estrutura desse Estado com a ordem sócio-econômica que emergia (PEREIRA, 2004). Segundo Pereira (2004), mesmo sem serem esclarecidas as formas como estariam distribuídas as responsabilidades que antes cabiam ao Estado, bem como ocorreria o financiamento da provisão social, e tampouco, como seria estabelecida a articulação do Estado e a sociedade no

²⁰ Lei Complementar n°. 07, de 07 de setembro de 1970.

²¹ Lei Complementar n°. 08, de 03 de dezembro de 1970.

²² Ver: <http://www.mte.gov.br/default.asp>

²³ Ver: <http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=399>

processo de satisfação de necessidades sociais, foram arquitetadas fórmulas que colocavam a família e a sociedade em relevante comprometimento.

Cada uma das múltiplas fontes dessa provisão social, que deveria garantir a satisfação das necessidades básicas, bem como a proteção social deveria comparecer com os recursos que lhe fossem peculiares. O Estado entraria com o poder e, por este, entenda-se a autoridade coativa, da qual é o único possuidor; o mercado, com o capital; e a sociedade, da qual a família é parte integrante, com o recurso da solidariedade (PEREIRA, 2004). Assim, o pluralismo de bem-estar contemporâneo constitui-se como uma estratégia de esvaziamento das políticas sociais enquanto direitos de cidadania, já que com a diminuição das distâncias entre as esferas pública e privada, ampliam-se as possibilidades de mercantilização dos bens sociais e responsabilidades públicas, por meio da qual ocorre a quebra dos direitos.

Assim, no âmbito do provimento informal de bem-estar, a família, considerada a célula-mãe da sociedade, ganhou relevância no contexto atual especialmente por seu caráter informal, livre de burocracias e controles externos (PEREIRA, 2004). Porém, ao valorizar a flexibilidade provedora de bem-estar da família, o pluralismo de bem-estar omite alguns pontos fundamentais, como o caráter contraditório da família (PEREIRA, 2004), onde esta, como qualquer instituição social, deve ser percebida simultaneamente como forte e fraca. Constitui-se forte por ser espaço de solidariedades, onde os sujeitos se refugiando quando em insegurança, e por ser o lócus da reprodução humana, socialização e transmissão de ensinamentos. Também é fragilizada por não estar imune a despotismos (PEREIRA, 2004), violências e rupturas, produzindo, nestes casos, insegurança e opressão.

Da mesma forma, é difícil definir o “setor informal”, em que a família está inclusa, em relação aos demais setores, pois a proteção pública é sempre contrastada com a privada de um modo genérico (PEREIRA, 2004). Assim, ao se fragmentar a provisão privada, torna-se dificultada a construção de limites entre essas fontes.

Outra dificuldade em se eleger a família como fonte privilegiada de proteção social são as mudanças verificadas na sua organização, gestão e estrutura. Deve-se considerar a variedade de tipos de família, sendo que a tradicional família nuclear que ainda referencia algumas políticas sociais encontra-se em extinção (PEREIRA, 2004).

Assim, não são apenas as políticas sociais, mas também a família vem se caracterizando enquanto fenômeno plural, o que gera sérios problemas no que tange a formulação de uma política social destinada à família.

O Estado deve ser ativo no que lhe é de prerrogativa, ou seja, a garantia de direitos, o que não exclui as possibilidades de participação da chamada solidariedade informal, mas levar em consideração que essas formas de proteção social não podem exigir da família e da sociedade ações impraticáveis (PEREIRA, 2004).

Os pequenos avanços devem ser enaltecidos, todavia persiste o significativo afastamento dos trabalhadores da Previdência, seja na filiação ou na conscientização acerca dos benefícios sociais. A necessidade de uma gestão transparente do sistema previdenciário, de modo a viabilizar com eficácia os recursos da seguridade e sobrepor-se à desconfiança da população quanto à sua credibilidade é premente.

Assim, mostra-se de suma importância a estruturação de um aparato social articulado (REIS, 2005), onde as políticas sociais estejam articuladas e integradas, de forma a se complementarem, e assim, suprirem as demandas postas no país. Caberia à política assistência social a função de “gestora da transversalidade”, com a necessária disponibilização de recursos públicos (REIS, 2005), sendo que essa ação unificada deve possuir como horizonte a afirmação social dos sujeitos.

Resta, no entanto, destacar que este é um debate muito polêmico na área. Se por um lado responsabilizar-se pela transversalidade pode favorecer a interface entre as políticas, considerado um dos principais problemas para garantir maior efetividade nas intervenções públicas e a integralidade na atenção e proteção aos

sujeitos sociais. Por outro, se questiona se isto não demarcaria um caráter de imprecisão no trato com o objeto da política de assistência, retirando-lhe substância política. É preciso ponderar-se que para gerir a transversalidade é necessário dispor de poder de modo a incidir nas relações de interface, o que não parece ser ainda um status conquistado pela política de assistência social no tempo presente, o que não impede que se caminhe nesta perspectiva.

A adoção de políticas pontuais, que busca naturalizar a existência da economia informal, não enfrenta o acúmulo do problema social derivado do fim do assalariamento e da desproteção social da crescente massa de trabalhadores informais. A economia informal não pode ser simplificada como uma manifestação tolerável e necessária do processo de flexibilização produtiva, mas deve ser socialmente definida, de modo que o Estado destine para o enfrentamento de tais temáticas públicas adequadas que possibilitem uma institucionalidade cidadã para o mercado de trabalho formal ou informal e entre ambos.

Portanto, a economia informal necessita de uma abordagem diferenciada da utilizada para o mercado formal de trabalho, que lhe acrescente valores ligados à sua vinculação, manutenção e reprodução do tecido social. Os programas de qualificação profissional e de microcrédito para o empreendedorismo, implementados pelo governo federal, possuem relevância, mas a adesão dos trabalhadores da economia informal à previdência se constitui em um elemento além do seguro. Essa ação pode promover a inclusão social e o compromisso desses trabalhadores no pacto entre gerações, por uma cidadania construída de modo mais substantivo.

Neste contexto, em uma sociedade em que a participação nas riquezas socialmente produzidas e no sucesso profissional são aspectos essenciais para a integração e inclusão social, o fato de encontrar-se sem trabalho constitui-se em sentimento de derrota (CARMO, 1992). Trata-se das contradições de um sistema que prioriza o capital em detrimento da geração de trabalho e renda.

Conforme Iamamoto (2007), a modernidade trouxe consigo a barbárie na reprodução das condições de vida da população trabalhadora, com a qual o assistente social defronta-se em seu cotidiano profissional, expressa pela radicalização da miséria, a impossibilidade de obtenção de meios de vida por parte dos trabalhadores despossuídos das condições necessárias para satisfazer suas necessidades vitais. Ao mesmo tempo, identifica-se um aumento expressivo do setor informal, do trabalho precário e do desemprego.

Antunes (2007) afirma que se efetivou uma expressiva expansão do assalariamento no setor de serviços em detrimento de uma visível redução do proletariado do setor industrial, em função da automação e da robótica, gerando números surpreendentes relativos a um desemprego de características estruturais. Um fator que pode ser citado é o aumento da incorporação de mulheres no setor de serviços, bem como a intensificação da exploração de sua força de trabalho. Porém, o setor de serviços se mantém dependente da produção industrial propriamente dita, e, sendo assim, da capacidade das indústrias em realizar a mais-valia. De acordo com Kurz apud Antunes (2007, p.55), “somente quando essa capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não-industriais (relativo a pessoas) podem sobreviver e expandir-se”. A partir dessa “processualidade contraditória” (ANTUNES, 2007, p. 49), que de um lado reduz o proletariado fabril, e de outro aumenta o subproletariado e o trabalho precário, bem como o setor de serviços, é que se verifica um processo de maior “heterogeneização, fragmentação e complexificação” (ANTUNES, 2007, p.50) dos trabalhadores, o que inviabiliza, nessa estrutura, a sua organização e luta política.

O crescimento da pressão na demanda por serviços, cada vez maior por parte da população usuária, mediante o aumento de sua pauperização, choca-se com a já crônica e agravada falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução dos gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que arquiteta o mercado como a “mão invisível” que guia a economia (IAMAMOTO, 2007). Assim, verifica-se a inviabilização de programas de trabalho, a diminuição de serviços públicos nos campos da saúde, educação, habitação, etc. Conseqüentemente, amplia-se, cada vez mais, a seletividade dos atendimentos, fazendo com que a proclamada

universalização dos direitos sociais torne-se letra morta. A Constituição de 1988 torna-se inconstitucional ao inviabilizar a política universal proposta pelo Estado, fazendo cair por terra muitas conquistas obtidas no campo dos direitos sociais (IAMAMOTO, 2007).

Como contraponto a este contexto verifica-se que o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), enquanto sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo, tem por objetivo a gestão do conteúdo específico da política de Assistência Social, no âmbito da proteção social brasileira (NOB/SUAS, 2005). Está fundamentado nos princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), consolidando a gestão compartilhada entre os três entes federativos, estabelecendo a divisão de responsabilidades entre eles, respeitando as peculiaridades e diversidades de cada região, sejam elas culturais, sócioeconômicas e políticas, bem como privilegiando as realidades urbanas e rurais.

Os eixos que constituem a estrutura do SUAS podem ser sistematizados da seguinte forma:

- a. precedência da gestão pública da política;
- b. alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- c. matricialidade sociofamiliar;
- d. territorialização;
- e. descentralização político-administrativa;
- f. financiamento partilhado entre os entes federados;
- g. fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- h. valorização da presença do controle social;
- i. participação popular/cidadão usuário;
- j. qualificação de recursos humanos;
- k. informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (NOB/SUAS, 2005).

Portanto, a proposta do SUAS, aprovado recentemente, objetiva, tendo como um de seus eixos a matricialidade sócio-familiar, articular a política de Assistência Social às ações de inserção produtiva, como forma de possibilitar o fortalecimento e a construção da autonomia do grupo familiar e de seus membros. Para tanto, prevê a articulação de serviços e benefícios que devem ser acompanhados pelo trabalho social no sentido de valorizar o protagonismo dos sujeitos. A partir da NOB-SUAS RH (2006) estão previstos os profissionais que devem compor as equipes técnicas para prestar atendimento à população usuária,

em que se inclui o assistente social. Estes, portanto, são espaços potenciais onde a contribuição da profissão a partir do desenvolvimento de processos sociais emancipatórios pode estimular o seu fortalecimento político.

A PNAS, no seu caráter de proteção social básica objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se àquela população que vivencia situações de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, privação (seja de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). Portanto, é possível afirmar que ela também objetiva alcançar aos trabalhadores desprovidos de proteção trabalhista e com renda incerta e insuficiente para a manutenção de suas necessidades básicas²⁴ e de seus dependentes.

A proteção social básica prevista na PNAS, e sustentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)²⁵, visa ao desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, de acordo com a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Conforme a PNAS/2004, a proteção social básica deve garantir as seguintes esferas de segurança: de acolhida; de convívio e/ou vivência familiar e, a segurança de sobrevivência, ou seja, de rendimento e autonomia. A segurança de rendimentos é a garantia de que todos tenham uma via monetária para prover sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou de situação de desemprego.

Os serviços previstos na PNAS/2004 serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)²⁶ e nas demais unidades básicas e públicas de assistência social, além das formas indiretas, através das

²⁴ “(...) enquanto os mínimos pressupõem supressão ou corte de atendimento, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos possam ser prestados e otimizados” (PEREIRA, 2000, p. 26).

²⁵ Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que regulamenta os art. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988.

²⁶ O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social.

entidades e organizações de assistência social na área de abrangência dos CRAS (PNAS/2004).

Assim, acredita-se que a questão a ser discutida não é o “trabalho enquanto direito”, sendo que a Constituição Federal de 1988 fundamenta a elaboração de ações a partir dessa perspectiva, bem como reconhece a assistência social igualmente enquanto direito do cidadão. Porém, é necessário refletir a respeito da fragmentação do trabalho enquanto política pública, mostrando ser relevante a sua articulação com as demais políticas, tais como educação, habitação, previdência, saúde e a própria assistência social. É real que não se pode dissociar o desenvolvimento de processos de emancipação social sem a inserção em programas de geração de trabalho e renda, mas por si só estes não garantem a viabilização da autonomia do trabalhador – recordando que se trata, enquanto sociedade regida pelo capital, de uma autonomia relativa, e não plena.

Para tanto, vincular alternativas de geração de trabalho e renda, como as alternativas de Economia Popular Solidária e cooperativas de trabalho aos usuários da assistência social pode vir a segregar e estigmatizar esta população, de modo a reiterar processos de subalternização, na medida em que se podem caracterizar essas formas alternativas de produção como senso comum no que se refere ao enfrentamento da pobreza. Reitera-se a importância da articulação dessas ações com as demais políticas públicas e com a assistência social, de forma não precária, a fim de propiciar um atendimento aos usuários pautado na integralidade.

Conhecer as alterações do mundo do trabalho é imprescindível para os assistentes sociais, no sentido de que possam apreender as mudanças nas atribuições sociais do Serviço Social nessa nova etapa do capitalismo internacional, a partir da identificação de novas demandas à profissão em respostas às necessidades do capital e da força de trabalho. Demandas essas que definem tendências do mercado de trabalho público e privado. Portanto, é imperioso para os profissionais conhecer as condições materiais de existência dos sujeitos nos espaços onde são desenvolvidas as suas práticas profissionais condicionadas pela divisão sócio-técnica do trabalho, além do papel político e da dimensão social dessas práticas.

A informalidade contribui para a formação do produto social, ou por intermédio da flexibilização produtiva, que estabelece uma rede de atividades formais e informais, as quais reduzem os custos do produto final, intensificam a exploração do trabalho, contribuindo para aumentar também a extração de mais-valia e, por outro lado, contribuindo na manutenção e reprodução da força de trabalho, em que se inclui o trabalho dos assistentes sociais.

A posição do Estado brasileiro de reduzir ao mínimo possível sua interferência em favor de políticas que auxiliassem a diminuir os níveis de desigualdade e pobreza presentes em nosso país agrava o quadro, estabelecendo ao contrário, um posicionamento liberal, deixando para o mercado a responsabilidade de desenvolver fórmulas de equilíbrio, como se algum dia sob o comando do capital, o mercado fosse capaz de obedecer a outro parâmetro senão às necessidades do próprio capital. Assim, o Estado,

em seu processo de desresponsabilização da reprodução social, além de permitir o sucateamento dos serviços públicos, associa a imagem de precarização destes serviços à situação financeira e à sua estrutura “ineficaz”, colaborando na deterioração da imagem do público e “glorificando” a imagem do setor privado, sempre associado à eficácia e à qualidade, que seriam inexistentes no âmbito público (LIRA, 2006, p. 157).

Porém, ressalta-se que a influência do Estado, enquanto regulador das relações entre capital e trabalho, é e sempre será necessária, apesar do capital tentar induzir a uma compreensão contrária (LIRA, 2006). Para que o desenvolvimento do capital se mantenha se faz necessária uma instância política que assegure as condições sociais, políticas e econômicas para a manutenção de sua sobrevivência (LIRA, 2006).

Nesse início de século XXI, a economia informal é o veículo que o capitalismo utiliza para expor a maioria dos trabalhadores a situação de insegurança e instabilidade, cujo efeito paralelo é a maior segmentação entre os trabalhadores e a fragmentação da sua identidade enquanto trabalhador. Essas fraturas abalam os vínculos mais próximos, como a família (devido à proximidade dos riscos de pauperização) e também os parâmetros de sociabilidade, pois na ausência do poder institucional que garanta e viabilize, de forma concreta, direitos estabelecidos

apenas na legislação, e sem políticas sociais que resguardecem o direito a uma proteção social em casos de vulnerabilidade, cria-se um ambiente adverso à democratização e universalização dos direitos sociais e políticos, conforme previstos na Constituição, progressivamente fragilizados pelas investidas do capital e de suas representações nos âmbitos econômico e político. Em se tratando da Política de Assistência Social, um exemplo recente desse retrocesso é a aprovação da Lei de Solidariedade²⁷.

O posicionamento do Serviço Social junto aos interesses das classes trabalhadoras e populares precisa ocorrer de maneira paralela com a luta da categoria, e a articulação com as outras profissões, por políticas sociais que garantam a efetivação dos direitos civis (onde se incluem os direitos trabalhistas), sociais e políticos e de acordo com os princípios fundamentais da profissão, postos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, tais como a equidade, a justiça social e a luta pela construção de uma nova ordem societária. A materialização progressiva desses valores na vida cotidiana é, sem dúvida, nosso maior desafio.

2.4 TRABALHO INFORMAL: CONCEITUAÇÃO

O uso da expressão *trabalho informal* é originária dos estudos desenvolvidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego de 1972. Ela emerge, de forma particular, nos relatórios a respeito das

²⁷ De acordo com o site da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei da Solidariedade, nº. 11.853, de 29 de novembro de 2002, que institui o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social, integrado por entidades e organizações de assistência social da sociedade civil, por empresas e pela administração pública Estadual objetiva desenvolver ações de inclusão e promoção social e incentivar a articulação das referidas ações, a partir da adoção de mecanismos de parceria e colaboração. Este programa está vinculado à Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, sendo coordenado por uma comissão, de caráter consultivo. “As empresas contribuintes do ICMS que financiarem projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social, nos termos desta Lei, poderão compensar, por meio de crédito fiscal presumido, até 75% (setenta e cinco por cento) do valor comprovadamente aplicado no projeto com ICMS a recolher, discriminado em guia informativa não anual” (Art. 8º.). Ver: <http://www.stcas.rs.gov.br/portal/index.php>

condições de trabalho em Gana e Quênia, na África. Nestes países, constatou-se um grande contingente de trabalhadores vivendo de atividades econômicas consideradas à margem da lei e desprovidas de qualquer proteção ou regulação pública. Com o intuito de propor políticas que aliviassem a pobreza e a desigualdade social, nos países economicamente atrasados, e a necessidade de construir uma categoria que encerrasse os mais pobres nesses países, o setor informal passa então a ser geralmente associado a conjuntos de indivíduos que no interior do quadro social detêm baixos níveis de renda. Porém, a noção de setor informal é complexa, não havendo até hoje consenso entre os especialistas.

A partir dos estudos da OIT, na década de 1970, houve o reconhecimento de que o padrão de desenvolvimento da economia mundial não era capaz de gerar empregos em número suficiente para absorver a população crescente nos países em desenvolvimento, criando assim formas específicas de organização da produção naqueles países. Tais formas de organização da produção possuíam diversas características, como por exemplo, a pequena escala de produção, a propriedade familiar, a utilização de recursos próprios e o uso intenso do fator trabalho, dentre outras. Portanto, o ponto de partida para a definição do setor informal da economia eram as características peculiares do processo de produção de suas unidades.

Assim, o ponto de partida do exame e classificação do trabalho informal da OIT é a unidade econômica caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho (CACCIAMALLI apud TAVARES, 2006). Tais unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas. Porém, na ausência de um marco conceitual que defina o setor, este é descrito como a oposição das atividades formais (TAVARES, 2006).

O trabalho informal se caracteriza pela ausência de relações contratuais - regidas por legislação trabalhista e fiscal - entre os agentes econômicos. Logo a OIT não se limita à observação de atributos intrínsecos à empresa ou ao empreendimento. Desse modo, o trabalho informal é interpretado no âmbito de

relações sociais onde vigoram os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais por parte dos trabalhadores.

A economia informal enquanto temática contemporânea exige um debate acadêmico-científico, com o intuito de fundamentar o seu enfrentamento. Sendo assim, entende-se por trabalho informal²⁸

o emprego desprotegido, sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista. Trata-se de formas de trabalho que foram praticadas pela sociedade pré-industrial e agora são retomadas pela grande empresa, que tende a deixar de ser o lugar por excelência da chamada relação salarial moderna. Sob o ângulo da flexibilização, moderno, hoje, é o que é flexível. Nenhuma forma de trabalho pode ser mais flexível que o trabalho informal, portanto, na hipótese de persistência do atual padrão de acumulação, os empregos informais poderão vir a ser modernos (TAVARES, 2004, p.52).

É fundamental que se realize a distinção conceitual entre alguns termos a serem utilizados no decorrer deste tópico, a fim de possibilitar clareza teórica a respeito da temática, frente às suas contemporâneas expressões. Estando relacionados entre si, em se tratando das transformações vivenciadas no interior do mundo do trabalho, serão abordados, de maneira breve, os termos trabalho formal e desemprego, segundo algumas fontes de referência em pesquisa.

Sendo assim, compreende-se por trabalhador *formal* o empregado que possui carteira assinada e, informal o trabalhador sem carteira assinada e por conta própria (IBGE); nesta categoria é possível incluir os trabalhadores a domicílio.

O conceito de desemprego utilizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) consiste na situação involuntária de não-trabalho dos sujeitos, por falta de oportunidade de trabalho, ou ainda, são

²⁸ Segundo BARBOSA, o termo informal refere-se, a grosso modo, às “unidades produtivas baseadas no descumprimento de normas e legislação concernente a contratos, impostos, regulações e benefícios; e, a ocupações sem proteção social, garantias legais e estabilidade, sendo recorrente ainda o fato de serem atividades de baixa produtividade, sem estabilidade, baixos salários, quando não se realizam sem remuneração por ação de familiares e auto-emprego” (2006, p.95).

desempregados aqueles indivíduos que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança.

As legislações sociais não acompanharam as transformações da realidade do país, incentivando o afastamento existente entre a economia formal e o trabalho informal, na medida em que proporcionam aos sujeitos formalmente inseridos no mercado de trabalho todos os direitos possíveis, não assegurando direito algum aos trabalhadores da economia informal (PRADO, 1994).

Assim, o trabalho informal é comumente identificado com autonomia, como se fosse possível, numa economia inteiramente dominada pelo capital, haver alguma organização autônoma do trabalho. Para ser valor de troca, o trabalho informal tem que ser trabalho abstrato, portanto diretamente subordinado à relação com o capital (TAVARES, 2006). Uma relação possui dois termos: no caso do trabalho formal, é fácil verificá-la, uma vez que existe, de um lado, o patrão, e de outro, o trabalhador. Porém, quando se trata do trabalho informal, como não existe a personificação do comando representada por um indivíduo, tem-se a impressão de que há ali um espaço de autonomia. Poderíamos dizer que a relação se dá com o mercado, ou com o capital, contudo, isso não daria conta de todas as contradições que dão forma e conteúdo a essa relação social. Compreendê-la, portanto, implica o desenvolvimento de mediações que nos permitam chegar ao conceito de capital, partindo do princípio de valor, e não de trabalho (TAVARES, 2006).

Conforme Teixeira:

Nessa determinação histórica, pode-se afirmar que capital é trabalho acumulado. Mas é preciso esclarecer que esse trabalho assim acumulado é trabalho criador de valor que busca se valorizar. Valor que cria mais valor. Portanto, o conceito de capital não pode ser derivado diretamente do trabalho, e sim do valor, visto que este é a forma assumida pelo trabalho na sociedade capitalista. Essa forma social (formal), por sua vez, exige uma forma material adequada por meio da qual o valor ganha existência. Essa forma é o valor de troca ou o dinheiro, expressão necessária de aparição do valor (1995, p. 127).

Desta forma, é o *valor* que permite equiparar diferentes espécies de mercadorias, reduzindo-as ao que elas têm em comum: trabalho humano abstrato.

Abstraindo-se o valor de uso das mercadorias – suporte para o valor de troca – “resta a elas apenas uma propriedade que é a de serem produtos do trabalho” (MARX, 1989, p. 47). Ali não se identifica mais o produto deste ou daquele trabalhador. O valor, essa substância social comum, exclui os sujeitos que produzem e a forma como são produzidas as mercadorias (TAVARES, 2006). O trabalho humano concreto torna-se somente trabalho humano abstrato, ou seja, suas propriedades naturais são dissolvidas em algo que é social.

Nesse contexto, em que a força conjunta do trabalho é uma única e mesma força humana, conclui-se que toda a força produtiva é força produtiva do capital. Na verdade, conforme destaca Marx, quando trata do processo cooperativo que caracteriza o trabalho coletivo, a unidade de muitos trabalhadores produz um resultado maior do que a simples soma dos trabalhos individuais. Esta potencialidade que resulta do trabalho social é apropriada pelo capitalista como se fosse resultado do capital e não da força de trabalho coletiva empregada na produção.

Seja qual for o tipo de trabalho, o comando é do capital. E não por um ato de vontade dos capitalistas, mas por determinações estruturais do próprio sistema. Isto explica porque desde que o processo produtivo deixou de ser processo simples de trabalho e tornou-se um processo científico, todas as forças produtivas do trabalho, desenvolvidas a partir do trabalho social, aparecem como força produtiva do capital (TAVARES, 2006). O trabalhador individual é tão somente um elemento dessa formação social e, enquanto parte de uma formação que não lhe pertence, torna-se impotente para produzir de forma autônoma.

O que se afirma, deste modo, não significa que todo trabalho é produtivo para o capital, isto é, que todo trabalho produz mais-valia, e menos ainda, que todo trabalho faz parte do trabalho coletivo. O trabalho coletivo pressupõe produtividade, mas implica também, “a combinação social, na qual as diversas forças de trabalho funcionam tão-somente como órgãos particulares da capacidade de trabalho que constitui a oficina coletiva” (MARX, 1989, p. 83). O que se afirma efetivamente é que o processo global de desenvolvimento da acumulação capitalista não depende apenas do trabalho produtivo. O ciclo dinheiro-mercadoria-dinheiro, fórmula

universal do capital, só é possível, mediante a relação dialética do trabalho produtivo com o improdutivo (TAVARES, 2006). Com esta argumentação, pretende-se retomar a particularidade do trabalho informal, no sentido de evidenciar certas determinações postas pela reestruturação produtiva do capital, especificamente no que se refere ao uso crescente dessa forma de trabalho, ora assumindo funções de trabalho produtivo, ora improdutivo.

A partir desta constatação, faz-se necessário rejeitar a idéia de um trabalho informal independente que se restringe às atividades de estrita sobrevivência, sem qualquer participação no processo de valorização do capital. Com a desregulamentação do trabalho, os contornos entre produtivo e improdutivo, e entre formal e informal são muito tênues. Deve-se atentar para o fato de que, contemporaneamente, certas atividades desenvolvidas através de relações informais cumprem a mesma função que, quando realizadas formalmente, tornavam explícita a produção de mais-valia agora obscurecida. É inegável a existência de ocupações informais na esfera de estrita sobrevivência, mas há também relações como as do trabalho domiciliar e as das cooperativas de trabalho, subcontratadas por grandes empresas capitalistas, sem que os trabalhadores tenham direito a qualquer proteção social, embora lhes sejam impostas obrigações idênticas à relação em que há compra/venda de força de trabalho.

Para complementar a reflexão a respeito de trabalho, a categoria explicativa da realidade processo de trabalho é fundamental, na medida em que, conforme Marx (1989), qualquer trabalho pressupõe um processo de trabalho, ou seja, um movimento que vai do produtor ao produto. Esta cadeia é composta pelo produtor (ou trabalhador), que se exterioriza, empregando sua criatividade, energia e habilidades naquilo que realiza, e que se objetiva, ao transformar algo subjetivo em material.

Conforme Tavares (2006), nos últimos vinte anos, o desemprego se tornou um verdadeiro drama praticamente universal: as taxas de desemprego explodiram mesmo em países onde, alguns anos antes, não atingiam nem 1%. As explicações que passaram a ser dadas, e que, com o tempo, se tornaram dominantes, atribuíram a causa às inovações tecnológicas (a microeletrônica, as telecomunicações). No

caso dos países pouco desenvolvidos, acrescentou-se outro fator: a baixa qualificação do trabalhador. Em ambos os casos, a causa do desemprego seria independente das políticas adotadas: seria simplesmente o resultado do progresso. Como resultados do progresso são exigidos trabalhadores mais qualificados, o que coloca a responsabilidade do desemprego sobre os próprios trabalhadores – insuficientemente qualificados para os empregos que existem. Na verdade, estas explicações são justificativas para encobrir as verdadeiras causas do desemprego estrutural no mundo de hoje. O desemprego atual é resultado do processo de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais que o legitimam e aprofundam. A globalização neoliberal vai contribuir para ampliar este processo (TAVARES, 2006).

A qualificação profissional influencia na constituição do potencial de ingresso no mercado de trabalho. Porém, refere-se apenas ao nível microeconômico, concentrando ações apenas sobre a oferta e demanda de trabalho, reiterando que o próprio funcionamento do mercado é capaz de produzir essas novas vagas. Ao mesmo tempo em que, a qualificação profissional, ao se constituir como um dos elementos da *empregabilidade*, se propõe a criar condições favoráveis de inserção no mercado de trabalho, tende a culpabilização do indivíduo em caso de insucesso (VELASCO, 2006). Apesar do aumento da escolaridade, a precarização das relações de trabalho atingiu o segmento juvenil, pois, enquanto os trabalhadores com mais de 24 anos sem vínculo formal representam 21,6% da população, entre os jovens, corresponde a 32,7%. Sobre o desemprego, ou seja, a ausência de ocupação, reafirma-se a assertiva de que a escolaridade não é premissa efetiva para a inserção no mercado de trabalho, pois,

da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira a faixa mais atingida pelo desemprego é a juvenil. Em 2001, os índices totais de desemprego chegaram a 12% para todas as faixas etárias; para a faixa etária de 15 a 19 anos foi de 27,3%, e 18,9% para a faixa de 20 a 24 anos. As duas últimas totalizaram, assim, 46,2% da PEA, o que é muito significativo (QUADROS apud VELASCO, 2006).

A existência de uma massa de desempregados sob o capitalismo suscitou e ainda suscita diversas interpretações variadas. De modo que compreender a permanência de um contingente de desempregados supõe considerar a acumulação

capitalista, sendo que é uma característica peculiar do modelo de produção capitalista. Dentre as explicações formuladas em relação ao fenômeno do desemprego estão aquelas que o naturalizam até as que o entendem como resposta ao crescimento populacional. É necessário acrescentar a explicação que foi largamente utilizada pela burguesia, de que o Estado deveria ser responsabilizado pelo desemprego, sendo que entravava o livre desenvolvimento das forças produtivas através de medidas demagógicas (SALAMA, 1975).

Assim, Salama (1975) considera uma estratégia dos capitalistas a responsabilização do Estado pelo crescente desemprego. O desemprego ora é visto como responsabilidade do Estado, ou então explicado através das leis naturais (SALAMA, 1975), como custo do progresso e/ou crescimento populacional, não admitindo ser inerente ao modo de produção capitalista. Poder-se-ia ainda acrescentar, dentro da mesma perspectiva de deslocamento dos fenômenos do conjunto de determinações que o condicionam, a culpabilização dos sujeitos considerados inaptos a adequarem-se às novas exigências do mundo do trabalho.

O movimento intrínseco ao capital é a evolução da demanda de força de trabalho pelos capitalistas, da mesma forma em que a oferta desta está ligada ao crescimento da população. Esse crescimento da demanda de força de trabalho, embora maior do que a demanda necessária aos capitalistas, não é um fator natural e não pode ser *a priori* analisado, pois cada agrupamento social tem relações diferenciadas (costumes, taxas de casamento/ nascimento). O progresso técnico nessa equação é um fator que acresce o desemprego, pois aumenta a produtividade diminuindo a demanda por força de trabalho, devido à elevação da composição orgânica do capital (SALAMA, 1975), a relação entre capital constante (bens de produção e matéria prima) e capital variável (salários pagos e mais valia). O que ocorre é que nesta composição orgânica do capital, o aumento de capital constante e variável é criador de emprego; mas a elevação da produtividade, que é o aumento de capital constante sobre variável, tem efeito contrário: faz com que a demanda por máquinas, instrumentos e instalações seja maior do que a demanda de força de trabalho. O desemprego, entendido como “custo inevitável da modernidade”, substitui grande quantidade de trabalhadores não qualificados por um número

reduzido de trabalhadores qualificados. Dessa forma, uma parte do proletariado aparece como sobranje em face às necessidades da acumulação.

O processo tecnológico do modo de produção capitalista, que atrela este à idéia de modernidade, prometia também a redução da jornada de trabalho, que culminou no seu inverso: fim de profissões, redução de postos de trabalho e domínio absoluto do capital. Esse não é resultado inexorável do avanço técnico, mas deste aplicado à lógica capitalista de acumulação (SALAMA, 1975). Conforme alertava Marx:

quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel moeda retirado da circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua (...) ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios (...) ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor (1989, p. 492-493).

O enorme contingente de desempregados permite, ainda, ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior, sendo esta a sua função primária no capitalismo; oferece também outra funcionalidade, na medida em que possibilita ao capital um volume de força de trabalho. Este pode ser mobilizado a qualquer momento, tanto para um ramo produtivo favorável momentaneamente ou ainda geograficamente pela forma de processos migratórios, atendendo às demandas de empreendimentos capitalistas. Desta forma, esse contingente de desempregados, que tem suas origens na acumulação capitalista, torna-se indispensável à sua manutenção, constituindo-se em um componente que não pode ser eliminado da dinâmica capitalista.

Assim, considerando o desemprego intrínseco à composição do modo de produção capitalista e indispensável na busca pela acumulação, essa contradição se constitui no cerne da composição orgânica do capital, e por ser orgânica, sem premissa de erradicação nesse sistema. Por conseguinte, o desemprego em massa não é resultante do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento destas sob as relações sociais de produção capitalistas.

O desemprego, portanto, é apreendido como um *status* social (PAUGAM, 2003), e não apenas a ausência de uma relação trabalhista assalariada. Constitui-se como uma característica das sociedades modernas, fundadas na égide do emprego remunerado e de caráter formal. É a partir da valorização do emprego remunerado que o desemprego adquire um significado social, econômico e político. O desemprego de base estrutural é uma das problemáticas percebidas no presente contexto do capitalismo. É necessário que se ressalte que essa forma de desemprego não é temporário, e possui, cada vez mais, expectativas de ampliação da sua expressão.

A partir do processo de reestruturação produtiva, promovem-se mudanças nos contratos de trabalho: o contrato em tempo integral e por tempo indeterminado vem se reduzindo cada vez mais em favor do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado (POCHMANN, 1999). Segundo afirma Antunes (2007), o resultado é uma estrutura do mercado de trabalho em três círculos concêntricos, onde o centro é ocupado por empregados em tempo integral, fundamentais para o desenvolvimento da produção. Gozam de maior segurança no emprego e de vantagens. Este é um grupo que diminui cada vez mais. A periferia abrange dois grupos distintos: o primeiro é constituído por empregados em tempo integral, mas com habilidades facilmente disponíveis no mercado. Com menos acesso a oportunidades de carreira, este grupo tende a ser caracterizado por uma alta taxa de rotatividade. O segundo grupo periférico inclui empregados em tempo parcial, empregados temporários e os subcontratados. Este grupo, que tem menos segurança no emprego, tende a crescer significativamente.

Quando o capitalismo partilhava a idéia de que a sua organização produtiva, regulada pelo livre mercado, se expandiria de forma equilibrada, homogênea e integradora, o setor informal era visto como sinônimo de atraso (TAVARES, 2006). Sob este enfoque, o desenvolvimento do capital acabaria por eliminá-lo. Mas quando a mesma economia de livre mercado se revela incapaz da integração prometida, o setor informal se impõe como a forma mais adequada à solução do desemprego, sendo reivindicado não porque seu desempenho contribua para a acumulação

capitalista, mas como uma ação complementar às políticas de assistência (TAVARES, 2006).

Esse deslocamento do desenvolvimento para a luta contra a pobreza, além de separar o econômico do social, faz supor que as atividades informais se restringem apenas a estratégias de sobrevivência, o que obscurece as relações existentes entre o setor informal e o núcleo formal da economia. Em outras palavras, a acumulação flexível tenta esconder relações que articulam mais-valia absoluta²⁹ e mais-valia relativa³⁰, mediante uma reorganização de formas pretéritas da produção de mercadorias, nas quais se inscrevem cooperativas de trabalho, trabalho domiciliar, empresas familiares, e tantas outras formas de trabalho precário, que os liberais conseguem enxergar como espaços de autonomia e de independência do trabalhador³¹ (TAVARES, 2006).

Assim, classificar o trabalho informal como mera atividade de sobrevivência é mais um embuste da ordem burguesa, tendo em vista deslocar a discussão da informalidade, que é funcional à economia flexível, para localizá-la somente no interior do que não é trabalho produtivo nem improdutivo, na perspectiva marxista (TAVARES, 2006).

Porém, é inegável a existência de ocupações informais na esfera de estrita sobrevivência, mas há, também, relações como a do trabalho domiciliar e das cooperativas de trabalho, subcontratadas por grandes empresas capitalistas, sem que o trabalhador tenha direito a qualquer proteção social, embora lhe sejam impostas obrigações idênticas à relação em que há compra/venda de força de trabalho.

Observa-se que o caráter flexível da informalidade caminha paralelamente ao constante desaparecimento das regulações que caracterizam o trabalho formal, o que aponta uma tendência à generalização do trabalho informal.

²⁹ A *mais-valia absoluta* ocorre a partir do aumento constante da jornada de trabalho. Essa extensão indefinida da jornada de trabalho esbarra nos limites físicos do trabalhador e na necessidade de controlar a própria quantidade de mercadorias que se produz (COSTA, 2003).

³⁰ A *mais-valia relativa* é o aumento da produtividade, através da utilização da mecanização, desvalorizando a força de trabalho e o conhecimento técnico do trabalhador (COSTA, 2003).

³¹ É relevante acentuar que a categoria *mais-valia* tem suas origens na teoria de Marx.

Os custos da opção pela informalidade são elevados e não estão restritos à economia. “Para o trabalhador, o custo da informalidade está na falta de qualquer proteção trabalhista ou previdenciária” (PRADO, 1994, p.22). Porém, o ingresso em uma atividade econômica formal exige que se cumpram requisitos legais, que por vezes representam gastos econômicos, tanto para o trabalhador quanto para o empregador, e procedimentos burocráticos que atrasam o processo de formalização do trabalho (PRADO, 1994).

3 O ASSISTENTE SOCIAL E O PROCESSO DE GARANTIA DE DIREITOS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ECONOMIA INFORMAL

3.1 SERVIÇO SOCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS

O Serviço Social, em sua origem, está intimamente vinculado ao nascimento do Capitalismo Monopolista (1890-1940), sendo que inicialmente constituía-se como uma estratégia da classe burguesa que visava a controlar os impactos gerados pelo desenvolvimento do sistema capitalista, que afetaram a força de trabalho uma vez que, naquele contexto, o capitalismo necessitava de grandes contingentes de mão-de-obra. Além deste aspecto, os trabalhadores, a partir do processo de cooperação, uniram-se e, em razão das precárias condições que dispunham para a sua própria manutenção, tensionaram o poder instituído, configurando a questão social, materializada pela luta de classes (burguesia x proletariado). Segundo Yamamoto e Carvalho (2003, p.77),

a questão social constituiu-se pelas expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia [...].

Para além disso,

a análise marxista da Lei geral da acumulação capitalista (...) revela a anatomia da questão social, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a questão social (NETTO, 2004, p. 45).

Contudo, o Capitalismo Monopolista e o Estado burguês dele decorrente utilizaram estratégias para reduzir as tensões provocadas pela contradição entre o capital e o trabalho, entre as quais a utilização de uma profissão que surgia com uma identidade atribuída pela Igreja e pelo próprio capitalismo. O Serviço Social, neste contexto, intervinha nas relações que se originaram a partir da questão social e de sua gênese. Desta forma, as ações sociais vigentes diluíam-se em diversas

políticas focais, fragmentadas em problemáticas particulares, pois o desemprego, a fome, a falta de habitação, por exemplo, eram tomadas individualmente e não como partes de uma totalidade, pois a raiz da questão social se encontrava na relação CAPITAL x TRABALHO e, buscar solucioná-la comprometeria a ordem social vigente.

O amadurecimento político da classe trabalhadora no final do século XIX e no início do século XX, bem como a generalização da pobreza assustava a burguesia. Deste modo, a partir do desenvolvimento da classe trabalhadora e da criação de partidos trabalhistas iniciaram-se as lutas por políticas sociais mais amplas. Tornava-se imperiosa a criação de novas formas de assistência, capazes de ganhar a aceitação da classe trabalhadora. O pauperismo crescera tanto na Europa que seu atendimento requeria a mobilização do próprio Estado, incorporando a prática da assistência social à sua estratégia operacional – o Serviço Social – e à sua estrutura, como instrumento de controle social (CASTRO, 2000).

A Sociedade de Organização de Caridade (SOC) surge da aliança entre a burguesia inglesa e o Estado, assumindo a tarefa de racionalizar a assistência e reorganizá-la em bases científicas e, sendo concebida pela burguesia, a assistência possuía três funções: econômica, ideológica e de controle. Assim, a burguesia e a SOC uniam-se, cobrando medidas mais globais e mais efetivas para a questão social (CASTRO, 2000).

Em 1865, Octavia Hill iniciou um trabalho de educação familiar e social com moradores de três casas adquiridas para esse fim pelo escritor John Rusken. O trabalho de Hill e seus colaboradores referenciou o desenvolvimento da ação social com famílias operárias (CASTRO, 2000).

Josephine Shaw Lowell funda em 1882, em Nova Iorque, a primeira sede da SOC, e 25 anos depois já estavam edificadas 180 sedes em todo o país, sendo que no início do século XX ainda era a maior instituição de assistência social (CASTRO, 2000).

Em 1893, a sede inglesa da SOC, em Londres, oferece o primeiro curso de formação de visitantes sociais voluntários. Mary Richmond, que trabalhava na SOC, desempenhou um papel fundamental na criação de escolas que qualificassem agentes para o exercício profissional.

Na Conferência Nacional de Caridade e Correção, em 1897, Mary Richmond difundiu a idéia e propôs a criação de uma Escola de Filantropia Aplicada. Nesse período, a concepção da sociedade burguesa sobre problemas de subsistência e suas reivindicações – os problemas sociais –, estavam associados aos problemas de caráter. Mary Richmond concebia a tarefa assistencial como reintegradora e reformadora de caráter (CASTRO, 2000).

Assim, com Mary Richmond, se estabeleceu, pela primeira vez, uma proposta científica em Trabalho Social, fundada na investigação e voltada à obtenção de ampla informação sobre a pessoa e de sua problemática social – diagnóstico - para, em seguida, planejar uma modificação de comportamento, chamada de tratamento, demonstrando a visão clínica que a profissão utilizava. Inaugurou-se, assim, uma orientação chamada diagnóstica, centrada nas relações sociais, e que mais tarde foi influenciada pela psicanálise (CASTRO, 2000).

Em 1898, foi criada a primeira Escola de Filantropia Aplicada, um marco relevante para a sistematização do ensino de Serviço Social, bem como para o seu processo de profissionalização e institucionalização (CASTRO, 2000). Ao final da Segunda Guerra Mundial, já se encontravam constituídas mais de 200 escolas, distribuídas pela Europa, Estados Unidos e América Latina.

A prática da assistência já não era apenas uma expressão de caridade. Realizá-la implicava o conhecimento de seus fundamentos, dominando os procedimentos que lhe eram próprios, constituindo uma nova forma de abordagem da questão social. Em 1907, forma-se uma nova denominação, trabalho social, uma prática criada com a finalidade de atender ao trabalhador e sua família, momento em que o agente profissional também era um trabalhador. Através do trabalho das

visitadoras sociais domiciliares foi que o Serviço Social iniciou suas primeiras atividades nas instituições públicas americanas (CASTRO, 2000).

Faz-se necessário ressaltar que o Serviço Social esteve dividido nesse período inicial de seu desenvolvimento por duas vertentes profissionais distintas: a perspectiva européia e a perspectiva norte-americana (CASTRO, 2000). A primeira, que possuía ligações com a Igreja Católica, fundamentava-se nas ciências sociais, tais como a sociologia, a economia e a pesquisa social, em busca de teorias, conhecimentos e conceitos, com vistas a superar o aparente e o individual, visando penetrar no contexto social e apreender suas manifestações. Acreditava ser relevante o agir sobre a sociedade e não sobre o indivíduo, para que não se desestabilizasse com as pressões por eles exercidas, demonstrando a importância da compreensão da sociedade e dos problemas que nela ocorrem e incidem. Já a segunda, que buscava responder aos interesses do capitalismo, enfatizava a abordagem individual e a apreensão do Serviço Social como atividade reformadora do caráter, seguindo uma linha psicológica e psicanalítica, objetivando manter o funcionamento adequado da sociedade sendo conhecido também como Serviço Social de Caso.

Quando o Serviço Social foi implantado no Brasil, na década de 1930, registrava-se no país uma intensificação do processo de industrialização e um avanço significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Tornaram-se mais intensas também as relações sociais peculiares ao sistema social capitalista. O Estado intervencionista passa a controlar as relações do capital x trabalho, fiscalizando os sindicatos e tornando-se um grande empresário, sem o qual não haveria o desenvolvimento industrial no Brasil.

Nas bases constitutivas da ação profissional do Serviço Social percebe-se um contra-senso: os profissionais são mobilizados ou requisitados pela classe dominante para atuarem junto à classe operária. Esta contradição pode ser compreendida através do processo de institucionalização e legitimação da profissão, que, no Brasil, está vinculado à criação e ao desenvolvimento das grandes instituições assistenciais, a partir da década de 1940.

Contudo, apesar dessa aproximação histórica entre assistência social e Serviço Social é importante demarcar sua distinção. Enquanto a primeira consiste num conjunto de ações focais inicialmente, e, após a Constituição de 1988, numa Política Pública, o Serviço Social constitui-se numa profissão que tem na prática da assistência um de seus *lôcus* de trabalho. Esta área não é de sua atribuição exclusiva, tampouco a profissão restringe seu trabalho ao exercício dessa política, embora o desenvolvimento histórico, tanto da Política como da profissão, tenham se influenciado mutuamente.

As grandes instituições assistenciais são criadas no auge do modelo corporativista do Estado e do desenvolvimento da industrialização através de políticas favoráveis. A supremacia da burguesia industrial, no Estado, em parceria com os proprietários rurais, marca este contexto, juntamente com o crescimento da massa operária, ocorrido devido ao desenvolvimento da indústria.

Formam-se novas demandas para o Estado Novo, e estas se constituem em absorver e controlar as classes urbanas emergentes, legitimando-se politicamente (SILVA, 2002). Para tanto, o Estado Novo utiliza-se de políticas de massa, incorporando as reivindicações populares, no intuito de controlar a liberdade dos movimentos do proletariado. As grandes instituições assistenciais são criadas objetivando responder às pressões do proletariado, passando as iniciativas assistenciais, incorporadas pelo Estado, a servir de apoio ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Neste período da história do país, o Serviço Social é apenas um projeto interventivo em fase inicial. É apresentado como uma qualificação dos leigos da Igreja Católica, que visa ampliar sua ação caritativa e desenvolver uma prática ideológica junto aos operários e suas famílias. O Serviço Social deste período é fundamentado na Doutrina Social da Igreja e visava a atender aos princípios da justiça e da caridade (SILVA, 2002).

Com o surgimento das grandes instituições, o campo de trabalho do Serviço Social amplia-se e suas bases de legitimação são transferidas para o Estado e as empresas, o que faz do Assistente Social um profissional assalariado e integrante de

uma categoria. Este vínculo, especialmente com o Estado, manteve-se ao longo do tempo, pois, ainda hoje, segundo estudos do CFESS (2005), o Estado responde por 70% da contratação da totalidade de Assistentes Sociais credenciados nos Conselhos do País, e a área da Assistência Social é a segunda que mais absorve estes profissionais. (PRATES, 2008). A população usuária do Serviço Social também se amplia e, acrescendo-se à parte empobrecida estão os setores trabalhadores urbanos, que são o alvo das políticas sociais do Estado (SILVA, 2002). Portanto, o Serviço Social passa a executar as políticas sociais do Estado e das empresas, como forma de enfrentamento da questão social que emergia do contexto de desenvolvimento das cidades e das indústrias.

Assim, a categoria passa a ser presença necessária no processo de desenvolvimento nacional na década de 1950, quando o Desenvolvimento de Comunidade é sistematizado e divulgado como forma de integrar os esforços dos cidadãos aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento (SILVA, 2002).

Percebe-se, nesse período, a necessidade de combater o comunismo na América Latina, principalmente após a Revolução Cubana em 1959, através de programas de assistência internacional (como, por exemplo, a Aliança para o Progresso).

No período de 1961-1964 é que se percebe o desenvolvimento de críticas ao Serviço Social dito “tradicional”, pois alguns setores da categoria já se encontram engajados em lutas por mudanças sociais. Os Assistentes Sociais são incentivados por uma agitação política que se agiganta no Brasil e na América Latina, perante a crise do desenvolvimentismo, o que provoca frustrações em diversos setores sociais. A questão social, neste contexto, é enfrentada por medidas educativas, alargamento da Previdência, acréscimo na Legislação Trabalhista de benefícios ao trabalhador do campo, alimentos básicos mais baratos, combate a doenças epidemiológicas e projetos habitacionais (SILVA, 2002). O processo político é perpassado por posições de diversas forças da sociedade e repercute no Serviço Social a partir da compreensão de duas vertentes: a conservadora e a mudancista (SILVA, 2002).

O referencial teórico e as propostas metodológicas iniciais do Serviço Social brasileiro tinham como fundamentos os princípios filosóficos e cristãos, aliados às experiências de ação social francesa e belga. Essas origens conferiram ao Serviço Social uma herança cultural com “fortes marcas confessionais”, como destaca Iamamoto (2007, p. 105). Neste período, o Serviço Social era concebido como uma “missão”, um “serviço” à sociedade, que estava na dependência de uma “vocação” específica de seus agentes a quem competiria, segundo expressões muito utilizadas na época, “fazer o bem-feito”. Isso significava realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos aos assistentes sociais, através da educação.

Por um lado, percebe-se que o Serviço Social era cada vez mais integrante do Estado, pois sua intervenção estava voltada para as “disfunções” sociais e individuais, e os objetivos para a integração social, não havendo discordâncias relacionadas aos objetivos das instituições e dos profissionais. É neste período que a Doutrina Social da Igreja foi substituída por correntes da psicologia, como a psicanálise, e da sociologia, como o Positivismo³² e o Funcionalismo³³ americano (SILVA, 2002). A preocupação da prática profissional passou a centrar-se na comunidade e não no indivíduo, com a utilização de técnicas como reunião e abordagens de grupos. Os valores da profissão são ainda humanistas e buscava-se a adaptação do indivíduo à sociedade, que era tida como harmônica.

Esses fundamentos passaram a ser questionados a partir da década de 1960, período em que grandes mudanças ocorreram na vida social, econômica, política e cultural brasileira. Estudos publicados pelos organismos internacionais e pan-americanos revelaram os problemas de subdesenvolvimento da América Latina, sua dependência em relação aos países hegemônicos e a marginalidade de grande parte de sua população (SILVA, 2002). O desenvolvimento se transformou numa

³² O Positivismo derivou do cientificismo, isto é, da crença no poder exclusivo e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis naturais. Essas leis seriam a bases da regulamentação da vida do homem, da natureza como um todo e do próprio universo. Seu conhecimento pretendia substituir as explicações teológicas, filosóficas e de senso comum por meio das quais – até então – o homem explicava a realidade (COSTA, 2003).

³³ O Funcionalismo é um ramo da antropologia e das ciências sociais; uma doutrina que pretende explicar aspectos da sociedade em termo de funções realizadas ou suas conseqüências para a sociedade como um todo (COSTA, 2003).

idéia-força que penetrou todos os setores da sociedade. A busca de uma saída para a situação de subdesenvolvimento tornou-se a preocupação dos responsáveis pelas políticas econômicas e sociais dos países sul-americanos.

Nesse contexto, os intelectuais das áreas das Ciências Humanas e Sociais, incluindo o Serviço Social, questionavam sobre as formas de superação das situações de atraso e de marginalidade social e sobre o papel dos diferentes profissionais no processo de desenvolvimento. Com a consciência das condições de subdesenvolvimento do País e da pobreza de grande parte da população, crescia entre os profissionais um sentimento de frustração, gerado pela incapacidade de atender às demandas sociais. Associavam-se a esse sentimento, a falta de reconhecimento e o desprestígio profissional do Serviço Social, em relação às profissões mais tradicionais.

Porém, de outro lado, uma pequena parcela de profissionais, posicionados na esquerda cristã, percebia a conscientização e a politização como necessárias para as mudanças estruturais. No período de 1960-1964, observa-se uma prática desta reduzida parcela da categoria que utiliza uma análise social crítica, percebendo as contradições e conflitos existentes na sociedade, que reivindicavam mudanças em sua estrutura (SILVA, 2002). O Desenvolvimento de Comunidade é tido como crítico, classista e político, fazendo com que as comunidades sejam percebidas como permeadas por forças antagônicas, dominadas através das relações sociais, o que torna a participação uma expressão da luta pela valorização das classes trabalhadoras. É a partir deste contexto vivenciado por profissionais do Serviço Social que se estrutura uma visão profissional que questiona a estrutura do *status quo*.

Este período histórico foi marcado pela ditadura militar no país, de 1964-1985, e, por não ser homogêneo, é subdividido em momentos distintos:

a) 1964 -1968 definem-se as bases do Estado de Segurança Nacional, com novos mecanismos de controle e com a reforma da Constituição, o Estado Novo e sua crise, com o AI-5, instituído pelos militares:

b) 1969 -1974 constituiu-se no período mais rígido;

c) 1974 -1985 ocorreu a retirada dos militares da política.

No primeiro período, o Serviço Social tem suas possibilidades de avanços críticos marcados pela Ditadura Militar. É um momento histórico em que o Movimento de Reconceituação começa a articular-se na América Latina (CASTRO, 2000). Este movimento permite que ocorra uma conscientização progressiva das limitações do Serviço Social, ao mesmo tempo em que se conscientizam quanto à situação em que se encontra a América Latina: subdesenvolvida, dominada e explorada.

Com o Golpe Militar de 1964, aos profissionais do Serviço Social restam como espaços de ação a execução de políticas sociais e de Desenvolvimento de Comunidade, a fim de desestruturar a resistência às inovações, pois esta oposição se colocava como empecilho ao desenvolvimento da economia. As alterações no modelo econômico haviam redefinido e reforçado os laços de dependência em relação aos países industrializados. Os investimentos de capital estrangeiro no País permitiram, entretanto, uma grande dinamização de sua economia, com conseqüente reorganização administrativa, tecnológica e financeira (SILVA, 2002).

A implantação e a consolidação do novo modelo que permitiu a acumulação e a expansão capitalista eram acompanhadas de novas formas de controle social e político. Houve repressão das classes trabalhadoras e contenção dos salários. Como mecanismo compensatório, foi implantada uma série de medidas de política social, sem consulta ou participação da classe trabalhadora. Nesse contexto, houve a tendência ao crescimento da demanda de assistentes sociais, como agentes executores das políticas sociais. Desses profissionais exigiu-se especialização em políticas sociais, planejamento, administração de serviço, o que significava uma formação técnica e metodológica rigorosa e adequada ao mercado de trabalho (SILVA, 2002).

Com o cerceamento dos movimentos mais amplos de mudança social, após 1964, os assistentes sociais se dedicaram com maior profundidade à crítica interna. Foram realizados importantes encontros profissionais, em níveis regionais, nacionais e latino-americanos, debatendo as questões profissionais e educativas do Serviço Social. A partir desses encontros, foram se definindo novas tendências no seu interior, tendo sido incrementada a produção intelectual e científica da área, em revistas, documentos e livros (SILVA, 2002).

O segundo período, de 1968-1974, é caracterizado pela repressão, aumentada com a instituição do AI-5, em um novo contexto apresentado ao Serviço Social. Os setores populares e os chamados “inimigos do Governo” eram fortemente reprimidos através de violência e de controle político, com a imposição do silêncio (SILVA, 2002). As organizações de oposição ao novo regime só poderiam existir na ilegitimidade.

Neste período, o país tem seu PIB com crescimento elevado, resultado do modelo político-econômico implantado, que tinha como pré-requisito o controle social, sendo fundamentalmente capitalista. Apresenta-se, então, à sociedade brasileira o fenômeno do “milagre econômico”, que só foi possível com a repressão aos movimentos sociais, a fim de implantar medidas para modificar as relações trabalhistas, como o arrocho salarial e a instituição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), com o banimento do direito de greve. Conseqüentemente, as políticas sociais vêm pra reduzir ou amenizar os problemas gerados pelo capitalismo, que se caracterizam pela exploração do trabalho e pela acumulação de renda (SILVA, 2002).

Desta forma a política social é vinculada ao sistema de produção, tendo como função a criação de estímulos ao crescimento econômico, sendo que o desenvolvimento social era tido como conseqüente deste. Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), a política social é percebida como formadora de integração social, gerando a harmonia entre o Estado e o setor privado, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, através da implementação de diversos programas (SILVA, 2002).

Os principais objetivos da política de integração social são a criação de bases que favoreçam o mercado de massa, conciliar a assistência a estímulos e incentivos ao rendimento do trabalhador, incitar que o crescimento da renda reflète no crescimento da poupança, tentando harmonizar a política de integração social e os níveis de crescimento do período. Neste contexto, os programas de Desenvolvimento de Comunidade são apresentados como incentivadores do desenvolvimento, integrando as comunidades aos programas de Governo (SILVA, 2002).

O assistente social torna-se o responsável pela operacionalização da política social e esta influencia, com suas características, a profissão nesta conjuntura, através da centralização político-financeira, da fragmentação institucional, a negação da participação social nas decisões políticas e o clientelismo com recursos públicos. A partir disto, percebe-se que o Serviço Social institucionaliza-se sob a subordinação da esfera privada de serviços sociais, mas controlado pelo Estado no que se refere aos convênios, ajudas e recursos financeiros e de assistência técnica.

No contexto da Ditadura Militar, o enfrentamento da Questão Social aconteceu através da assistência e da repressão. Então, a Questão Social é transformada em problema administrativo, perdendo seu teor político. As lutas políticas surgem reivindicando melhorias nas condições de vida, especialmente a classe trabalhadora, que se organiza e funda o Partido dos Trabalhadores (PT), lutando contra a crescente pauperização, que atinge até os setores médios (SILVA, 2002).

A conjuntura social brasileira, no militarismo, mostra que a prática do Serviço Social brasileiro teve, em um primeiro momento, uma linha modernizadora, que visava o avanço da profissão, com o intuito de construir um agir profissional mais moderno. Esta tendência é, para muitos autores, o princípio do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Portanto, o assistente social buscava por uma formação profissional moderna, absorvendo o planejamento, a coordenação e a administração como sendo relevantes para a atuação do Assistente Social.

Entre as propostas apresentadas por esse movimento se colocavam as seguintes: adequação do Serviço Social à problemática dos países latino-americanos, tendo em vista a impossibilidade de se trabalhar numa realidade concreta, com desafios próprios e específicos, utilizando-se métodos e técnicas importados de outra realidade; definição de um marco teórico referencial para a prática do Serviço Social latino-americano; busca de metodologia adequada às exigências dessa realidade e que pudesse assegurar a integração teórico-prática na atividade profissional; produção de uma literatura que refletisse as respostas do Serviço Social à realidade latino-americana (BULLA, 2003). Tal movimento propunha a adoção de um referencial marxista de análise dos fenômenos sociais e a adoção de novas metodologias de ação, que levassem em conta a totalidade do social.

No primeiro instante do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, o empenho dos profissionais em relação a sistematizar a teoria e a prática da categoria, é marcado no Encontro de Araxá (1967) e no Encontro de Teresópolis (1972). Nestes encontros são produzidos documentos que confirmam a tendência do Serviço Social na busca de integração social e assumem a vertente de modernização posta na conjuntura brasileira da época (SILVA, 2002).

A partir de 1970, a tendência marxista começa a ser incorporada ao Serviço Social no Brasil, estendendo-se a todas as profissões ligadas ao social, através da corrente do estruturalismo, onde as instituições são vistas como proliferadoras da ideologia do Estado; neste período, a prática institucional era deixada de lado em favor da participação política. Mas é exatamente neste período que os Cursos de pós-graduação nesta área iniciam no Brasil e, com eles, o trato mais aprofundado da pesquisa, bem como o acesso a obras clássicas, onde se incluem as contribuições marxiana e marxistas, o que irá repercutir mais adiante, especialmente no início da década seguinte, e ainda de modo mais consistente nos anos 1990, numa reaproximação desse paradigma de modo mais efetivo.

Na história da profissão, o assistente social tem desenvolvido dois papéis: de prestador de serviços, relacionado ao enfrentamento da pobreza e de necessidades emergenciais, e de educador e organizador, na medida em que agem como

encorajadores da democracia social e da garantia dos direitos (SILVA, 2002). Porém, a categoria dos assistentes sociais ainda não havia desenvolvido respostas homogêneas, a fim de fazer frente às demandas que se colocam ao Serviço Social.

O Movimento de Reconceituação não foi unidimensional, mas expressa as contradições sociais existentes. É um movimento da categoria a fim de desenvolver novas alternativas para a prática profissional, que fossem harmônicas com a situação apresentada na América Latina, na medida em que se caracteriza como processo de questionamento profissional (CASTRO, 2000). O movimento é incentivado tanto pelas pressões sociais dos populares quanto pela situação de desigualdades impostas pelo sistema capitalista. Na conjuntura latino-americana, o Movimento de Reconceituação exige que haja a ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador que originou a profissão, e que estava intimamente ligado às instituições, fazendo necessária uma proposta profissional de ação que tivesse em vista os interesses dos usuários do Serviço Social.

Cada autor do Serviço Social percebe o Movimento de Reconceituação de forma distinta, pois cada qual o vê e ao seu contexto histórico-cultural e profissional sob uma ótica particular. O que vale ressaltar é que esta literatura mostra duas formas de expressão do Movimento de Reconceituação. Uma dessas expressões possui base estrutural-funcionalista e parte da vertente modernizadora, em que a maior preocupação está relacionada ao desenvolvimento teórico-metodológico dos assistentes sociais, a fim de capacitá-los a lidar com o desenvolvimento. A outra expressão é a que visa ao Projeto Profissional, onde o estrutural-funcionalismo é superado pelo marxismo, a fim da renovação teórico-metodológica da profissão.

Conforme Netto (2001), o Serviço Social desenvolve-se historicamente a partir da década de 1960, inerente ao Movimento de Reconceituação e assume três direções distintas: modernizadora, reatualização do conservadorismo e de ruptura.

A tendência modernizadora tem seu ápice nos Encontros de Araxá e de Teresópolis, mas perde sua força na década de 1970, por não conseguir responder

as demandas vindas do interior da categoria (SILVA, 2002). Modernizar o Serviço Social significa torná-lo científico e técnico, com capacidade de trabalhar de forma interprofissional. Essa tendência é orientada pelo desenvolvimentismo e baseia-se no estrutural-funcionalismo, que caracteriza o assistente social como sendo apenas um executor das políticas sociais e dos programas, sem possuir um perfil crítico e de análise perante a realidade enfrentada. A modernização tem, neste contexto, um significado de superação do atraso profissional e do social.

A reatualização do conservadorismo é uma outra tendência deste período, que tem como fundamentação teórica a fenomenologia³⁴, onde a principal autora no Serviço Social é Anna Augusta de Almeida.

Já a tendência de ruptura, através do Projeto Profissional se encontra contextualizado no período de 1960-1964, em plena ebulição da política. Reduzidos grupos da categoria do Serviço Social começam a discutir o engajamento dos profissionais assistentes sociais na luta contra a má estruturação social. Orientados pela vertente marxista e com ciência da atuação do Estado junto ao setor dominante da sociedade, buscavam organizar trabalhos externos às instituições.

O Projeto Profissional a ser desenvolvido junto às demandas populares organizadas tem seus fundamentos transferidos do Positivismo e Funcionalismo para o Marxismo (SILVA, 2002). As bases legitimadoras da categoria estão nos usuários do Serviço Social, através das políticas sociais compreendidas como direito do sujeito e junto aos movimentos populares. Este é o denominado Projeto Profissional de Ruptura.

O Projeto Profissional é consolidado na década de 1980, tornando-se hegemônico ao nível da formação profissional e da pesquisa, possibilitando o avanço científico dos assistentes sociais. A dimensão organizativa do Serviço Social é ampliada, percebendo-se, neste período, o surgimento de sindicatos em todo

³⁴ A fenomenologia tem três conceitos principais: o diálogo, que é concebido como ajuda psicossocial e é através deste que se viabiliza a transformação social; a pessoa, em que o usuário é sentido como ser humano que é, e não apenas como uma vítima do sistema; e, transformação social, que é a capacitação, um alargamento de horizontes. O sentido da transformação social transcende a consciência humana (SILVA, 2002).

Brasil, com seu auge na formação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), no ano de 1983. Já a intervenção dos assistentes sociais continua bastante contida, apesar de se pensar na articulação da prática do Serviço Social aos movimentos populares, tornando a sociedade civil o principal campo de trabalho dos assistentes sociais (SILVA, 2002).

Segundo Silva (2002), a partir da década de 1970 são percebidas grandes transformações na ordem internacional, que se apresentam mais visivelmente nos anos 1990, através da globalização e da flexibilização econômica. Neste período, dois processos atuam no estímulo a desresponsabilização do Estado perante as problemáticas sociais, sendo estes o liberalismo econômico e o liberalismo político, advindos das vertentes neoliberais. O Estado necessita, com isto, atualizar suas funções em relação à sociedade.

Ao final da década de 1970 e início de 1980, o movimento começou a receber a influência de Gramsci (1995). A Instituição, anteriormente considerada pelo movimento crítico como aparelho reprodutor do Estado, a partir de uma leitura influenciada pela obra de Althusser, passou a ser reconhecida como espaço contraditório, onde circulavam as ideologias, e onde se podiam aproveitar os espaços para a divulgação de novas concepções de mundo, para minar as estruturas, abalar a hegemonia das classes dominantes e tentar uma nova estrutura societária.

As concepções de Gramsci (1995) serviam de estímulo, numa época de transição democrática quando se pretendiam ocupar todos os espaços possíveis, para dar uma contribuição efetiva ao processo de libertação do autoritarismo e à luta pelos direitos de cidadania. A prática institucional foi revalorizada, mas se buscavam novas formas de participação da população nos programas institucionais e sua articulação com os movimentos populares.

A pressão criada pelas lutas populares gerou novas demandas ao Serviço Social, a fim de que prestasse sua colaboração na organização e na instrução aos programas sobre a realidade dos trabalhadores, visando a desenvolver os

movimentos reivindicatórios destas classes (SILVA, 2002). Isso traz à tona a discussão sobre o papel político do Assistente Social junto às lutas sociais e a negação da neutralidade afirmada pela profissão. É neste contexto que o Serviço Social fez a crítica a sua história de relações com as classes dominantes e se configurou a necessidade de perceber o caráter político do Serviço Social.

É o ano de 1979 que fica marcado pela iniciativa advinda do interior da categoria, de rearticulação do movimento sindical dos profissionais do Serviço Social. Um outro tema discutido pela categoria diz respeito à formação profissional no Serviço Social, no período de 1975-1979, sendo que a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) programou um novo currículo básico que, mais tarde, passa a ser obrigatório em todos os cursos de Serviço Social no Brasil (SILVA, 2002). O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais reflete a tentativa de reorganizar a política do Serviço Social, quando a direção de caráter conservador é discutida, e são convidados dirigentes de movimentos populares.

Conforme Silva (2002), no terceiro período da Ditadura Militar, datado de 1974-1985, percebe-se uma movimentação dos profissionais do Serviço Social que se reflete nas três esferas que constituem o Serviço Social. Na esfera político-administrativa, nota-se uma maior participação política dos Assistentes Sociais. São percebidas contradições e lutas no interior da ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) e CFAS (Conselho Federal de Assistência Social). Na esfera acadêmica, ocorre um maior incentivo aos cursos de mestrado e da pesquisa, além do oferecimento da Editora Cortez & Moraes de um espaço de discussões para os profissionais, efetivando a comunicação de reflexões, antes só oferecida pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Interação em Serviço Social (CBCISS). Porém, na esfera interventiva são percebidas poucas experiências, e estas sendo, na sua maioria, reprimidas pelo regime ditatorial. Portanto, o processo de desenvolvimento do Serviço Social, no Brasil, é compreendido como permeado por embates de forças contraditórias, advindas do interior da categoria e também da sociedade, não sendo, dessa forma, um processo homogêneo.

Com a redemocratização do País e com a nova Constituição (Brasil, 1988) ocorreu uma importante mudança na área do Serviço Social, que acompanha todo um movimento da sociedade brasileira. As políticas sociais passaram a direcionar-se para a universalização e garantia dos direitos sociais para a descentralização político-administrativa e para a participação popular. Os assistentes sociais passaram a se questionar sobre os rumos da ação profissional, face à rearticulação dos movimentos populares e das organizações da sociedade civil. Discutiam-se a formação profissional e a relação da prática com os conhecimentos teóricos veiculados.

Para que haja a compreensão do Serviço Social inserido no contexto da Nova República (1986-1990), é preciso considerar os movimentos realizados nas três últimas décadas no Brasil, que buscavam por uma conscientização dos Assistentes Sociais quanto à carência de novas alternativas para a categoria. Ao mesmo tempo, estas alternativas exigem transformações na estrutura da sociedade brasileira e impõem-se à desigualdade social, às formas de opressão e à exploração da população através de um processo de organização social (SILVA, 2002).

Na metade da década de 1980 chega ao fim o padrão de Estado intervencionista para dar lugar ao Estado mínimo, que é adotado como padrão na década de 1990. Nesta conjuntura colocam-se dilemas enfrentados pelo Serviço Social quanto à sua modernização, já que o Estado não garante as condições para esta prática modernizada, pois concretamente não é capaz de realizar investimentos na área social.

Com a transição democrática, caracteriza-se uma grande crise econômica que compreende o período de 1980-1983, quando a dívida social é aprofundada em áreas como saúde e educação, além de não ser resgatada (SILVA, 2002). No plano econômico, as constantes trocas de moedas e o congelamento de preços e salários fazem com que o trabalhador sempre se prejudique, já que estas medidas não são cumpridas e ainda há a desvalorização salarial devido à inflação (SILVA, 2002). Já, no setor político, destaca-se o descrédito da população quanto às políticas por não trazerem novas alternativas ao social. É percebido um grande aviltamento em

relação ao Governo e uma grande instabilidade econômica que afeta negativamente a sociedade e o desenvolvimento brasileiro.

O movimento que busca propostas profissionais que garantam a legitimação do Serviço Social depara-se com grandes desafios, sendo um deles a tentativa de compreensão do período de “transição democrática”. A questão social, inserida na conjuntura que herda a Nova República, quando se apresenta um período de transição de um regime militar para um governo liberal, que se encontra em uma crise econômica mundial e reflete-se na realidade econômica do Brasil, é decorrência da integração ao sistema de divisão internacional do trabalho (SILVA, 2002). É um período de transição que se constituiu como espaço político diverso aos profissionais do Serviço Social, caracterizado pelo fim do militarismo e instituição de um governo baseado na democracia.

Em 1989, Fernando Collor de Mello é empossado Presidente do Brasil através de eleições diretas, tendo como lema de governo a modernização e o combate à corrupção. Porém, esta iniciativa modernizadora é fundamentada no autoritarismo, em que é construído um obstáculo entre o Estado e a sociedade civil, ambos desqualificados. A relação mantida pelo Estado com a sociedade é baseada em uma tentativa de despolitizá-la, referindo-se apenas aos miseráveis, e ignorando as classes organizadas (SILVA, 2002). Por outro lado, o Estado é satanizado e reduzido a uma imensa máquina corrupta e obsoleta, o que justifica, naquele período a chamada “caça aos marajás”.

No Governo Collor, prevaleceu o Estado mínimo, que apreende o trabalho como única fonte de renda do sujeito. Assim, a autocracia burguesa é favorecida e o espaço de participação popular é reduzido ao máximo, visando a paralisar a organização das classes populares. A política de Collor objetivava a redução dos gastos com programas assistenciais, invalidando os que já estavam em andamento, retirando dos planos públicos a política social. Essa atitude contradiz a realidade social do contexto, que apresentava uma ampliação da situação de miséria, agravada pela inflação e pelo arrocho salarial. Juntamente com essas medidas, o

governo Collor declara a Constituição de 1988 como sendo “inconstitucional” no que se refere aos direitos sociais (SILVA, 2002).

Na Nova República, a assistência social é utilizada na administração da miséria, a fim de impedir que a questão social se enraíze e também para legitimar socialmente o governo, com a anexação das necessidades básicas para a sobrevivência, direcionadas aos mais marginalizados, visando a paralisar as movimentações destes enquanto classe, diminuindo sua resistência (SILVA, 2002). Diante desta realidade é que emerge a alternativa de instituir o Estado de Bem Estar Social, no Brasil, alternativa que enfatiza os programas assistenciais. No entanto, este ideal é seriamente prejudicado pela crise econômica que se instaura, contendo os recursos a serem investidos pelo Estado.

A conjuntura desse período é de uma crise econômica em que se apresenta o aumento da miséria, do desemprego e da má distribuição da renda, que se reflete no Serviço Social através dos movimentos sociais que adentram na cena política e da ausência do Estado no processo de absorção das demandas (SILVA, 2002). Isto incita um agravamento da pobreza devido à insuficiência das políticas sociais, gerando uma demanda cada vez mais elevada pela sobrevivência das massas em situação de vulnerabilidade e pela ampliação das condições de precarização do trabalho, tal como o trabalho informal.

É nesse período que se manifestam grandes avanços no Serviço Social, em razão das contradições enfrentadas. O desafio posto ao Serviço Social é buscar alternativas de atendimento às demandas que se apresentam, na medida em que se desenvolve profissionalmente, articulando-se com esses desafios impostos pela sociedade.

Assim, na década de 1990, discutia-se no Serviço Social a conjuntura brasileira, face às mudanças no cenário mundial: a globalização da economia, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, o desemprego, o aprofundamento da desigualdade social e o aumento da exclusão social, em nossa sociedade, que causam uma crescente precarização da qualidade de vida de vários segmentos da

sociedade. Essa realidade propunha ao profissional de Serviço Social novos desafios, que deviam ser enfrentados no cotidiano de sua prática profissional, pois as modificações estruturais vividas pela sociedade brasileira rebatem diretamente o conjunto de segmentos que configuram a clientela ou os usuários dos serviços profissionais.

Quando Collor é impedido de governar, em 1992, Itamar Franco assume como presidente da República com um discurso voltado à reforma do neoliberalismo. Nesse período, registra-se no Brasil uma extensa crise sócio-econômica, gerando aumento da situação de pobreza.

Em 1994 é lançado o Plano Real com o intuito de estabilizar a economia, a fim de se retornar ao crescimento. Com isso, a assistência social do governo é centralizada por duas grandes entidades: a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e a CBIA (Centro Brasileiro para a Infância e a Juventude), apesar da corrente de descentralização dos programas que se observa desde a década de 1980 (SILVA, 2002).

Conforme Silva (2002), a assistência social não teve grandes avanços desde a Constituição de 1988, mas neste período ocorre o sancionamento da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), em 1993, sendo aos poucos operacionalizada.

O Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), aplicado em 1993 sob a liderança de Herbert de Souza, foi uma das políticas sociais mais relevantes do governo Itamar Franco, sendo uma parceria entre governo e sociedade civil, na tentativa de gerar respostas ao crescente problema da fome no Brasil (SILVA, 2002).

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), empossado em 1995, apresenta-se a tendência de avanços no ajustamento estrutural, que é a condição necessária para que haja a integração do Brasil aos demais países globalizados. O governo FHC extingue a LBA e a CBIA, o que faz da assistência social uma política social de caráter emergencial, destituindo-a de seu caráter de

direito do povo e dever do Estado, instituído na Constituição de 1988 como política de Seguridade Social. Tal fato relaciona-se com o perfil neoliberal do governo FHC, cujo ajuste estrutural tem prioridade sob a área social. O enfrentamento da questão social no governo FHC sujeitou-se às premissas do ajuste estrutural, que dificulta a instituição do Comando Único de Assistência Social, previsto na LOAS, o que se configurou numa alternativa de reduzir o Estado a partir da esfera social (SILVA, 2002).

Um dos primeiros atos de FHC, ao assumir a Presidência da República, foi a substituição do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) – instalado no governo de Itamar Franco - pelo Programa Comunidade Solidária³⁵. Foi uma ação que limitou a intervenção do governo federal à distribuição de cestas básicas à população que se encontrava em situação de desemprego e vulnerabilidade sócio-econômica extrema. Criado pelo Decreto nº. 1.366, de 12/01/95, o Comunidade Solidária objetivava a parceria entre Governo e Sociedade Civil, demonstrando ser uma estratégia de esvaziamento da responsabilidade do Estado no que diz respeito às problemáticas sociais (CARVALHO, 2005).

Da mesma forma, os serviços sociais – repassados às organizações filantrópicas e do terceiro setor - desenvolvidos sob a forma de voluntariado desqualificavam a intervenção na área social, remetendo a esta prática o viés da solidariedade e da “realização do bem comum pelos indivíduos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 154). Estas medidas expõem a redução do aparato institucional do Estado, acrescidas da reorientação neoliberal do Estado no âmbito social, ampliaram o processo de redução da esfera pública estatal. Sob argumentos de excessos em “gastos sociais” mal direcionados, a política de focalização permitiu a redução do Estado no campo social, desmontando gradualmente os avanços já obtidos a partir da concepção universalista, garantida constitucionalmente desde 1988, que norteava lentamente a construção da política social brasileira.

³⁵ Ver: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

Dentro da categoria dos assistentes sociais já surgem críticas a FHC quanto ao seu enfrentamento da questão social e a inviabilização da LOAS, como negação à política pública de Seguridade Social que é a assistência social, transformando-a em ação emergencial e paliativa dos problemas sociais (SILVA, 2002).

Portanto, todas as instituições sociais são resultantes da luta de classes, incluindo o Estado. Essas lutas de classes representam as contradições da sociedade que moldam o Estado em um processo constante.

É importante demarcar que a década de 1990 foi especialmente importante para a consolidação do amadurecimento de um Serviço Social crítico, levando em conta a permanência de contradições no âmbito profissional, o que se pode verificar nos documentos produzidos pela profissão neste período, já inspirados numa orientação epistemológica fundamentada nas contribuições marxianas, entre as quais, destacam-se: o novo Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e o Documento ABESS – CEDEPSS (1996) - hoje, ABEPSS -, que orienta a formação e o exercício profissional (PRATES, 2008).

Assim, percebe-se que o Projeto Profissional de Ruptura enfrentou alguns desafios dentro o processo de sua elaboração, que se contextualizou principalmente na década de 1980. Sendo que já foram discutidos no decorrer do texto, podem-se citar alguns destes desafios: o esclarecimento da condição política do Serviço Social e a desmistificação da sua neutralidade; a transformação social objetivada pela profissão; a teorização do Serviço Social e a luta pela valorização das classes populares através da ação dos assistentes sociais.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive em seu presente é desenvolver sua capacidade de “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos” (IAMAMOTO, 2007, p. 20), a partir de demandas emergentes de seu cotidiano. Para tanto, o profissional do Serviço Social, além de um executor de políticas deve ser também propositivo.

Segundo Iamamoto (2007), quando se questiona como o Serviço Social participa da produção/reprodução da vida social, a atenção volta-se à produção e reprodução da vida material. Os homens têm necessidades sociais e carecimentos a satisfazer e, por meio do trabalho, buscam respondê-los. Quando se fala em produção/reprodução da vida social não se abrange apenas a dimensão econômica, mas também a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais, relações estas que envolvem poder. Desta forma, estas relações são de luta e confronto entre classes, tendo no Estado a expressão da teia do poder na sociedade (IAMAMOTO, 2007).

As tendências do mercado de trabalho indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais, enquanto há larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados (IAMAMOTO, 2007). Neste contexto, emerge o trabalhador polivalente, que é chamado a exercer diversas funções, no mesmo período de trabalho e com o mesmo salário, o que é produto do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. O trabalhador deixa de ser um trabalhador *especializado* para se tornar um trabalhador plural.

Esse processo de *modernização da produção* (IAMAMOTO, 2007) faz retornar antigas formas de trabalho, como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e fundamentalmente um maior índice de desemprego estrutural. O trabalho mais eficiente, com a utilização de tecnologia moderna e alta qualificação da força de trabalho nos setores de ponta da economia implica uma redução da demanda de trabalhadores e expulsão de mão-de-obra.

Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários, sendo esta a raiz da nova pobreza (IAMAMOTO, 2007), de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais espaço no mercado de trabalho. São reservas de força de trabalho descartáveis para o mercado de trabalho, o que inviabiliza para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida.

Na atual conjuntura de recessão da produção econômica mundial, as lutas sindicais encontram-se fragilizadas e a defesa do trabalho é dificultada perante o aumento das taxas de desemprego. Mattoso (1997) destaca a questão da insegurança do trabalho, que engloba a insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação, na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho. No Brasil, este quadro é agravado, visto que ao desemprego somam-se diversos outros fatores, tais como: as relações de trabalho baseadas na violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, o trabalho informal, clandestino e escravo, que adquirem uma máscara de modernidade no país, reforçando traços históricos que persistem na nossa formação social (IAMAMOTO, 2007).

Sabe-se, então, que os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões, tais como os sujeitos as vivenciam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social. Decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese e as novas características que assume na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato (IAMAMOTO, 2007), desafia os profissionais do Serviço Social teórico-metodologicamente, exigindo o exercício de seu projeto ético-político.

Nas últimas três décadas os profissionais Assistentes Sociais vêm se organizando, a fim de construir uma nova identidade e uma nova fundamentação que legitime o Serviço Social junto às classes trabalhadoras (SILVA, 2002). Essa organização já pode ser percebida desde a década de 1950, quando se agrava a crise do padrão capitalista de acumulação, sustentado pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek (SILVA, 2002). No contexto atual, o Serviço Social tem a clareza de um projeto ético-político, mas as mazelas continuam.

Segundo Iamamoto (2007), o desemprego e a crescente exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho se constituem no problema central do mundo contemporâneo. A redução de empregos somada à desresponsabilização do Estado

quanto aos serviços e direitos sociais faz elevar a situação de miséria, comprometendo a garantia dos direitos sociais e humanos.

O Serviço Social é um produto sócio-histórico, que “adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão” (IAMAMOTO, 2008). Sendo assim, esclarecer essa especialização do trabalho exige que se decifrem os processos sociais que o demandam na sociedade. É possível afirmar que

articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade. (...) compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social –, não apenas são o *pano de fundo que emolduram o exercício profissional*; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está (...) *em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade*, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional (IAMAMOTO, 2007).

Portanto, decifrar as múltiplas expressões da Questão Social, objeto da profissão, é um requisito básico, permitindo elucidar as formas de desigualdades sociais – ou seja, de classes –, em suas variadas facetas, mas também é desvendar as expressões de resistência e de luta que vivenciam os sujeitos (IAMAMOTO, 2007). O assistente social, tendo a Questão Social por eixo fundante da profissão, deve reconhecer e apreender as suas manifestações centrais que hoje se constituem na ampliação do desemprego e na precarização das relações de trabalho (IAMAMOTO, 2007). É necessário que esse profissional visualize para além da aparência dos fenômenos sociais, resgatando sua essência. Da mesma forma, lamamoto (2008) afirma ser um dos compromissos atuais do assistente social o desocultamento das formas de exploração e dominação utilizadas pelo capital. Ele se transforma, se adapta e recria suas formas de expropriação de acordo com o momento histórico e conforme as necessidades que este lhe impõe, mas a raiz de sua sobrevivência permanece a mesma: a exploração da força de trabalho.

O Serviço Social enquanto profissão possui elementos que fundamentam e legitimam suas ações, que serão abordados no item a seguir, partindo da análise documental realizada. Estes elementos tomados em análise demonstram as

possibilidades de intervenção do Serviço Social junto aos trabalhadores da economia informal, e apontam para a necessidade de implementação de ações, como via de efetivação dos princípios da profissão.

3.2 ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL

A Lei de Regulamentação da Profissão, nº. 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social, abordando, para além da legislação referente à legalidade do exercício da profissão, também suas competências e atribuições privativas. Para tanto, a designação Assistente Social é privativa daqueles habilitados na legislação vigente (Art. 3º):

Artigo 1º - É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

Artigo 2º - Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no artigo 14 e seu parágrafo único da Lei n. 1889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único - O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta Lei.

Sendo assim, se constituem enquanto competências do assistente social, de acordo com o Art. 4º da supracitada Lei, presente no inciso I, planejar, implementar, executar e avaliar políticas sociais em órgãos públicos, de forma direta ou indireta, bem como em empresas, entidades e organizações populares. Tal inciso fundamenta a inserção do assistente social nas três instâncias de Governo,

respaldando a sua participação no processo de elaboração e gestão de políticas sociais e públicas, seja por assessoria e consultoria, ou por sua efetivação no quadro público, além de abordar seu caráter histórico como executor que privilegia a intervenção na realidade social concreta. Também legaliza a inserção do profissional na iniciativa privada, Ao possibilitar ao profissional a realização da avaliação das políticas sociais, permite o estudo e aprimoramento destas, com vistas a adequá-las às peculiaridades, e às diversidades sociais, históricas, econômicas, geográficas e culturais do contexto em que se implementam.

Ao mesmo tempo, o inciso II deste Artigo possibilita a atuação do assistente social junto a organizações da sociedade civil, no que tange à elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos, desde que no âmbito de atuação do Serviço Social.

O encaminhamento de providências e a orientação social a indivíduos, a grupos e à população, da mesma forma que e a orientação a indivíduos e grupos de distintos segmentos sociais a respeito do acesso a recursos e à utilização destes no atendimento e defesa de seus direitos justifica-se enquanto competências do assistente social através dos incisos III e V desta Lei. Essas competências viabilizam o incentivo, por meio do trabalho do assistente social, à organização política dos trabalhadores informais, bem como a orientação e socialização de informações quanto às vias de acesso aos seus direitos assegurados.

Ao assistente social também compete o planejamento, a organização e administração dos benefícios e Serviços Sociais (inciso VI), de maneira a fazer valerem os direitos sociais dos usuários de seus serviços, tendo em vista sua formação profissional pautada nos princípios da justiça social e da equidade.

Um dos maiores desafios do assistente social é o desvendamento da realidade social e de seus processos, no sentido de desocultar as estratégias de exploração, dominação e precarização das relações sociais. Para tanto, o planejamento, execução e avaliação de pesquisas que objetivem contribuir com a análise da realidade social, privilegiam a qualificação dos processos de trabalho nos quais este profissional se insere, subsidiando suas ações de modo coerente com o contexto do espaço sócio-ocupacional onde atua (inciso VII).

A realização de assessoria e consultoria, seja a órgão da administração pública direta e indireta, ou empresas privadas e outras entidades, é uma das competências expressas pelo inciso VIII desta Lei, desde que no âmbito da elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos de conteúdo do Serviço Social, de acordo com o inciso II do Art. 4º.

O apoio e a assessoria aos movimentos sociais, em matéria voltada às políticas sociais, na perspectiva do exercício e defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade, enquanto competência do assistente social (inciso IX), permitem e legitimam o posicionamento deste profissional junto aos trabalhadores da economia informal, e de modo especial se pode citar aqueles organizados em empreendimentos de caráter associativo e cooperativo, tais como a Economia Popular Solidária e cooperativas de trabalho, ou ainda com movimentos sociais de defesa. Estes se constituem enquanto *locus* privilegiado de inserção do assistente social, que pode estimular o debate sobre a autonomia, cidadania e justiça social, gerando um ambiente fecundo para a constituição de sujeitos políticos, conscientes de seus direitos e deveres, mediando a organização destes movimentos, e contribuindo com a emancipação social dos sujeitos.

São competências do Assistente Social: planejar, organizar e administrar os Serviços Sociais e Unidades de Serviço Social (inciso X), bem como realizar estudos sócio-econômicos com os usuários que buscam benefícios e serviços sociais em

órgãos de administração pública, direta e indireta, além de empresas privadas e outras entidades (inciso XI). Para a realização do estudo sócio-econômico, o assistente social se utiliza dos instrumentais da profissão – instrumentos e técnicas -, bem como o fundamenta com base na produção teórica da categoria. As legislações sociais o orientam neste processo de análise sócio-econômica para fins da viabilização do acesso aos benefícios e serviços sociais.

Desta forma, conceber a ação do assistente social enquanto processo de trabalho, permite afirmar que seu trabalho possui valor de troca e de uso, e que este profissional sofre as transformações do mundo do trabalho, fatores estes que condicionam a sua prática profissional. O objeto do trabalho do assistente social é a questão social, tanto em suas manifestações de desigualdade³⁶ quanto de resistência³⁷. Ela que, segundo lamamoto (2007), mobiliza a necessidade da ação profissional, por meio de suas inúmeras expressões. No que concerne ao instrumental, que segundo Marx (1989, p. 205), se constitui enquanto:

uma coisa ou conjunto de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre este objeto (...) de acordo com o fim que tem em mira.

Embora os meios não participem diretamente do processo de trabalho, quando não se conta com eles o trabalho fica “total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se” (MARX, 1989, p. 205). De tal modo que

a terra é ainda um meio universal de trabalho, pois fornece o local ao trabalhador e proporciona o processo que ele desenvolve o campo de operação (field of employment). Pertencem a esta classe meios resultantes de trabalho anterior, tais como edifícios de fábricas, canais, estradas etc (MARX, 1989, p. 205).

³⁶ Segundo Nascimento (2000, p.58), “o conceito de desigualdade refere-se, como é conhecido, à distribuição diferenciada, numa escala de mais ou menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes”.

³⁷ É relevante para este estudo que se compreendam as manifestações da economia informal como formas de resistência ao processo de acumulação do capital, na medida em que se constituem como forma alternativa de geração e complementação de renda, apesar da possível precarização do trabalho (a que está sujeito todo trabalhador, inclusive o da chamada economia formal), contradição essa que não pode ser negada.

Portanto, no caso do assistente social, não é possível restringí-lo à utilização de um conjunto de técnicas, sendo que este se constitui, também, das estratégias concebidas pelo profissional, bem como de teorias e metodologias por ele mediadas para realização de seu trabalho. O uso de técnicas só adquire sentido se orientadas por um método e por teorias que lhe confirmam direção, bem como pela articulação com outros e diversos meios de trabalho.

Constituem-se enquanto atribuições privativas do assistente social, de acordo com o Art. 5º. da Lei de Regulamentação da Profissão (1993):

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social.

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

É no Art. 5º. que o exercício privativo destas atribuições pelo assistente social são explicitados. Porém, é possível afirmar que, a partir da análise deste, a inserção e a implementação de ações junto às expressões da economia informal não são tarefas únicas do profissional do Serviço Social. Como já apresentado nos capítulos anteriores, para fins de efetivação das políticas sociais, por exemplo, exige-se a participação de outras categorias profissionais, com vistas a viabilizar a integralidade do atendimento à população usuária dos serviços. Contudo, quando se trata de ações e políticas no âmbito do Serviço Social, o assistente social tem a base legal que o torna o responsável pelo planejamento, execução, organização, coordenação e avaliação destes, tendo em consideração a sua qualificação profissional para tal, garantida pela sua formação.

Sendo assim, a elaboração e aprovação da Lei nº. 8.662 (1993) amplia a atuação e a especificidade da profissão, ao reconhecer suas ações privativas e dispor das competências do assistente social. O reconhecimento do exercício da profissão de assistente social apenas aos portadores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, com registro nos órgãos competentes protege a prática profissional e qualifica o exercício da profissão. Ao mesmo tempo, extingue antigas formas de atuação de outros segmentos, como auxiliares sociais, agentes sociais e outras denominações anteriormente reconhecidas por sua atuação como assistente social. Portanto, a utilização da titulação de assistente social e o termo Serviço Social só podem ser efetivados de acordo com a Lei da Regulamentação da Profissão, seja nos órgãos públicos de administração direta e indireta, ou ainda em empresas privadas e demais entidades, tais como de organização da sociedade civil.

Desta forma, através da Lei nº. 8.662/93, o Serviço Social é profissão que realiza pesquisa, análise e também intervenção na realidade concreta, através da elaboração, implementação e execução de políticas sociais, seja no âmbito da

administração pública, empresarial e organizações sociais e populares. O assistente social é profissional habilitado a prestar orientação e assistência social diretamente a indivíduos e grupos sociais de diversos segmentos usuários de seus serviços. Portanto, o assistente social é o profissional do Serviço Social, habilitado a exercer a profissão após registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), o qual o credencia a assumir as competências e atribuições privativas que integram o exercício profissional.

É interessante ressaltar que a fiscalização do exercício profissional também é uma de suas atribuições privativas, permitindo o amparo ao desenvolvimento de sua prática, a partir da ação dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social. Esta medida garante e prima pelo cumprimento do projeto ético-político profissional, sistematizado no Código de Ética do Assistente Social, que norteia a prática profissional a ser analisado a seguir.

O Código de Ética do Assistente Social, instituído a partir da Resolução do CFESS nº.273, de 13 de março de 1993, é produto histórico, tal como o Serviço Social e se configura enquanto materialização do posicionamento dos assistentes sociais junto à classe trabalhadora, ou seja, é o compromisso concreto da profissão com os usuários dos seus serviços. Ainda, dispõe sobre os direitos e deveres do assistente social, orientando a sua relação profissional com os usuários e demais sujeitos com quem se articula no exercício de sua profissão.

O reconhecimento da liberdade, enquanto valor ético central, e das demandas políticas a ela inerentes, tais como: emancipação, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, é primordial para o assistente social na medida em que serve de norte em sua prática profissional e possibilita a articulação com os demais princípios éticos da profissão que são:

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Estes princípios permitem a intervenção do assistente social na realidade concreta com vistas a garantir a ampliação e efetivação da cidadania, a partir da defesa da garantia de acesso a direitos e serviços e que se configuram enquanto base para a estruturação de uma nova ordem societária. Como já visto, o assistente social se compromete ao cumprimento destes princípios por seu posicionamento na luta pelos direitos da classe trabalhadora, resultado de seu processo histórico, que culminou, após a reconceitualização da profissão, na elaboração e materialização dos documentos da profissão.

Com o objetivo de garantir o exercício efetivo da profissão, o Código de Ética trata dos direitos do assistente social, de acordo com o Art. 2º. ,

- a. garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão, e dos princípios firmados neste Código;

- b. livre exercício das atividades inerentes à Profissão;
- c. participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d. inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e. desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f. aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g. pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h. ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i. liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Estas premissas garantem o exercício profissional de acordo com o projeto ético-político, edificado pela categoria, em tempos de domínio do capital. Tal projeto se estende aos espaços sócio-ocupacionais da profissão, tornando-o permeado de contradições, e onde se delinham disputas de poder, mesmo dentro de instituições estatais.

Ainda, ao assumir compromissos éticos, o assistente social também assume responsabilidades quanto à sua prática, que se configuram no Código de Ética nos deveres do assistente social. Assim, o assistente social deve desempenhar suas atividades profissionais com eficiência, eficácia e responsabilidade, observando a legislação em vigor. A utilização de seu número de registro profissional realizado junto ao Conselho Regional, como forma de legitimar o exercício profissional, é imperativo, ao tempo em que deve se abster de práticas que caracterizem censura, cerceamento da liberdade, policiamento dos comportamentos, e denunciando quando estes ocorrem aos órgãos competentes. Deste modo, é perceptível a relação destas premissas com o projeto profissional de ruptura, marco histórico da profissão. A partir dele a profissão rompe seus vínculos com uma prática invasiva e

de viés funcionalista, assumindo o referencial crítico como necessário frente às novas configurações do capitalismo, possibilitando a análise da realidade em sua totalidade e contradição, bem como a compreensão de que a profissão objetiva a garantia de direitos e não o policiamento da população usuária dos seus serviços.

No que tange à relação do assistente social com a população usuária o Código de Ética referencia como deveres deste profissional:

- a. contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código;
- c. democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d. devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e. informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f. fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g. contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h. esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional;

Estas premissas fazem valer a Lei de Regulamentação da Profissão, priorizando o atendimento ao usuário acima dos interesses institucionais, conforme

demonstra o Capítulo II deste Código, que trata das Relações com as Instituições empregadoras:

Artigo 7º - Constituem direitos do Assistente Social:

- a. dispor de condições de trabalho condignas, sejam em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- b. Ter livre acesso à população usuária;
- c. Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais, e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;
- d. Integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Artigo 8º - São deveres do Assistente Social:

- a. programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;
- b. denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes desse Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- c. contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- d. empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais;
- e. empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários.

Artigo 9º - É vedado ao Assistente Social:

- a. emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;
- b. usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;
- c. utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas.

Sendo assim, a instituição empregadora, seja de caráter público, empresarial ou civil, deve propiciar as condições necessárias para o pleno exercício profissional, garantindo o livre acesso à população e às informações institucionais que possibilitem a prática do assistente social no que se refere a programas e políticas sociais. Porém, ao profissional também cabe o dever de fiscalizar e denunciar falhas na legislação da instituição que afetem seu trabalho, empenhando os recursos sobre sua responsabilidade com transparência e utilizando-os de acordo com as necessidades da população usuária dos serviços. Destaca-se o seu compromisso em viabilizar os direitos dos usuários por meio de programas e políticas sociais, tendo em vista o tema deste trabalho de dissertação, que visa a abordar as contribuições do assistente social na perspectiva de assegurar os direitos dos trabalhadores informais.

Porém, como já observado, do assistente social não é privativo o trabalho junto a populações vulnerabilizadas. A sua inserção em equipes multiprofissionais qualifica o atendimento às demandas reais e, desta forma, o Código de Ética aborda a relação com outros profissionais em seu Capítulo III,

Artigo 10º - São deveres do Assistente Social:

- a. ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código;
- b. repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- c. mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado, para fim de estudos e pesquisas que visem ao aprimoramento profissional, bem como de representação ou delegação de entidade de organização da categoria e outras, dando igual oportunidade a todos;
- d. incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- e. respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- f. ao realizar crítica pública a colega e outros profissionais, fazê-lo sempre de maneira objetiva, construtiva e comprovável, assumindo sua inteira responsabilidade.

Artigo 11º - É vedado ao Assistente Social:

- a. intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido desse profissional; em caso de urgência, seguido da imediata comunicação ao profissional; ou quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada;
- b. prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade;
- c. ser conveniente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por Assistente Social e qualquer outro profissional;
- d. prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro profissional;

Certamente, estão dadas as premissas para o trabalho com outros assistentes sociais numa Unidade de Serviço Social, por exemplo, e para a prática multidisciplinar, resguardando as características próprias da profissão, e exigindo o respeito às demais categorias profissionais.

Os textos legais são o norte, a base e a regulamentação da profissão e, para tanto, a sua inserção e de seus princípios e valores no currículo de formação profissional do Serviço Social é imperativa. A Proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, documento sistematizado pela ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), datada de 8 de novembro de 1996, tem por base o Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral extraordinária. É produto de um debate amplo e sistemático realizado pelas Unidades de Ensino (UE), a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da ABESS, realizada em Londrina-PR, deliberou sobre a revisão do Currículo Mínimo, que estava em vigência desde 1982. Assim, entre os anos de 1994 e 1996, foram realizadas mais de 200 oficinas locais nas 67 Unidades de Ensino vinculadas à ABESS, 25 oficinas regionais e duas nacionais, que, após diversas etapas de produção, revisão e sistematização, culminaram no documento. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, oportunizando o processo de normatização das Diretrizes Gerais, dentro das particularidades da nova Lei.

A Proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social objetiva alcançar um patamar comum, permitindo a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino de Serviço Social, bem como adequar a formação profissional às novas demandas impostas pela realidade social contemporânea à profissão. O documento reconhece as novas expressões da questão social como produtos da reforma do Estado e das transformações no âmbito da reprodução social, exigindo novas demandas de qualificação do profissional, além de alterarem os espaços sócio-ocupacionais, tornando necessário o estabelecimento de padrões de qualidade adequados ao curso de educação superior.

A análise detalhada da realidade brasileira, partindo do referencial crítico como base de investigação, de modo a relacionar a nova configuração do Estado, as teorias que a norteiam e as políticas sociais implementadas em cada período histórico, da mesma forma que a contribuição dos assistentes sociais nesse processo são elementos fundamentais que devem ser articulados na formação.

Os princípios que regem a formação profissional podem ser sintetizados da seguinte forma:

- a) flexibilidade de organização de currículos plenos;
- b) rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social;
- c) adoção de teoria social crítica, que permita apreender a totalidade social nas esferas da universalidade, particularidade e singularidade;
- d) superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular;
- e) dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e centrais da formação, bem como a relação teórico-prática;
- f) padrões de desempenho e qualidade iguais para cursos diurnos e noturnos, restringindo a 4 horas/aula o último;
- g) caráter interdisciplinar;
- h) indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão;
- i) exercício do pluralismo como próprio da dimensão acadêmico e profissional;
- j) ética como princípio formativo, transversal a todo currículo;
- k) indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

A partir destes princípios são definidas as diretrizes curriculares da formação profissional, dentro dos eixos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político:

apreensão crítica do processo histórico enquanto totalidade; investigação sobre a formação histórica e processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado; exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional vigente (Proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, 1996).

Ao se compreender que o pressuposto central das diretrizes é a constante construção de conteúdos para a intervenção profissional nos processos sociais, sendo que estes são dinâmicos, a flexibilidade é premissa para a permanente atualização da formação profissional. Para tanto, a efetivação do projeto de formação remete à constituição de Núcleos de Fundamentação:

- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (Proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, 1996).

O primeiro núcleo é responsável pela análise dos componentes fundamentais da vida social, e estes são particularizados nos outros dois núcleos. A formação profissional, portanto, é composta por uma totalidade de conhecimento, sistematizados nestes três núcleos. A articulação entre estes núcleos de conhecimento possibilita uma nova forma de mediação que deve permear toda a formação profissional, possibilitando a aproximação entre teoria e prática.

Ainda, com vistas a permitir a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o documento expressa como observações a indicação de destinar parte

da carga horária total do curso para atividades complementares, como por exemplo, monitoria, iniciação científica, extensão, seminários e outras atividades definidas a partir do plano acadêmico do curso. Enfatiza também a indicação em garantir carga horária maior nas disciplinas de Serviço Social.

Ademais de se compreender como exaustiva a discussão acerca da formação profissional em Serviço Social, sabe-se necessária, no sentido de que é a partir de espaços de debate sobre o tema que se viabiliza o contínuo aprimoramento do currículo, o que, pelo que se expôs, é a base para a intervenção profissional qualificada.

A estruturação da Proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social é perpassada, em toda sua produção, pelos princípios e valores constantes no projeto ético-político profissional, e possibilita ao assistente social a efetivação de suas competências e atribuições privativas expressas na Lei de Regulamentação da Profissão. Para tanto, a análise intrincada destes três documentos da profissão demonstram que o assistente social está habilitado a inserir-se em espaços sócio-ocupacionais onde se encontram manifestações da economia informal.

As demandas postas ao assistente social na atualidade estão relacionadas, principalmente, às alterações nas relações e regulamentações do trabalho, que se encontram precarizadas, fragmentando a classe trabalhadora. Apesar das “antigas” expressões da questão social, a reestruturação do capital produz formas ocultas dessas expressões. Esse profissional deve buscar as alternativas de enfrentamento na realidade concreta, utilizando-se de seu instrumental e fundamentação teórica para compreender a realidade, com vistas a transformá-la, pois é esta a intencionalidade do Serviço Social.

3.3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

O desenvolvimento do sistema capitalista, ao reestruturar a cena econômica e social, a fim de torná-la propícia à sua reprodução, gerou problemas sociais intensos e complexos. Porém, ao mesmo tempo estimulou a luta pela garantia de satisfação das necessidades sociais, fazendo da questão social um fato político, produzindo na luta pela sua superação a edificação de forças políticas, tais como partidos e projetos políticos (LAURELL, 2002). Política social pode ser definida primeiramente e sob a ótica do Estado como “uma proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais” (DEMO, 2002, p.14), assim, a base da política social é a questão social, e por isso, expressam também a contradição que permeia o cotidiano. Ao se falar numa proposta planejada de enfrentamento,

a) trata-se de proposta planejada, ou seja, de iniciativa expressa e organizada, não de ações parcelares, intermitentes, casuais;

b) trata-se de enfrentamento, porque entre iguais e desiguais a relação mais típica é a do confronto dialético, no sentido da unidade de contrários; não precisa ser guerra, mas é sempre dinâmica em termos de polarização;

c) política social supõe, de modo geral, planejamento, ou seja, a percepção de que é possível intervir no processo histórico, não o deixando acontecer à revelia – “quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (DEMO, 2002, p. 17).

A preocupação de que é inviável qualquer política social efetiva no capitalismo é constante, tendo em vista que nele “a regra da convivência é a exploração do trabalho alheio” (DEMO, 2002, p.17). Porém, apesar desta afirmação ser coerente com a estrutura do capital, essa postura conduz a um imobilismo perante a impossibilidade de alterar os fenômenos sociais. É possível ao profissional que atua junto ao social posicionar-se a favor do grande desafio da revolução em prol de intervenções na raiz da questão social, mas deve ser coerente e ultrapassar a perspectiva do discurso privilegiado.

Complementando o conceito de política social, apontamos as contribuições de Pereira (2008), afirmando que esta:

se refere tanto a uma *disciplina acadêmica*, que é estudada em estabelecimentos de ensino, quanto *ao conteúdo* dessa disciplina. (...) ela é identificada como uma *política de ação*, que tem perfil, funções e objetivos próprios e produz impactos no contexto em que atua. Neste último caso, ela tem forte braço empírico, embora não se reduza a ele, visto que, como *política*, ela é também fruto de escolhas e de decisões definidas nas arenas conflituosas de poder. Trata-se, portanto, a política social, de uma categoria acadêmica e política, de constituição teórica e prática, que não apenas se dispõe a conhecer e explicar o mundo real, mas também a agir nesse mundo, visando mudanças (ALCOCK e BALDOCK et all. apud PEREIRA, 2008, p.166).

Ainda, é possível afirmar que, enquanto à sociologia interessa a busca de explicações acerca dos fenômenos sociais e individuais onde a política social acontece, esta política tem por intenção ultrapassar a explicação, desenvolvendo e implementando ações visando a influir nesses fenômenos (ALCOCK apud PEREIRA, 2008). Porém, “o estudo da política social não pode se separar do exame da sociedade como um todo, um conjunto de seus variados aspectos” (TITMUSS apud PEREIRA, 2008, p.171). Assim, o conceito de política social só adquire sentido a partir da sua intencionalidade em influir no concreto a ser transformado, o que faz do objeto de estudo também objeto de intervenção.

O conceito de política social, apesar de articulado a outros conteúdos políticos, possui identidade própria, pois

refere-se à *política de ação* que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos. (...) a política social está inextrincavelmente relacionada ao Estado, governos, políticas e aos movimentos da sociedade (PEREIRA, 2008, p.173).

Por fim, apesar de a política social nem sempre produzir “bem-estar”, este é o seu objetivo (PEREIRA, 2008), do contrário o termo social perde sua consistência.

O tema da proteção social no campo do trabalho teve um destaque expressivo na literatura especializada ao final do século XX. Esse tema, entretanto, pode representar, frente aos diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas, do grau de socialização da política e das formas históricas assumidas pelo confronto de classes, configurações muito distintas, como por exemplo: ajuda,

segurança, benefícios, assistência, entre outras. Essa compreensão pode ser considerada como resposta ao atendimento da questão social que está sincronizada com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Em especial com aquelas nascidas no mundo da produção (PERUZZO, 2002).

A questão social, fenômeno que toma evidência a partir das grandes transformações políticas, econômicas e sociais que o processo de industrialização desencadeou, pode ser compreendida sob duas orientações teóricas de recorte econômico: como expressão dos problemas sociais decorrentes dos processos de desenvolvimento, e como fenômeno centrado na contradição da lógica do mercado e da dinâmica da vida em sociedade (SINGER apud PERUZZO, 2002). Evidencia-se, nos dois pressupostos, o contexto de produção capitalista como subjacente à existência e ao reconhecimento da questão social.

Conforme Peruzzo (2002), o primeiro contexto enfoca somente os processos de desigualdades sociais enquanto polarização entre ricos e pobres que tem como produtos as diferentes situações-problema vivenciadas pelos indivíduos. Já, no segundo conceito, as desigualdades são concebidas de forma indissociável do contexto de acumulação privada de capital, que paradoxalmente necessita do campo da exploração da força de trabalho para sua perpetuação.

A partir da última referência teórica, pode-se sintetizar que a questão social passa a ter visibilidade quando do surgimento das grandes transformações econômicas, políticas e sociais desencadeadas pelo processo de industrialização das sociedades capitalistas avançadas (metade do século XIX e início do século XX), em especial quando da tomada de consciência, por parte da grande parcela da sociedade, dos enormes problemas decorrentes das novas condições do trabalho urbano e que deveriam ser enfrentados em prol do próprio desenvolvimento material da sociedade (PERUZZO, 2002).

É no atendimento da questão social que se institucionalizam os sistemas de proteção social enquanto mecanismos públicos, reguladores das relações e condições de trabalho evidenciado através do conjunto de políticas sociais,

necessários para o desenvolvimento da sociedade capitalista de cariz urbano, de matriz produtiva industrial e de base salarial (PERUZZO, 2002).

Assim, a institucionalização dos sistemas de proteção social acompanha e é resultante do desenvolvimento dos processos produtivos, que têm nos diferentes modelos e processos de gestão, a sua materialização (PERUZZO, 2002). Os sistemas de proteção social são expressões concretas da presença de uma esfera pública, reguladora das condições necessárias ao desenvolvimento do processo de acumulação do capital. Esta é a questão central que renova o interesse sobre o tema, em especial no contexto do atual processo de acumulação flexível.

Em relação aos direitos sociais, foi através das manifestações dos trabalhadores organizados que ganharam força no século XIX, que os direitos sociais começaram a criar condições objetivas de serem constituídos, reafirmando a insuficiência dos direitos civis e políticos. Foi por meio das reivindicações, por verem reconhecidas as precárias condições de trabalho e de vida, que a crise do capitalismo de 1929 trouxe a tona a insuficiência do sistema de auto-regulação do mercado e a necessidade de intervenção mais efetiva do Estado na regulação da economia, agora não mais à margem do processo econômico, mas como promotor de uma política econômica, baseado principalmente nas idéias de Keynes (COUTO, 2004).

A década de 1970 demarcou a crise do período de crescimento do modelo de acumulação capitalista que configurou o padrão de produção e consumo assentado no paradigma fordista/taylorista. Uma década marcada pela instabilidade financeira, pela estagnação da atividade produtiva, pelo aumento de processos inflacionários, pela fragmentação e fragilização do movimento operário e sindical, considerando a intensificação da tecnologia nos processos de trabalho e desmoronamento de experiências de mercado planificado, os quais acabaram por facilitar aos grupos capitalistas a contenção do campo de direitos sociais e trabalhistas de natureza pública.

O que estava em confronto nessa conjuntura era a garantia do lucro, e, como sua base, na forma capitalista de produção, é o trabalho. Tornou-se, então,

importante reorganizar o trabalho para retomar o movimento de extração do excedente visando à ampliação da acumulação de capital (ANTUNES, 2002).

Novas estratégias de acumulação passaram a ser adotadas, levando em consideração o diagnóstico da crise formulado pelo ideário neoliberal, tais como: o elevado custo nos processos produtivos pela utilização intensiva da força de trabalho e pelo uso intensivo de matérias-primas; e o elevado custo no âmbito financeiro pela gestão do Estado empresário e promotor de bem-estar social (PERUZZO, 2002).

As marcas dessas alterações, no mundo do trabalho, são visíveis: altas taxas de desemprego; perda de estabilidade; substituição do emprego fixo pelo temporário e eventual; alternativas como terceirizações oferecidas em troca do emprego formal e como formas de redução dos custos sociais; mudança na forma de contratação nas relações trabalhistas; e baixo índice de sindicalização dos trabalhadores, fragilização e perda dos direitos sociais e trabalhistas, dentre outras.

Em decorrência dessas transformações, a antiga contradição da relação capital x trabalho permanece sob uma formatação atual: são as novas expressões da questão social³⁸, que requisita resposta no âmbito societário.

Peruzzo (2002) afirma que a ação do Estado passa a ter as seguintes orientações: ofertar políticas de inclusão às parcelas mais excluídas do processo produtivo, mas mantendo a focalização e setorização; descentralizar as políticas voltadas a nova pobreza, passando para a esfera da sociedade civil, em especial através do chamado terceiro setor, a responsabilidade do atendimento à questão social. Essas ações, em última instância, possibilitam gestões privatistas no sistema de proteção social, onde as políticas sociais, mediações para atendimento às problemáticas sociais, passam a se constituir objetos de negociações lucrativas,

³⁸ Por “novas expressões da questão social” compreende-se aquela expressa pelas manifestações da acumulação flexível no mundo do trabalho, a saber: fragmentação e subcontratação do trabalho, flexibilização da força de trabalho, e todas as expressões produzidas deste contexto (IAMAMOTO, 2007). Estas “novas expressões” da questão social mantêm suas raízes no processo de desigualdades e resistências, produto da luta entre as forças do capital e o trabalho.

deslocando-se do campo do direito universal para um campo contratual de atendimento social.

Assim, a concretização dos direitos sociais depende da intervenção do Estado, estando atrelados às condições econômicas e à base fiscal estatal para serem garantidos. Sua materialidade ocorre por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado. Essa vinculação de dependência das condições econômicas tem sido a principal causa dos problemas de viabilização dos direitos sociais, que, não raro, são entendidos apenas como produto de um processo político, sem expressão no terreno da materialidade das políticas sociais (COUTO, 2004).

Uma das questões centrais no terreno das políticas sociais tem sido compreendê-las em relação ao binômio concessão ou conquistas (COUTO, 2004). Para alguns estudiosos, o que caracteriza as políticas sociais é o seu compromisso em manter a acumulação e reproduzir a força de trabalho, buscando a legitimação do sistema capitalista, o que lhe traduziria a sua concepção de concessão. Outros entendem as políticas sociais como campo contraditório, onde as demandas dos trabalhadores e sua disputa por ampliar direitos sociais ganham visibilidade, introduzindo aí a idéia de que elas se constituíram numa conquista (COUTO, 2004).

É possível identificar esses dois movimentos na constituição das políticas sociais, que, como instrumento do Estado, tem incorporado às características próprias do momento histórico onde são gestadas com todos os condicionantes econômicos, culturais, políticos e sociais que dão sustentação e base para a sociedade (COUTO, 2004). Assim, os liberais apontam políticas residuais, fragmentadas, realizadas na ótica do mercado ou da filantropia. As propostas do Estado Social, traduzidas pela proposta de *Welfare State*, configuram-se com forte presença das concepções universal, igualitária e de sistema de proteção social, realizando-se na órbita do Estado. Já as propostas neoliberais são marcadas pela retomada do mercado e da sociedade civil na responsabilidade de atuarem nas políticas sociais (COUTO, 2004).

Segundo Couto (2004), a máxima defendida pelos liberais em relação às políticas sociais é a de que, como é preciso conservar a disposição para a

competição na sociedade, toda tutela gerada pelo Estado é desmanteladora do espírito empreendedor tão necessário ao desenvolvimento do capitalismo. Essa idéia foi retomada nos anos 1980, quando os ideais da teoria neoliberal ganharam espaço e se afirmaram como alternativa na ótica societária.

Na atualidade, os neoliberais até reconhecem a relevância da prestação de auxílio aos mais vulnerabilizados e incapacitados ao trabalho, mas recusam-se a aceitar a instituição de mecanismos que garantam a efetivação de políticas sociais enquanto um direito humano (SILVA e ZIMMERMANN, 2006). Diante disto, a idéia central nas políticas de cunho neoliberal é o fortalecimento da mercantilização dos serviços sociais, sob o argumento de que as políticas sociais causam distorções nas regras do livre funcionamento do mercado.

Nessa perspectiva, as políticas sociais seriam causadoras de preguiça e/ou falta de iniciativa e a melhor forma de estimular o bom funcionamento da sociedade seria a mercantilização, isto é, as pessoas devem pagar pelos serviços para que estes sejam de fato valorizados. Ou seja, o mercado, e não o Estado é visto como o espaço apropriado para a efetivação dos serviços sociais e a intervenção do Estado só deve ocorrer em última instância. Seguindo essa lógica, os que não podem pagar pelos serviços devem, antes de tudo, comprovar a inexistência de meios financeiros próprios para ter acesso a tais serviços.

Para tanto, as políticas sociais neoliberais caracterizam-se pelo alto grau de seletividade, com exigência de comprovação de pobreza, ou melhor, de atestados de pobreza, sem contar que os benefícios são extremamente reduzidos, garantindo assim estímulos ao trabalho³⁹. No Brasil adotou-se o método de atuação focalizada para atender aos comprovadamente pobres, os quais devem ser obrigatoriamente cadastrados e identificados enquanto pobres (SILVA e ZIMMERMANN, 2006). A atuação focalizada e emergencial não reconhece as políticas sociais como um direito, pois as mesmas são desenhadas e formuladas para apresentar um caráter provisório e passageiro. Tal tipo de proposta possui o apoio intelectual de vários organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial.

³⁹ Para os neoliberais, políticas sociais muito amplas seriam causadoras de dependência e comodismo, argumentos utilizados para justificar um Estado mínimo (SILVA e ZIMMERMANN, 2006).

A oposição entre políticas universalistas e focalizadas surge muitas vezes como uma oposição entre os defensores do Estado Social clássico, com o setor público assumindo a responsabilidade pelos investimentos em educação, saúde, segurança pública, etc., e os que defendem a redução do setor público, concentrando os gastos sociais nas populações de menor renda e em situação mais crítica (SCHWARTZMAN, 2004). Em um país como o Brasil, onde os gastos sociais são notoriamente mal direcionados e usados de forma ineficiente, e onde o equilíbrio das contas públicas, após décadas de inflação, ainda não foi conseguido, a discussão dessa temática é menosprezada, e a defesa das políticas universalistas se torna quase que indistinguível das políticas sociais de defesa de interesses estabelecidos, que vêm ameaçados pelas reformas.

Além disso, os neoliberais propagam conceitos e obstáculos culturais para dificultar a aceitação das políticas sociais enquanto um direito humano. Os argumentos utilizados revelam a clássica desconfiança e o preconceito dos setores privilegiados da sociedade brasileira em relação às classes populares, fundamentados no pensamento de que haveria a “manutenção de um ciclo vicioso de dependência” (SILVA e ZIMMERMANN, 2006). Esse argumento é uma afronta aos direitos sociais, à cidadania, uma vez que no Brasil nunca houve um sistema de proteção social que garantisse a manutenção de qualquer forma de dependência.

Os argumentos liberais valorizam demasiadamente a ética do trabalho, o sistema econômico e suas estruturas funcionais, enquanto as necessidades reais dos cidadãos, principalmente das classes populares, aparecem em último plano.

A década de 1980 mostrou um país com enormes dificuldades geradas pela grande concentração de renda e por uma política econômica restritiva do ponto de vista da participação da população na riqueza nacional que, se já não apontava o crescimento do bolo como estratégia de acumulação da riqueza, proposta pelos governos militares, muito menos falava na sua distribuição, revelando ser uma sociedade extremamente desigual, a ponto de Hobsbawm (1995) classificar o país como um monumento à desigualdade (COUTO, 2004).

As décadas de 1980-90, conforme Couto (2004), foram paradigmáticas e paradoxais no encaminhamento de uma nova configuração para o cenário político, econômico e social brasileiro. De um lado, desenvolveu-se um processo singular de reformas, no que se refere à ampliação do processo de democracia – evidenciada pela transição dos governos militares para governos civis – e à organização política e jurídica – especialmente demonstrada no desenho da Constituição promulgada em 1988, considerada, pela maioria dos teóricos que a analisaram, como balizadora da tentativa do estabelecimento de novas relações sociais no país (COUTO, 2004). Por outro lado, efetivou-se um processo de grande recessão e contradições no campo econômico, onde ocorreram várias tentativas de minimizar os processos inflacionários e buscar a retomada do crescimento, tendo como eixo os princípios da macroeconomia expressa na centralidade da matriz econômica em detrimento da social.

Foi frente a esses embates – em que se tem como cenário novos canais de participação da sociedade, uma nova Constituição, estabelecendo um novo papel interventor do Estado para com o campo das políticas sociais, uma nova agenda no sistema de proteção social, e uma emergente imposição internacional por reformas sociais – é que se desenvolveram as principais formatações dos direitos sociais das décadas de 1980 e 1990 (COUTO, 2004).

Assim,

o social torna-se campo de lutas e de manifestações dos espoliados, o que não significa uma ruptura com o padrão de dominação e de clientelismo do Estado brasileiro no trato com a questão social. Trata-se de uma relação que, sob a aparência de inclusão reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada, e oferece como benesse o que na verdade é direito. Mas é importante ter presente que a exclusão não é um movimento unívoco do Estado, pois uma relação que contraditoriamente contém um espaço para luta pela conquista de direitos sociais (YAZBÉK, 2003, p. 21-22).

Vale ressaltar que é também do Estado a função de garantir os direitos sociais. O Estado tem o dever de garantir “saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários” a todos que estão sob a sua jurisdição, conforme destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (SILVA e ZIMMERMANN, 2006). O

significado prático das obrigações do Estado resulta pelo simples fato de que cada pessoa tem direito a um nível de bem-estar, sobretudo o acesso à alimentação como um direito universal, independente de fatores preconcebidos. O caráter da universalidade ultrapassa qualquer contrapartida, devendo ser assegurado a todos os seres humanos independente de qualquer pré-requisito ou algo do gênero.

Porém, por mais paradoxal que possa parecer, o avanço das políticas sociais termina por ser menos a ação do Estado em prover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população. Estas duas faces fazem parte da política social. De um lado, um instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, forma de despolitizá-las e encaminhá-las para frentes menos conflitivas na relação capital-trabalho. De outro lado, espaço de expressão de interesses contraditórios das classes sociais: luta pela determinação do valor da força de trabalho e atendimento às necessidades objetivas do capital. Neste sentido, as políticas sociais são mais que condições de reprodução das condições de vida do trabalhador, constituem-se como formas de realização de direitos sociais, e conseqüentemente, da cidadania⁴⁰.

Os direitos sociais precisam ser entendidos como um fim em si mesmo na sociedade, sendo função da economia e do mercado, mediante pagamento de impostos ao Estado, estar a serviço da realização da cidadania plena. Precisamos, antes de tudo, compreender o princípio da universalidade, respeitar as opções do outro e cobrar as responsabilidades na garantia e efetivação dos direitos do Estado, e não do mercado. No centro da análise devem estar as pessoas sujeitas de direito, a cidadania ao invés das estruturas políticas e econômicas. Visando garantir a universalidade dos direitos sociais, os programas instituídos devem possibilitar o acesso incondicional à proteção social. Assim, a proteção social poderá ser um fator

⁴⁰ O conceito de cidadania é ambíguo, historicamente marcado pela perspectiva liberal, e utilizado em sentidos diversos. Ora significa, na perspectiva de eliminar diferenças, uma expressão de igualdade de todos. Ora diz respeito àqueles que têm responsabilidades públicas, inclusive o direito de participar das decisões políticas. Em sua definição mais ampla, a noção de cidadania busca expressar a igualdade dos homens em termos de sua vinculação jurídica a um determinado Estado. Não há, portanto, cidadão que não o seja de um Estado. A condição de cidadão está vinculada à legislação do Estado, portanto, este possui o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania. O cidadão constitui uma criação do Estado que vai moldá-lo a partir de seus interesses (SPOSATI et al, 2003).

de garantia de justiça social e de autonomia e independência dos indivíduos frente aos mecanismos destrutivos do mercado capitalista.

O direito social é um produto histórico, construído pelas lutas da classe trabalhadora, no conjunto das relações de institucionalidade da sociedade de mercado, para incorporar o atendimento de suas necessidades sociais à vida cotidiana (COUTO, 2004). É decorrência de um movimento das sociedades européia e norte-americana, iniciando pelo reconhecimento dos direitos civis e políticos a partir, principalmente, do século XVIII.

Assim, o avanço central no texto constitucional está alicerçado no deslocamento do campo particular para a universalização dos direitos, não mais centrados nos méritos, mas nas necessidades sociais.

Para tanto, afirmar a assistência social como direito é tarefa de uma sociedade, e tal tarefa só pode ser realizada com a presença forte de toda essa sociedade, disputando marcos do capitalismo, a ampliação da fatia dos investimentos que devem ser utilizados para que os efeitos perversos da exploração do capital sobre o trabalho possam ser reduzidos (COUTO, 2004). Por isto justamente a assistência social começará a ser inscrita como direito social produzido por uma participação ativa da população, com um Poder Executivo responsável e permeado por um controle social que definirá os caminhos a serem percorridos pela política.

4 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E RESULTADOS

4.1 CICLO DE PESQUISA

4.1.1 MÉTODO

O presente estudo é produto de um processo investigativo, fundamentado no método dialético⁴¹ em razão de uma opção teórica e das especificidades⁴² do mesmo. A opção teórica pelo instrumental da teoria crítica objetivou que a investigação não possuísse tão somente a intencionalidade de diagnosticar o tema abordado, mas que também gerasse proposições, visando à transformação social e demonstrando a relevância da prática do assistente social no enfrentamento à economia informal, enquanto trabalho precarizado, bem como no fortalecimento dos sujeitos que dela participam.

Assim, a realidade do município de Porto Mauá foi estudada a partir das categorias teóricas do método, ou seja, em sua **totalidade**, através do resgate de sua **historicidade** e das **contradições** existentes em seu meio como forma de ressaltar a importância de reestruturar as formas de enfrentamento do trabalho informal, de modo especial no município de Porto Mauá. Para isso, as categorias **trabalho** e **processo de trabalho** são fundamentais para a realização do estudo, bem como a categoria **mediação**, no que diz respeito à ação do profissional do Serviço Social junto às experiências de economia informal.

Para tanto, a **totalidade** é compreendida como um “todo articulado, conectado, em que a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do

⁴¹ Método dialético entendido aqui na compreensão dada por Marx e pelos autores da teoria crítica. Pois, conforme Demo (1986), na prática, encontra-se não só dialéticas diferentes, divergentes, mas até mesmo contraditórias. O que caracteriza a dialética marxista é seu viés histórico-estrutural que equilibra, a contento, o jogo das condições objetivas e subjetivas.

⁴² Por ser um fenômeno tipicamente histórico, a dialética é o método mais adequado. “O horizonte da historicidade é o *locus* próprio da dialética” (DEMO, 1986, p. 89).

todo” (KOSIK, 1989, p.35). Assim, a totalidade concreta não é um todo estático, mas em movimento de autocriação permanente, implicando a historicização dos fenômenos que a compõe. A relevância da utilização dessa categoria teórica do método para o presente estudo reside na necessidade de se compreender o fenômeno da economia informal, não apenas em âmbito local, mas também para situá-lo nessa totalidade, entendendo-o como um produto das transformações globais geradas pelo processo de reestruturação produtiva.

Outra categoria teórica utilizada é a **historicidade**, sendo esta “o reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais” (PRATES, 2005, p.142). Sendo assim, a historicidade é o movimento que realizam estes sujeitos ou instituições, é o reconhecimento da processualidade que há na história. Assim, para que fosse possível estudar a realidade atual da economia informal, no município de Porto Mauá, fez-se necessária a apreensão de sua história e o desenvolver de seus processos históricos, com vistas a conhecer os fatos significativos e as transformações que ocorreram no contexto daquela comunidade, estimulando a ampliação da economia informal.

A **contradição** é a “negação inclusiva, onde as partes envolvidas são dependentes em termos de significados” (PRATES, 2005, p.136). A contradição nega, porém não exclui o seu oposto, ocorre a luta e a unidade dos opostos. Significa a pressuposição necessária da existência do oposto e, ao tempo em que destrói a contradição também cria, já que se obriga à superação (PRATES, 2005). Assim, o desvendamento da contradição consiste em revelar os contrários em luta e movimento. As grandes transformações sociais, segundo Marx, se dão pelo acirramento das contradições (PRATES, 2005).

A categoria **trabalho** é fundamental no embasamento deste estudo, sendo que se constitui no tema central do processo investigativo. Conforme Marx (1989), o trabalho é entendido como toda a produção e expressão do homem, ou seja, tudo o que ele cria e constrói, seja um objeto, uma obra de arte ou uma relação. É o espaço onde o homem se materializa e objetiva seu ser, construindo e se construindo através desse processo, que é histórico e contraditório. É histórico à proporção de

sua processualidade, é movimento, e uma vez que pressupõe construções anteriores realizadas por outros homens; é contraditório, porque, ao tempo em que é processo de auto-criação e desenvolvimento humano, é também o principal espaço onde o homem sofre o processo de alienação.

Constata-se, então, que o **processo de trabalho** é compreendido como “um movimento que vai do produtor ao produto” (PRATES, 2005, p.131). Esta cadeia é composta pelo produtor (ou trabalhador), que se exterioriza e que se objetiva. Um processo de trabalho é composto pelos seguintes elementos: a atividade para chegar a uma finalidade (o próprio trabalho), a matéria a que se aplica o trabalho (objeto de trabalho) e os meios de trabalho⁴³ e instrumental⁴⁴. A ação profissional ou a prática profissional é o próprio trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 57), no entanto ela não pode ser pensada de forma desvinculada do processo de trabalho, ou seria fragmentada, pois o exercício profissional depende não exteriormente dos demais elementos, mas intrinsecamente. Sendo assim, seria um equívoco desmembrar os meios de trabalho do instrumental, de modo que estão articulados na sua ação e intencionalidade.

E, por fim, a categoria **mediação**, que consiste na apreensão do fenômeno na articulação de relações com os demais fenômenos e no conjunto das manifestações daquela realidade da qual ele faz parte (CURY, 1986). A mediação é fundamentalmente ontológica, pois constitui os processos concretamente (PONTES, 1995), sendo “responsável pela articulação dinâmica, processual entre as partes na sua ação recíproca e o todo” (HEGEL apud PONTES, 1995, p. 55). Sendo assim, compreende-se cada parte como uma totalidade parcial e, portanto, também complexa; constituem-se em expressões históricas das relações edificadas pelo homem na natureza e nas relações sociais que daí decorrem. Para além,

é responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias

⁴³ Coisa ou complexo de coisas que o trabalhador insere entre si e o objeto de trabalho – força física, mecânica, intelectual.

⁴⁴ Constitui-se nas técnicas e instrumentos utilizados pelos profissionais em sua ação profissional. Porém o instrumental do Serviço Social não se restringe a um “arsenal de técnicas” (IAMAMOTO, 2007). As bases teórico-metodológicas são fundamentais ao assistente social ao ler e inferir sobre a realidade.

entre estas várias estruturas sócio-históricas. (...) a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva da Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da *razão*, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética (PONTES, 1995, p. 81).

Ainda, como categorias explicativas da realidade, serão consideradas as categorias **trabalho, trabalho informal, significado do trabalho para os trabalhadores, processo de trabalho, processo de trabalho do assistente social** e as **expressões do objeto nas experiências de economia informal**, para que seja possibilitada a ampliação do olhar da pesquisadora para essa problemática. Tais categorias foram discutidas no item Reflexões sobre o Tema. No decorrer do processo de pesquisa, presenciou-se o surgimento de outras categorias empíricas, advindas das falas dos sujeitos do estudo, que possibilitaram o aprofundamento da discussão da problemática a partir da realidade concreta: a **valorização social do vínculo trabalhista formal**, o **sentimento de insegurança** (quanto à renda, à ausência de direitos e à aposentadoria), o **esvaziamento da compreensão de cidadania**, que são expressões de desigualdade, bem como a construção social de estratégias de resistência, tendo em vista a **manutenção da subsistência**, no acréscimo da renda pela realização do trabalho informal.

Assim,

a **investigação** tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de realizado esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada (...) o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 1989, 16).

Passa-se a entender que a relevância da pesquisa social, hoje, está fundamentada na afirmação de que não é mais possível ao profissional do Serviço Social realizar inferências em uma realidade, sem antes pautá-las em análise crítica.

4.1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O universo da investigação concentrou-se no município de Porto Mauá, localizado na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, situado na fronteira com a República Argentina.

A metodologia proposta para este estudo manteve-se alicerçada na articulação entre a abordagem quantitativa e a qualitativa. Quantitativa, ao buscar dados primários e secundários para o estabelecimento do diagnóstico do município. Qualitativa, não apenas ao se interpretar documentos e referenciais bibliográficos já produzidos a respeito da temática, mas também procurando entender o contexto, através das falas dos sujeitos entrevistados, compreendendo a diversidade das abordagens do real e construindo um referencial para a análise dos dados e fenômenos constatados. Ademais, o referencial dialético crítico não permite a separação entre o que é subjetivo e o que é materializado objetivamente, bem como a dicotomização de dados quantitativos e qualitativos, porque quantidade e qualidade se pressupõem mutuamente; não há quantidade que não seja de uma determinada qualidade e não há qualidade que não prescinda da quantidade para desenvolver-se ou expressar-se enquanto fenômeno social. De modo que,

a caracterização de uma pesquisa como quanti-qualitativa difere dos estudos quantitativos e dos qualitativos e não só pode, como deve valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como um outro tipo de estudo, com particularidades específicas que emanam de ambos os outros tipo mas que os flexibilizam (PRATES, 2003).

Para a realização do processo investigativo optou-se pelo Estudo de Caso, que possibilita um conhecimento aprofundado sobre determinada realidade ou sujeito, podendo subsidiar outros estudos (TRIVIÑOS, 1987). Sendo assim, ao se propor estudar a realidade do município de Porto Mauá, através do Estudo de Caso, objetivou-se produzir referências no que tange à economia informal em municípios de pequeno porte, de economia essencialmente agrícola e em situação de fronteira.

Triviños (1987) define Estudo de Caso como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Tendo como objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade. Triviños (1987) defende que o grande valor do estudo de caso é fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, de modo que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Para tanto, a amostra utilizada com a finalidade de estudar e apreender as situações de economia informal nesse município foi de caráter não-probabilística e intencional, de modo que possibilitasse a visibilidade acerca dessa realidade. Assim, se pretendeu estudar os principais setores da economia do município onde ocorrem atividades de economia informal, sendo que, de cada um destes, seriam selecionados dois sujeitos, para que fosse possível compreender as peculiaridades de cada espaço da economia informal, o que totalizaria, aproximadamente 16 sujeitos.

Foram, de fato, entrevistados 09 sujeitos, trabalhadores inseridos na economia informal, com os quais se obteve os dados que permitiram a análise. Nenhuma das entrevistas foi gravada, devido à recusa dos entrevistados, o que foi respeitado pela pesquisadora. Os sujeitos escolhidos por meio de amostra dirigida foram assim delimitados a partir de referências da pesquisadora, decorrentes das relações estabelecidas durante sua graduação em Serviço Social, especialmente durante o estágio profissional, de modo que o processo de retomada dos contatos foi favorecido. As entrevistas foram realizadas em diversos locais, por vezes inusitados, tanto nas casas dos sujeitos, ou em seus locais de trabalho, como, por exemplo, numa plantação de milho. Vivenciar essas experiências foi de grande valia para a pesquisadora, na medida em que se pôde visualizar as condições de trabalho dos entrevistados, as agruras à que estão expostos diariamente, sem nenhum equipamento de proteção, tampouco instituição que garanta os seus direitos trabalhistas em caso de acidentes e incidentes de trabalho⁴⁵.

⁴⁵ **Acidente de trabalho:** Todo o acidente que se verifique no local e durante o tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte – Decreto-Lei n.º 503/99, art. 3.º, n.º 1, b). Considera-se também o acidente ocorrido:

Da mesma forma, foi contatado o gestor, o prefeito municipal, que em seu cotidiano de trabalho se depara com as manifestações da economia informal, com o intuito de obter informações acerca dessas expressões e de verificar como são percebidas pela esfera pública, além de buscar identificar as estratégias utilizadas pelo poder público para o enfrentamento da conjuntura apresentada. Mesmo explicitando os objetivos da pesquisa e a relevância do tema, o prefeito – cujo mandato encerrava-se ao final de 2008 - recusou-se a realizar a entrevista, mas mantendo a permissão para a coleta de dados, buscou-se uma via alternativa para se efetivar essa etapa. Para tanto, entrou-se em contato com o vice-prefeito municipal, que concordou em participar da pesquisa.

Ao início do mandato do prefeito municipal recém eleito, a pesquisadora contatou-o a fim de propor a participação na pesquisa, que foi aceita. Devido ao falecimento deste gestor, o contato com o vice-prefeito foi retomado, mas por dificuldades de deslocamento da pesquisadora em tempo hábil para a realização da entrevista, foi acordado que o formulário de entrevista, devidamente adaptado a questionário, seria remetido via “e-mail”, para que o gestor respondesse e remetesse à pesquisadora, igualmente via “e-mail”. Por motivos ainda não definidos, acredita-se que devido ao ingresso recente e tumultuado na gestão municipal e, apesar das tentativas de contato por parte da pesquisadora, não foi possível ao gestor retornar o material de coleta, logo, a inclusão desse questionário foi inviabilizada..

-
- no trajeto de ida e de regresso para e do local de trabalho (definido pelo art. 6.º do Dec.-Lei n.º 143/99);
 - na execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito econômico para a entidade empregadora;
 - no local de trabalho, quando no exercício de direito de reunião ou de atividade de representante dos trabalhadores, nos termos da lei;
 - no local de trabalho, quando em frequência de curso de formação profissional ou, fora do local de trabalho, quando exista autorização expressa da entidade empregadora para tal frequência;
 - em atividade de procura de emprego durante o crédito de horas para tal concedido por lei, aos trabalhadores com processo de cessação de contrato de trabalho em curso;
 - fora do local de trabalho, quando verificado na execução de serviços determinados pela entidade empregadora ou por esta consentidos.
- Como **incidente de trabalho**, caracteriza-se todo o evento que afeta determinado trabalhador, no decurso do trabalho ou com ele relacionado, de que não resultem lesões corporais diagnosticadas de imediato ou em que estas só necessitam de primeiros socorros – Decreto-Lei n.º 503/99, art. 3.º, n.º 1, e).

Ainda, realizou-se a coleta de informações, mediante entrevista, com a assistente social que atua no município de Porto Mauá, com a finalidade de apreender como são percebidas as possibilidades profissionais da categoria junto aos trabalhadores da economia informal. A assistente social, lotada no município, foi receptiva à proposta da pesquisa, afirmando compreender a relevância e complexidade da temática, bem como os desafios que impõe ao cotidiano de trabalho do Serviço Social, exigindo a formulação de novas estratégias de intervenção. Estes podem vir a se constituir em novos processos de trabalho para a profissão, na medida em que a apresentação de novos espaços sócio-ocupacionais e distintas demandas emanam da realidade social.

Os procedimentos metodológicos, utilizados neste projeto de pesquisa, objetivaram apreender a realidade da economia informal no município de Porto Mauá, apurando as causas geradoras desta situação, bem como as possíveis contribuições do Serviço Social no enfrentamento desta realidade e no fortalecimento dos sujeitos nela inseridos.

Inicialmente, foi realizado um amplo processo de revisão bibliográfica, a fim de aportar a pesquisa, novos enfoques sobre a temática estudada, qualificando o olhar da pesquisadora.

A revisão bibliográfica⁴⁶ é um aporte constante e fundamental para aprofundar a discussão a respeito da economia informal e do Serviço Social. Ela serviu de base para o entendimento da temática, para a interpretação dos resultados e para as proposições finais com vistas a contribuir no processo de enfrentamento do trabalho informal.

Após, partindo de uma amostra dirigida intencional⁴⁷, foram selecionados indivíduos representativos dos segmentos mais expressivos da economia informal

⁴⁶ É relevante que seja realizada durante todo o processo investigativo entendendo-se que, ao longo da pesquisa, novas questões exigem aprofundamento e mediação teórica. Porém, a revisão bibliográfica é parte essencial na fase inicial, necessitando maior dedicação, possibilitando o conhecimento de obras atualizadas que atentem ao tema pesquisado, contribuindo na ampliação do olhar do pesquisador.

⁴⁷ De caráter não probabilista, é usada quando o pesquisador busca obter a opinião de determinados elementos da população, nem sempre representativos da mesma.

no município de Porto Mauá, tais como: agricultura e pecuária, comércio, trabalhadores domésticos, construção civil, pesca e representantes do “contrabando”. Foram utilizados como técnicas e instrumentos para a pesquisa junto a estes sujeitos as que seguem:

- entrevistas⁴⁸ semi-estruturadas⁴⁹ (APÊNDICE 1), com a utilização de formulário⁵⁰, contando com questões abertas e fechadas⁵¹, possibilitando a apreensão do entendimento desses sujeitos a respeito de trabalho, economia informal e da prática do assistente social junto a estes. Como entrevista semi-estruturada compreende-se aquela que parte de determinados questionamentos básicos, fundamentados teoricamente, e de interesse da pesquisa, e que permite, no decorrer da entrevista, que se acrescentem novas interrogativas, que emergem da fala do sujeito (TRIVIÑOS, 1990).

Anteriormente ao desenvolvimento da coleta de dados, planejou-se a gravação eletrônica das entrevistas, por meio de gravador. Porém, ao realizar as primeiras duas entrevistas a pesquisadora percebeu que os sujeitos entrevistados se retraíam diante da utilização do recurso, apesar de autorizarem o seu uso. Então, de maneira a possibilitar a maior interação dos entrevistados, a pesquisadora se dispôs a anotar, com preciosidade de detalhes, os conteúdos das entrevistas realizadas. Para tanto, ao final de cada entrevista, as anotações eram analisadas pelos sujeitos que tiveram a possibilidade de alterarem ou confirmarem os dados e informações fornecidas. Essa postura demandou um percentual de tempo maior para a realização de cada entrevista, mas mostrou-se fundamental para que os sujeitos não se sentissem intimidados com o recurso do gravador.

Estes conteúdos permitiram a identificação dos sujeitos em um determinado meio, contexto e período de tempo. Este procedimento objetivou por em palavras as

⁴⁸ “É um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (MARCONI e LAKATOS, 1996, p.92). A entrevista é um procedimento utilizado em investigações sociais, com a finalidade de coletar dados que auxiliem em um diagnóstico ou no tratamento de uma problemática social.

⁴⁹ Essa forma de entrevista possibilita a inserção de novas questões, que não estão descritas no formulário, no decorrer da entrevista, conforme o pesquisador perceba a necessidade.

⁵⁰ Instrumento que é preenchido pelo pesquisador a partir de entrevista direta.

⁵¹ Este instrumento, ao comportar questões abertas e fechadas, possibilita o trabalho com conteúdos complexos, de caráter qualitativo, ao tempo em que permitem contemplar questões de fácil quantificação, viabilizando a identificação de outros dados como gênero, faixa etária, renda, etc.

emoções e ações próprias ou alheias vivenciadas por uma pessoa, que conta suas vivências e experiências como as tem sentido, relata a sua cotidianidade na forma por ela vivenciada, ou o legado de antepassados como os entendeu (ROJAS, 1994).

No que concerne à questão ética, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵² (APÊNDICE 2), a fim de preservar a liberdade do sujeito de participar ou não do estudo, dando ênfase à garantia de sigilo quanto à sua identidade e resguardo, e quanto a qualquer constrangimento que o processo investigativo lhe pudesse causar. O termo também viabiliza a autorização para o uso de sua fala, objetivando a produção de conhecimentos sobre a temática. Do mesmo modo, com o intuito de proporcionar maior riqueza de dados à pesquisa, a pesquisadora dispôs do recurso de diário de campo para realizar registros de suas impressões e qualificar o processo de pesquisa.

A próxima etapa da metodologia consistiu na realização da análise documental⁵³ (APÊNDICE 3), direcionada por um roteiro para a interpretação de documentos que possibilitassem a apreensão das competências e habilidades do profissional assistente social e os valores e fundamentos que orientam o seu trabalho, tais como o Documento ABEPSS, que orienta a ação profissional, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e a Lei de Regulamentação da Profissão. A partir desta análise documental, objetivou-se compreender quais as contribuições que o profissional do Serviço Social pode aportar aos trabalhadores informais, na perspectiva da garantia de direitos através do seu trabalho. Portanto, além da análise e síntese dos principais elementos que compõem tais documentos, pretendeu-se realizar a mediação com o possível espaço sócio-ocupacional consubstanciado pelo trabalho do Assistente Social junto aos trabalhadores informais.

⁵² No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o pesquisador esclarece e explica ao sujeito entrevistado os objetivos e implicações da pesquisa. Caso o sujeito autorize, é realizada a entrevista. Então ambos assinam o termo de consentimento, ficando uma via para o pesquisador e outra para o sujeito da pesquisa, do contrário esta não é realizada.

⁵³ Analisar um documento é ressaltar seus elementos centrais, orientado pelo roteiro e pelas categorias teóricas, de modo a não distrair o foco de atenção daquilo que é relevante para a pesquisa.

Os diferentes dados coletados foram organizados, em mapas, e sistematizados para possibilitar a análise, a partir dos objetivos propostos. Os dados quantitativos foram organizados em mapas, recebendo tratamento estatístico, para após serem representados através de tabelas, gráficos e descrição. Já os dados qualitativos, após degrevados e /ou transcritos e revisados, foram organizados em uma grade de análise, orientados pelas questões que nortearam a coleta de dados, possibilitando o processo de análise de conteúdo.

As informações obtidas no levantamento de dados e na coleta de documentos foram trabalhadas com base nos procedimentos da “análise de conteúdo”⁵⁴, como ferramentas auxiliares⁵⁵ do método dialético.

Bardin (1979) destaca três etapas essenciais a serem seguidas no processo de uso da análise de conteúdo:

- a *pré-análise*, ou leitura flutuante, significa deixar-se invadir pelas impressões do texto, sendo que compõe essa etapa a fase da organização e preparação⁵⁶ do material, a escolha dos documentos e o levantamento das hipóteses ou questões de pesquisa, os objetivos e categorias que auxiliarão na interpretação;

- a *descrição analítica* inicia já na pré-análise, quando o material organizado é submetido a um estudo aprofundado com base nas questões de pesquisa e nos referenciais teóricos;

⁵⁴ De acordo com Triviños (1990), a análise de conteúdo tem uma história longa, mas adquiriu maturidade com os estudos realizados a partir da década de 1940 e foi configurado em detalhes com a obra notável de Bardin, *L'analyse de contenu*, publicada em 1977, em Paris. Bardin define a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens” (TRIVIÑOS, 1990, p. 160).

⁵⁵ Triviños (1990) refere que o método de análise de conteúdo pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como é o método dialético. “Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético” (p.160).

⁵⁶ Consiste nos procedimentos a serem realizados com os dados coletados que possibilitam a efetivação da análise, tais como degrevação de fitas e transcrição de textos.

- a *interpretação inferencial*, onde os elementos da pesquisa são relacionados com as variáveis mais complexas da pesquisa como um todo e da totalidade social em que estão inseridos. Está subdividida em três momentos: análise, onde se realizará a relação entre os dados e a síntese; interpretação, articulando-se os conteúdos teóricos, através da conexão com os diversos dados e a mediação com as categorias explicativas da realidade; e, a explicação, articulando as inferências do pesquisador às totalizações provisórias anteriores, relacionando com as contra-provas adquiridas a partir do processo de investigação.

A socialização dos resultados da pesquisa é feita por meio da elaboração e publicação desta Dissertação, bem como pela participação em eventos e seminários de pesquisa, além da publicação de artigos sobre a temática. A pesquisadora se propõe a doar para biblioteca municipal de Porto Mauá uma cópia do trabalho para fins de consulta pela população. Da mesma forma, coloca-se à disposição para a apresentação deste aos funcionários do Governo Municipal e população, caso haja interesse por parte da gestão.

Ao retornar aos sujeitos do estudo e à sociedade os dados da pesquisa, afirma-se o dever ético do profissional do Serviço Social de possibilitar a compreensão das transformações societárias e das relações sociais por meio de sua prática, mesmo que investigativa, dando visibilidade aos processos sociais, sejam estes de desigualdade ou de resistência, com vistas a potencializar os últimos.

4.2 PROCESSOS E RESULTADOS DA PESQUISA

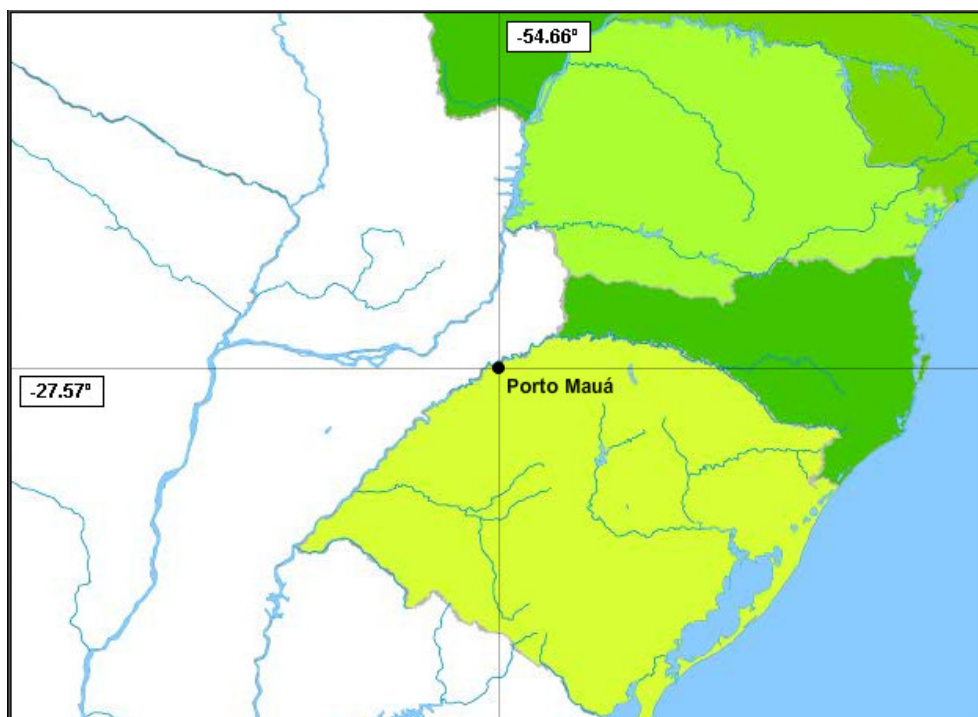
Neste capítulo pretende-se apresentar a análise dos dados e informações coletadas, de modo a dar voz aos sujeitos entrevistados, contribuindo para o desocultamento da realidade do trabalho na atualidade, processo fundamental para a coerente intervenção do assistente social em seu cotidiano de trabalho (IAMAMOTO, 2007). Através de sua fala, cada sujeito contribui para esta produção teórica com suas experiências de trabalho, que trazem em si os aspectos objetivos e

subjetivos, decorrentes de suas experiências concretas e do modo como as vivenciaram.

4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

4.2.1.1 BREVE HISTÓRICO E LOCALIZAÇÃO

O município de Porto Mauá está localizado na Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 560 km de Porto Alegre, capital do Estado. Sua área territorial é de 106,5 km², sendo 3,65 km² pertencentes à zona urbana e os demais 102,85 km² da zona rural de Porto Mauá. Possui como limites geográficos: ao norte, República Argentina; ao leste, o município de Novo Machado; a oeste, Alecrim; e, ao sul, Tuparendi. O Porto Mauá é dividido em “localidades”, ou seja, pequenos agrupamentos populacionais, distribuídos pela área rural do município, que são: São Luiz, Volta Grande, Três Bocas, Itajubá, Reservado, Sete de Setembro, São José do Mauá, São Jorge do Mauá, São João do Mauá e Campo Alegre. Possui altitude mínima 120 m (próximo às margens do rio Uruguai), e máxima de 297 m (no topo do monte de Volta Grande).

Figura 1: Localização da Sede.

Fonte: IBGE (2008).

Poderíamos afirmar que a história de Porto Mauá se iniciou com a chegada dos imigrantes e da ocupação das terras que estavam à margem do rio Uruguai, porém a história nos mostra que estas terras já eram dantes habitadas por índios, jesuítas e caboclos. Como prova disto, pode-se citar o descobrimento de urnas funerárias indígenas, nas proximidades do município, e também a história, ainda presente, dos Sete Povos das Missões e a saga dos jesuítas e índios pela região.

É possível afirmar, portanto, que a ocupação definitiva, ou seja, a colonização (e não a habitação) ocorreu em meados de 1915, com a chegada de imigrantes, em especial italianos, em seguida alemães, poloneses e luso-brasileiros.

Segundo testemunho de descendentes destes pioneiros, os primeiros colonizadores se estabeleceram na localidade de São José do Mauá, por volta de 1912, com a chegada dos irmãos Warmbier e suas famílias de origem polonesa; em Campo Alegre, com as famílias Turra, Grando e Dall'ago, em 1916, todos de origem italiana. Enquanto isso, os luso-brasileiros ocuparam as terras próximas à costa do rio Uruguai, sabendo-se que os primeiros moradores lá se estabeleceram em 1915.

Porém, não permaneceram devido ao isolamento do local. Em 1918, Juvenal Flores e sua família fixam residência de forma definitiva, iniciando o povoamento do lugar.

A partir desse período, iniciou-se o povoamento das demais localidades. Pode-se citar o surgimento da localidade de Sete de Setembro, em 1921, povoado por descendentes de italianos; São José do Mauá é povoado em 1925 por descendentes de italianos e poloneses. As demais localidades surgiram com o passar dos anos e com a chegada das famílias Zanini, Rebelatto, Mocini, Silva Machado, Schimitz, dentre outras.

O rio Uruguai muito influenciou nos aspectos da vida em Porto Mauá, possibilitando aos pioneiros inicialmente uma pesca abundante, e após passou a ser explorado comercialmente, através do transporte fluvial entre Porto Mauá e a Argentina. Este empreendimento influenciou o desenvolvimento de uma intensa vida comercial na localidade em época de câmbio favorável.

Os primeiros moradores se dedicaram à agricultura, usando técnicas e equipamentos rudimentares. A necessidade de apoio mútuo fez com que as famílias buscassem não residir muito afastadas umas das outras, o que propiciou uma vida comunitária. Dessa forma, foi fundada a primeira capela e escola, em uma estrutura rústica, em madeira e construída pelos próprios moradores.

O desenvolvimento comercial de Porto Mauá datou-se por volta de 1930, quando aqui se instalaram os primeiros “bolicheiros”. Estes comerciantes buscavam suprir as necessidades dos moradores locais e lentamente iniciaram o chamado comércio “formiga”, com os moradores argentinos. Um dos primeiros comerciantes foi Benvenuto Taffarel, sendo o responsável pelo abastecimento dessa área por muito tempo. Com a chegada de outros comerciantes, Porto Mauá foi se tornando um próspero centro comercial, chegando a possuir mais de 30 estabelecimentos comerciais, além de bares, restaurantes e hotéis. Devido a este fato histórico, até hoje o comércio possui grande representatividade econômica no município.

Para possibilitar o intercâmbio comercial, o transporte fluvial começou a funcionar em 1930, inicialmente em pequenas chalanas, movidas a remo,

conduzindo passageiros de um lado da fronteira para outro. A fim de aprimorar esta forma de transporte, Ervino Bendler, em 1933, coloca em funcionamento uma barca, também movida a remo, que é substituída por outra, que é rebocada por uma lancha, melhorando notavelmente a travessia do rio Uruguai. No decorrer dos anos, as formas de travessia vão sendo modernizadas, até que em 1970 é posta a disposição uma barca que possibilita a travessia de veículos. Atualmente, o porto fluvial possui três balsas e quatro lanchas, existindo um projeto de edificação de uma ponte ligando diretamente Porto Mauá e Alba Posse (Brasil e Argentina).

No início do povoamento, Porto Mauá e Santa Rosa pertenciam a Santo Ângelo. Porém, quando Santa Rosa alcançou a sua emancipação, Porto Mauá passa a pertencer ao novo município. No ano de 1964, o município de Tuparendi emancipa-se e tem como terceiro distrito a localidade de Porto Mauá.

A comunicação com a sede (Tuparendi) e outros municípios da região, mostrou-se dificultada no início da colonização. No princípio, eram utilizados os chamados “carroções”, que, carregados de passageiros e produtos, circulavam nas estradas abertas à foice e a facão, em meio à mata. Mais tarde surgiram os primeiros veículos de carga e transporte de passageiros. Eram os chamados “mistos”, meio caminhões de carga e meio ônibus. Instala-se a “Empresa Pitoca”, de Fiorello e Benvenuto Taffarel, um Ford 1927. Mais tarde instalam-se a “Empresa Nedy”, e depois a “Carpenedo”. Atualmente, Porto Mauá possui como meio de transporte coletivo para os demais municípios a “Unigal Turismo” e a “Ouro e Prata”.

A educação sempre foi um dos aspectos de maior atenção à população de Porto Mauá. Dessa forma, os pioneiros construíram uma escola/capela e contrataram professores particulares, para garantir a educação dos jovens do município. No decorrer dos anos e com a crescente necessidade foi fundada a Escola Municipal, que pertencia ao Quadro dos Grupos de Escolares Rurais de Santa Rosa.

A escola passou a fazer parte do Quadro de Escolas Estaduais a partir de 1952, através do decreto de criação nº 2.888, de 17 de março de 1952, sendo denominada Grupo Escolar Cruzeiro do Sul, e em 1957, Grupo Escolar Porto Mauá.

Através de esforços do professor Cândido Giordani, foi implantado em Porto Mauá, em 1968, o Ginásio Comercial Tamandaré, que hoje se encontra fundida com o antigo Grupo Escolar na Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Tamandaré.

A localidade de Porto Mauá emancipou-se de Tuparendi em 10 de novembro de 1991, mas a criação do município ocorreu em 20 de março de 1992, pela Lei Estadual nº 9.587.

Cabe ainda acrescentar a este breve histórico a origem do nome Porto Mauá: origina-se de uma homenagem feita a Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que foi o grande incentivador da criação dos portos no século XIX. O “porto” é em função de o município ser um porto fluvial, localizado às margens do rio Uruguai.

Sendo assim, a cidade se desenvolveu em função do porto que liga Alba Posse, na província de Misiones, na Argentina e Porto Mauá. Através dele se realiza, desde de 1930, intercâmbio comercial, usando inicialmente barcos bem rústicos, evoluindo gradativamente para as modernas barcas de ferro que podem transportar até quarenta carros.

Cabe aqui, portanto, uma análise quanto à situação de fronteira do município de Porto Mauá, bem como de suas influências na formação da identidade de sua população. As fronteiras podem ser olhadas e estudadas sob diferentes pontos de vista. De acordo com Castrogiovanni e Gastal, existem

entre outras, fronteiras políticas, fronteiras simbólicas e fronteiras metafóricas, fronteiras que podem ser densas na sua imposição sobre a paisagem, ou difusas no território. Mas, sob qualquer das suas configuração, cada uma delas carrega imaginários próprios, que só serão plenamente entendidos se na inserção na *alma* de cada lugar (2006, p. 3).

De modo geral, o imaginário remete à fronteira a associação com a idéia de separação, ou seja, o *limite*. Porém, com a globalização e o neoliberalismo vislumbra-se como mundo ideal aquele onde as fronteiras são inexistentes,

permitindo a livre circulação de mercadorias e pessoas, tal como o Mercosul. Contudo,

a idéia de **região de fronteira** esvazia a de limite ou linha. **Região**, aqui, seria entendida como o sub-espaço onde ocorrem entrecruzamentos de populações e culturas vizinhas: “hoje o limite é reconhecido como linha, e não pode portanto ser habitado, ao contrário da fronteira, que, ocupando uma faixa, constitui uma zona muitas vezes bastante povoada onde habitantes de estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio, em particular sob a forma de contrabando” (MARTINS apud CASTROGIOVANNI e GASTAL, 2006, p. 8).

O contrabando torna-se um elemento recorrente nas regiões de fronteira por alguns condicionantes. Primeiro, para além de se constituírem em um espaço de fixos, são também um espaço de fluxos, devido às migrações que ocorrem e pela condição de transitoriedade geográfica. Segundo, porque, de maneira geral, são as fronteiras que apresentam os menores índices de desenvolvimento na maioria dos países (CASTROGIOVANNI e GASTAL, 2006). E, terceiro, porque são habitadas por migrantes estrangeiros, legais ou ilegais, que transitam entre os dois lados da fronteira. Desta forma, as regiões de fronteira são também culturalmente ricas, sendo um espaço socialmente produzido e compartilhado, que produz o *pertencimento*.

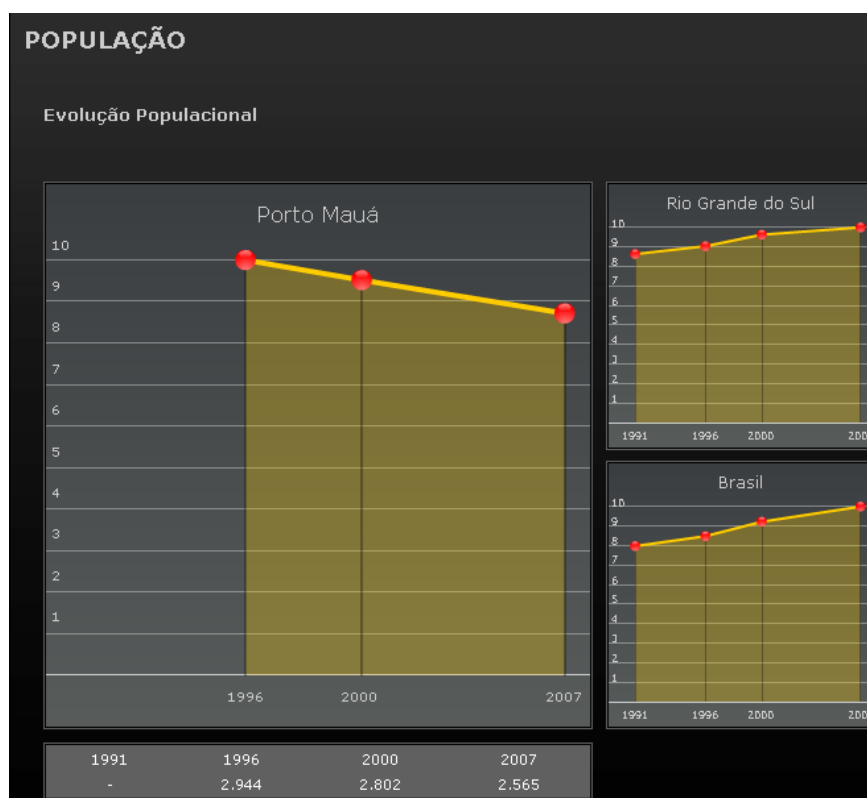
Portanto, ademais de se constituir em um espaço geográfico delimitado, a fronteira se caracteriza a partir de uma cultura produzida a partir das relações humanas vivenciadas neste espaço, que lhe é própria, sendo reconhecida pelos seus habitantes. Estes fatores lhe conferem uma identidade única, em consonância com as diversas culturas que se inter-relacionam e com o espaço geográfico e político em questão.

4.2.1.2 DADOS QUANTITATIVOS SOBRE O MUNICÍPIO

De acordo com o IBGE (2007), a atual população residente em Porto Mauá é de 2.565 habitantes (destes, 2.079 eleitores), em contraste com informação de mesma fonte no ano de 2000, que apontava 2.802 habitantes. Assim, de acordo com

os dados do IBGE, a população residente de Porto Mauá reduziu em 8,45% nos últimos 07 anos, e nos últimos 11 anos, 12,87% (Ver GRÁFICO 1). Esta redução populacional é explicada através da migração de parte da população para os grandes centros, em especial na região metropolitana da grande Porto Alegre, na busca de empregos que viabilizem o acesso à renda salarial melhor e à melhoria da qualidade de vida.

Gráfico 1: Evolução Populacional de Porto MauáRS



Fonte: IBGE (2008).

Quanto à faixa etária da população não há dados recentes, sendo que a última atualização é o Censo de 2000 (IBGE), cuja separação por faixa etária ocorre a partir do dado populacional de 2.802 habitantes, que não corresponde à população atual (2.565 habitantes).

O município de Porto Mauá encontra-se localizado na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, região esta caracterizada pela atividade agropecuária diversificada (policultura), onde se destacou, na década de 1950-60, como principal produtora do Estado, em milho, feijão e suínos.

Com a crescente mecanização e o estímulo à monocultura, modificou-se o perfil do minifúndio. Ainda, de maneira predominante, é desenvolvida a agropecuária, porém enfatiza-se o cultivo de lavouras temporárias (trigo, milho e soja) e a concentração de criadores de suínos de médio e grande porte, sendo que a atividade leiteira é destaque nas pequenas propriedades. A produção pecuária ainda apresenta grande dependência do município de Santa Rosa no que se refere à comercialização e assistência técnica.

O PIB⁵⁷ per capita é de 8.419 reais, sendo que o PIB do município é de 22.647 reais (IBGE, 2006). O maior valor adicionado é referente ao setor de serviços (10.547 reais), apesar do setor agropecuário contribuir com uma grande parcela do PIB municipal (9.886 reais). É necessário destacar que não há manifestação industrial no município, o que torna peculiar a expansão da economia informal, exigindo maior atenção na análise, tendo em vista um novo processo de precarização do trabalho, imerso em um espaço de características rurais que se sobressaem.

A partir de estudo realizado pela Escola de Administração da UFRGS⁵⁸ em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Mauá, é possível afirmar que “em 2006 foram registrados apenas 158 empregos formais, 91 (57,6%) ocupados por trabalhadores do sexo masculino” (DIAGNÓSTICO DE SAÚDE, 2008). Ainda, a administração pública (62%) e o comércio (29,7%) foram os setores majoritários. De acordo com o documento, “os indicadores de mercado de trabalho (...) referentes ao ano 2000, apontavam para 200 trabalhadores na economia formal e 700 na informal, dos quais 78% seriam homens” (DIAGNÓSTICO DE SAÚDE, 2008). Ainda, de acordo com o estudo realizado, em Porto Mauá ocorreu uma variação do PIB *per capita* positiva de 35% no período 2001-2005, abaixo dos 46,7% e 42,7%

⁵⁷ O Produto Interno Bruto é o valor síntese do resultado da atividade econômica do município. Equivale ao valor agregado de todos os bens produzidos e serviços prestados dentro do município, independente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. O PIB representa a consolidação das contas de produção de todas as atividades produtivas, não incluindo o consumo intermediário absorvido por estas atividades (IBGE, 2004).

⁵⁸ Processo investigativo desenvolvido no ano de 2008, parceria entre a Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Prefeitura Municipal de Porto Mauá, com vistas a elaborar um Diagnóstico de Saúde, identificando situações que possibilitem a tomada de decisões, que contribuam para o fortalecimento e a organização do sistema de saúde do município fronteiriço de Porto Mauá.

observados no mesmo período para o Estado e a federação. Ainda assim, sua posição no ranking estadual de PIB *per capita* melhorou, passando da 431^a para a 375^a posição (FEE, 2007).

O setor de comércio e serviços no município de Porto Mauá é influenciado diretamente pela situação fronteiriça com a Argentina, de modo que as variações do câmbio interferem na economia municipal. Existe um intenso fluxo da população de ambos os municípios da fronteira, no que tange ao comércio e aos serviços, que se adaptam de acordo com as necessidades de consumo e com as alternâncias cambiais.

Destaca-se, contudo, a parcial inexistência de dados quantitativos oficiais sobre a população e o município de Porto Mauá, o que aponta para a necessidade de atualização de pesquisas e censuriamentos, a fim de subsidiar o planejamento e implementações de programas e projetos voltados ao desenvolvimento local.

4.2.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Inicia-se com a apresentação das características dos entrevistados, a fim de propiciar maior visibilidade aos sujeitos e contextualizar a análise. Apesar da pesquisa não estar centrada na quantificação dos dados, sabe-se que a dicotomização entre quantitativo e qualitativo reduz o foco da análise, dificultando a compreensão dos fenômenos sociais, que são constituídos de aspectos materiais e abstratos. Classificamos os sujeitos entrevistados da seguinte forma: 1) Assistente Social do município; 2) Trabalhadores da economia informal. Em cada um dos grupos foram formados subgrupos, nomeados por letras, em ordem alfabética, de modo que se pudessem organizar de forma mais efetiva os dados coletados.

Entende-se que seria interessante desmembrar em sub-itens o que aborda os resultados da análise, para que se estruturasse de maneira mais didática. Porém, ao compreender-se que todas as falas se intercomunicam e se complementam,

delineando o contexto do mundo do trabalho vivenciado no município, permeado de contradições e construções históricas. É preciso destacar a relevância da categoria totalidade nesse movimento de análise.

Para tanto, no quadro a seguir estão sistematizadas, de maneira sintética, as características dos trabalhadores entrevistados:

Tabela 1: Características dos trabalhadores entrevistados.

Sujeitos	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Zona	Tempo de trabalho informal*
3A	Feminino	19	Superior Incompleto	Balconista	Urbana	01 ano
3B	Feminino	43	Fundamental Incompleto	Diarista	Urbana	25 anos
3C	Feminino	32	Ensino Médio	Diarista	Urbana	14 anos
3D	Masculino	18	Ensino Médio	Pesca e contrabando	Rural	-
3E	Feminino	18	Ensino Médio	Balconista	Urbana	-
3F	Masculino	22	Fundamental Incompleto	Serviços Gerais/agropecuária	Rural	11 meses
3G	Masculino	61	Analfabeto	Diarista na Agricultura	Urbano	43 anos
3H	Masculino	44	Fundamental Incompleto	Pedreiro	Urbano	12 anos
3I	Feminino	35	Fundamental Incompleto	Pesca/Diarista	Urbano	17 anos

Fonte: Coleta realizada pela autora em 2008, no município de Porto Mauá.

Observa-se que um contingente significativo de entrevistados possui baixa escolaridade, pois, além de um sujeito analfabeto, verifica-se que a maior

* Considerou-se tempo de trabalho partindo dos 18 anos, porém, no decorrer da análise da fala dos sujeitos, será demonstrado que todos iniciaram atividade laboral anterior a esta idade.

concentração de sujeitos apresenta como escolaridade máxima o Ensino Fundamental Incompleto (4 de 9), em menor representatividade aparecem o Ensino Médio (3 de 9), e com pouca representatividade o Ensino Superior Incompleto (1 de 9). A idade dos pesquisados é bastante variada, encontrada entre 18 e 61 anos, distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 2: Distribuição dos sujeitos por faixa etária.

Faixa etária	Sujeitos da Pesquisa
18 a 21 anos	03
22 a 30 anos	01
31 a 35 anos	02
36 a 40 anos	-
41 a 45 anos	02
46 a 50 anos	-
51 a 55 anos	-
56 a 60 anos	-
61 a 65 anos	01
Total	09

Fonte: Coleta realizada pela autora em 2008, no município de Porto Mauá.

Quanto ao sexo dos entrevistados 06 são mulheres e 03 homens. Segundo Reis (apud PRATES, 2008), o déficit de emprego formal na América Latina chega a 126 milhões de trabalhadores, na sua maioria, jovens e mulheres que representam 53% da População Economicamente Ativa (PEA).

A maioria dos sujeitos (6 de 9) trabalha por contrato temporário verbal (informal), o que se denomina *diarista* (pagamento por dia trabalhado), ou por *empreitada* (contrata-se o trabalhador para realizar determinado serviço, com pagamento combinado antecipadamente). Apenas 03 sujeitos trabalham por contrato em estabelecimentos comerciais e de agropecuária, de maneira fixa, mas sem formalização do vínculo trabalhista.

Quanto à residência dos trabalhadores a grande maioria (07 de 09) situa-se na zona urbana do município, e 02 sujeitos residem na área rural. É preciso destacar que em um município de pequeno porte, essencialmente rural, e com a economia voltada predominantemente para as atividades agrícolas e pecuárias, a linha imaginária que separa os espaços “urbano” e “rural” é tênue. Pode-se afirmar que a zona urbana abrangeria o pequeno centro comercial, onde estão disponíveis os serviços oferecidos aos munícipes, a sede da prefeitura, o centro de saúde e a escola estadual, porém, mesmo sendo centro urbano, ainda prevalecem alguns elementos da zona rural, como: hortas comunitárias, criação de animais e pomares.

Em relação ao tempo de inserção na economia informal dos sujeitos entrevistados, é possível verificar longos períodos de trabalho sem vínculo formal, pois alguns entrevistados nunca vivenciaram essa situação. Isso significa, por vezes, toda uma vida de desproteção trabalhista, de dependência da família em situações de doença e de uma renda instável, e muitas vezes reduzida.

Sobre os aspectos referentes às condições de vida dos sujeitos da pesquisa, verificou-se que 07 residem em casa própria, 01 em casa alugada e 01 em habitação cedida. Os nove entrevistados possuem acesso à água; 08 destes têm casa com esgoto e coleta de lixo. Quanto às condições de manutenção da habitação 03 afirmaram considerar em boas condições; 03 em médias condições de manutenção; e 03 relataram que residiam em situação precária de manutenção da moradia.

Quanto às condições de saúde dos trabalhadores entrevistados, 07 relataram não possuir quaisquer problemas de saúde, e 02 afirmaram possuir problemas crônicos (hipertensão e hérnia de disco). Em relação às condições de saúde dos familiares ou dependentes, 02 discorreram sobre doenças de familiares (hipertensão e diabetes).

Quando questionados sobre o tempo para o lazer, 05 sujeitos relataram que utilizam este tempo para participar de festas, acampamentos, passeios e praticar esportes. Porém, 04 entrevistados afirmaram não ter tempo para o lazer, o que expressa claramente a situação de precarização do trabalho.

No que tange ao modo de vida dos sujeitos entrevistados, apenas 02 participam de movimentos sociais e associações (Pastoral da Criança e Clube de Mães); e nenhum dos sujeitos é membro integrante de conselhos, fóruns ou programas.

Quanto às crenças e valores dos sujeitos, os nove entrevistados se afirmaram católicos. Em relação à cultura étnica, 02 se declararam afro-descendentes, 01 italiano, 01 polonês, 01 brasileiro; ainda, dois afirmaram não se identificar com nenhuma etnia e dois não responderam.

Em relação às alterações nas condições e no modo de vida, após o início do trabalho informal, apenas um sujeito respondeu, relatando que não notou mudanças nas condições de vida, mas afirmou não ter tempo para encontrar os amigos, ao administrar o trabalho e os estudos. Quando questionados sobre porque não responderam, os 08 sujeitos disseram que não havia como comparar as alterações sendo que sempre estiveram vinculados à atividade informal, ou, se empregados formalmente, por curto período de tempo.

Partindo da fala dos trabalhadores entrevistados, pode-se iniciar a análise qualitativa da pesquisa. A quase totalidade dos entrevistados (8 de 9) iniciou suas atividades laborativas com a finalidade de auxiliar na manutenção da renda familiar, sendo que a maioria com idade inferior a 14 anos (6 de 9), demonstrando a relevância do significado material do trabalho, como meio que possibilita a subsistência da família e o acesso a bens e serviços necessários para tal. Por outro lado, não é apenas o caráter financeiro do trabalho que é valorizado, pois através dele, de acordo com a fala dos sujeitos, são viabilizadas a independência do sujeito de sua família, a integração social e a consolidação da cidadania:

Quando eu tinha 12 anos eu comecei a ir pra roça com o pai, que trabalhava de empregado para o (patrão), daí o pai ficou desempregado e eu comecei a trabalhar pra mim, pra ganhar o meu dinheiro, pras minhas coisas. Eu e a minha irmã paramos de estudar pra trabalhar, depois só que a gente terminou, depois de velhas. Aí o pai e a mãe só tinham que ganhar dinheiro pra eles (3C, Feminino, 32 anos, diarista).

Acho que com 10-11 anos já comecei carpindo. Meu finado pai não vencia. Eu tenho um irmão mais velho que eu, que botou nós pra trabalhar por dia, pra ganhar o alimento pra sustentar os mais novos. Os mais velhos tinham que trabalhar pra sustentar os mais novos (5A, 79 anos, pescador).

Esse relato demonstra, além da necessidade de acréscimo financeiro, diversas vulnerabilidades, inicialmente com a participação da trabalhadora, ainda na infância, em trabalhos braçais, o que constitui trabalho infantil, e após o desemprego do pai, que produz a urgência do sustento, motivando a evasão escolar.

O trabalho doméstico, realizado por três sujeitos da pesquisa, configura-se, em especial para as mulheres, como uma alternativa decisiva frente às dificuldades de inserção ou permanência no mercado de trabalho em atividades da produção social. Entre as famílias de baixa renda, o trabalho doméstico tem-se configurado em recurso usual de enfrentamento do desemprego ou da inatividade do provedor homem, da necessidade de complementação do orçamento doméstico, ou ainda, como recurso para a mulher chefe de família, a fim de assegurar o sustento de seus dependentes. É uma categoria de trabalhadores que se expande e se contrai em função da redução ou aumento da oferta de postos de trabalho na produção social. De acordo com o Censo de 2000 (IBGE), 24,9% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres ou tinham uma mulher responsável pelo mesmo; em 1981, eram 10,2% dos domicílios. A situação funcional desta categoria é muito mais precária do que a dos outros empregados (dos setores público e privado). Dentre eles, em 2002, 32% não tinham carteira assinada, frente aos 74,2% dos trabalhadores domésticos. A precariedade das condições ocupacionais na categoria se evidenciam com o exame da sua distribuição por faixas de rendimento: 66,7% têm rendimento mensal médio inferior a 1 salário mínimo (HOLZMANN, 2006).

A partir dos dados da pesquisa, é possível verificar-se que, para alguns sujeitos, o trabalho possui o significado de concretização da independência, por meio da remuneração financeira, sendo também entendido como um rito de passagem para a vida adulta:

Comecei a trabalhar com 14 anos, eu não gostava de ser sustentada. Foi uma opção minha (3E, Feminino, 18 anos, balconista).

Da mesma forma, a expressiva maioria dos entrevistados não realizou capacitação ou qualificação formal para o desempenho da atividade, sendo que os processos de trabalhos utilizados na ocupação são apreendidos ou no convívio com a família, ou ainda no próprio local de trabalho, na medida em que é desempenhado, com a assessoria dos colegas:

Comecei a trabalhar com 17 anos, em Santa Rosa (município próximo), em uma metalúrgica, pra ajudar a minha mãe com as contas de casa.

Pesquisadora: Fizeste algum curso de capacitação antes de começar a trabalhar?

Não, aprendi no lugar mesmo (Sujeito 3F, 22 anos, serviços na agropecuária).

Comecei com 15 anos, como servente de pedreiro, daí, com o tempo, virei pedreiro (3H, 44 anos, pedreiro).

Com 12 anos, trabalhava na lavoura, plantava. Trabalhava pra ajudar em casa. Mas, na verdade, eu já trabalhava antes disso, ajudava meu pai em casa (3G, 61 anos, diarista na agricultura).

Tais depoimentos demonstram que a pobreza de recursos materiais serve de mola propulsora para o ingresso precoce no mercado de trabalho, e, quando não há vagas, buscam como alternativa o trabalho informal, o que se confirma com o dado expresso pela maioria dos sujeitos entrevistados (7 de 9), para quem o trabalho formal jamais se concretizou. Ainda, a categoria processo de trabalho está explicitada na medida em que sua apreensão é mencionada no âmbito das relações familiares, não existindo, na maioria das experiências analisadas, capacitação ou qualificação formal para o trabalho. Para além, a utilização da categoria historicidade é necessária, para compreender a inserção prematura dos sujeitos no mundo do trabalho e o significado que o processo histórico produz acerca do próprio trabalho.

O trabalho por conta própria é o desaguadouro do desemprego, tal como o trabalho doméstico remunerado. No Brasil, os trabalhadores por conta própria totalizavam 22,3% dos ocupados, aproximadamente 17 milhões de pessoas (IBGE, 2002), quase 3 milhões a mais do que em 1993, o que configura um aumento de 20,6% no período.

Dentre aqueles que já trabalharam de forma regularizada, ou seja, 02 sujeitos, esta situação ocorreu quando do desempenho de contrato temporário de trabalho.

Quando eu pego uma obra de uma firma, uma empresa como agora (está trabalhando em uma obra da prefeitura), aí eles me colocam na carteira, aí fica o serviço terceirizado, como dizem (3H, 44 anos, pedreiro).

De maneira expressiva, foram relatadas situações em que a negação em solicitar a formalização do vínculo esteve relacionada com o receio de perder o posto de trabalho, apesar da presente desproteção trabalhista e previdenciária.

A formalização do vínculo trabalhista, via carteira de trabalho, é datada, no Brasil, no decorrer do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), como forma de cidadania regulada. Para tanto, ser trabalhador significa ser cidadão, e a carteira de trabalho lhe possibilita um atestado de honestidade, integridade e respeito, com direitos garantidos pelo Estado. No caso do trabalho informal, esses direitos são negados aos trabalhadores, e, apesar da crescente flexibilização do trabalho, o *status* da carteira de trabalho continua sempre reproduzido no imaginário dos trabalhadores, como sinônimo de estabilidade e proteção.

Como as atividades informais não garantem essa proteção, ocorre a alguns trabalhadores, os quais as desempenham, a possibilidade de contribuir para a Previdência Social como profissionais autônomos, o que não tem efetividade comprovada, pois a renda mensal destes é instável, variando com a quantidade de trabalho realizado. Quando questionados sobre a contribuição autônoma, verificamos em suas falas:

Ainda não, mas já estou encaminhando pra assinar (carteira) como autônoma (3E, 18 anos, balconista).

Eu já contribui, como autônomo, com aqueles carnezinhos e tal, mas não deu certo, porque nem sempre o mês rendia pra pagar as contas de casa e pra contribuir. Aí eu parei.

Pesquisadora: Por quanto tempo contribuiu?

Um ano, mais ou menos (3H, 44 anos, pedreiro).

Dentre os trabalhadores entrevistados apenas 02 afirmaram já ter contribuído para a Previdência Social nesta categoria.

Ao ser introduzida a temática da economia informal no transcorrer das entrevistas, foi possível verificar, nas expressões dos entrevistados, um desconhecimento quase que total do seu conceito.

Não sei se eu sei dizer o que é...

Pesquisadora: Pode dizer o que tu pensa que é, bem com as tuas palavras...

Eu acho que é não contribuir, não mostrar a renda...

Pesquisadora: Pode explicar melhor?

Assim, pra não dizer que tem tantos empregados, aí o patrão não assina a carteira...(3C, 32 anos, diarista).

Não sei.

Pesquisadora: Tu pode me dizer o que acha que é?

Não sei (risada). Nem idéia do que é.

Pesquisadora: É quando o trabalhador não tem a carteira assinada, e assim, não tem acesso aos seus direitos trabalhistas (3D, 18 anos, pesca e contrabando).

Após o esclarecimento acerca da conceituação de trabalho informal, o significado deste, expresso pelos entrevistados, é relacionado, em grande maioria, à ausência da garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, ao tempo em que é vinculado a atividades ilegais e à remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

Da mesma forma, percebeu-se a vinculação do seu desempenho à necessidade de subsistir e à família, frente ao mercado formal reduzido no município.

Pra mim é um meio que se tem pra conseguir sobreviver, mesmo aqui na nossa cidade, porque não tem firmas, nem fábricas nem nada que assine a carteira. E mesmo assim, o meu serviço paga razoavelmente bem por ser sem carteira (3H, 44 anos, pedreiro).

A possibilidade de negociar a remuneração, não existindo o vínculo trabalhista formal, também é referenciada: segundo a compreensão dos trabalhadores, o empregador não teria “despesas” com a regulação da atividade do empregado, pois esse valor ou parte dele pode ser transferido para os seus vencimentos. A associação, presente no imaginário dos sujeitos, de que um processo de urbanização intensivo favoreceria a regulamentação das atividades laborativas, é expressa nas falas, demonstrando o motivo da crescente migração da

parcela jovem da população do município para os grandes centros. Esse processo migratório fundamenta-se na esperança de melhoria da qualidade de vida, em vista do aumento da remuneração, bem como pela facilidade de acesso a cursos de formação e qualificação profissional.

Quanto ao significado do trabalho informal para os trabalhadores, seus aspectos positivos e negativos, prevaleceram falas que destacavam a negatividade dessa atividade, principalmente no que tange à ausência de proteção trabalhista e a garantia de aposentadoria.

Eu acho que o bom de trabalhar sem carteira assinada facilita na negociação do salário, como eu fiz. Eles não me assinam a carteira, mas me dão o dinheiro do INSS. Mas não é legal, eu sei. Se eu perder meu emprego, não ganho nada, não ganho o seguro desemprego. A carteira assinada, eu acho, é importante pro futuro, pra ter uma aposentadoria, ao menos até agora é assim. Porque a quantidade de aposentados aumenta no Brasil, e acho que o país não vai conseguir dar conta de todas essas aposentadorias (3A, 19 anos, balconista).

Além disso, a negação dos empregadores em formalizar o vínculo trabalhista é outro empecilho no processo de efetivação de direitos.

Sem carteira assinada é ruim, porque tu não tem direito nenhum, mesmo se quiser brigar, nem dá pra provar que trabalhou pra pessoa, se quiser pôr ela na justiça. Mas eu nunca fiz isso, porque se fizesse não ia trabalhar em mais lugar nenhum aqui, que já tem pouco trabalho. Eu não sei se é bom trabalhar com carteira, porque eu nunca tive, mas agora já é tarde pra mim assinar, não dá pra me aposentar assim(...) Nunca me pediram pra assinar. E se eu pedia, me diziam "Pra que carteira?", aí eu dizia "mas e se eu me machucar aqui trabalhando? Como é que eu fico?" "Aí me diziam: "Aí tu vai pra casa, te cura, e quando melhorar, volta". Isso me doeu muito. Me marcou até hoje. Mas se eu não trabalhar assim, não tem outro jeito (3B, 43 anos, diarista).

Mesmo a categoria contradição, permeando toda a temática da economia informal, está expressa nessa fala de modo peculiar, pois apesar da compreensão do sujeito de que o trabalho informal não é garantidor de direitos, a necessidade de manter a sua sobrevivência através da renda que este propicia é maior. Explicita também o significado do trabalho informal, ao tempo em que é também expressão do objeto em si.

Desta forma, está expressa a faceta precária do trabalho informal que não pode ser generalizada devido à diversidade das relações entre empregador-trabalhador, bem como das condições de trabalho que a ele se apresentam. Porém, Singer (1998) aponta que a exclusão do emprego formal é uma das piores formas de exclusão social, e a multiplicação de trabalhadores informais, na década de 1990, foi uma das mais perversas conseqüências do modelo econômico em vigor.

Estudo realizado pela UFRJ (2006) aponta que a automação é responsável por 10 milhões de desempregos no Brasil. Estudo realizado pela UNESP / Marília-SP, mostra que há um novo proletariado precarizado e que mais de 50% da PEA está no mercado informal (PRATES, 2008).

Esse quadro de reestruturação das empresas e dos sistemas produtivos, inquestionável numa ótica eminentemente econômica, acarreta um pesado ônus expresso, em última instância, na precariedade e na exclusão social, fontes alimentadoras da violência atual. Uma precarização que atinge não apenas as populações consideradas vulneráveis, mas o conjunto da sociedade, embora de modo diferenciado, muitas vezes sob o eufemismo das *novas formas de trabalho*. Essa figura semântica – que aparentemente revela um avanço nos parâmetros tradicionais de exercício profissional – esconde, no entanto, a diminuição de postos de trabalho e a fragilidade dos novos arranjos laborais, como a oferta de empregos de tempo parcial ou duração eventual; as limitações na absorção da força de trabalho jovem, inclusive qualificada; a instabilidade e irregularidade ocupacionais; o subemprego e o desemprego recorrente, duradouro e sem perspectivas de inclusão no mercado formal; as dificuldades de inserção da mão-de-obra não-qualificada e os rendimentos decrescentes para boa parcela das populações já empobrecidas.

Em vista do processo de precarização das relações de trabalho, no decorrer da análise das falas dos sujeitos, verificou-se a preocupação com a desproteção a que estão expostos os trabalhadores do setor informal.

(...) eu fiquei doente e minha patroa não quis me pagar o mês todo, porque eu faltei essa semana que eu tava doente. Eu trabalhava toda a semana na casa dela, dormia lá e deixava minha filha sozinha, ainda gastava com ônibus porque era em Santa Rosa. Quando fui no posto de saúde, o médico se apavorou quando eu falei que tava trabalhando sem carteira e me deu

um atestado, e na hora eu disse que nem precisava, porque isso já tinha acontecido antes. Eu mostrava o atestado pra patroa, e ela me descontava o tempo que eu tava doente do salário (3B, 43 anos, diarista).

Além da desproteção legal, provocada pelas mudanças ou não cumprimento da legislação existente, os trabalhadores na informalidade sofrem com a desproteção social que os coloca na quase exclusiva dependência da família em situações como doenças, acidentes ou quaisquer outras situações que os afaste, mesmo que temporariamente, de sua ocupação.

Esses dias eu me cortei o dedo e fiquei 20 dias sem poder trabalhar, e assim eu não recebi nada (3H, 44 anos, pedreiro).

(...) Quando a gente (entrevistada e companheiro) ia pro hospital pra ganhar o L. (filho), pedi pro L. (companheiro) comprar absorventes pra mim, aí ele voltou da farmácia com 03 (absorventes) (risadas). A gente passa muita necessidade sempre. E o pior que não tem pra quem reclamar, não tem patrão...(3I, 35 anos, pesca e diarista).

A ausência da figura do patrão (empregador), por vezes, remete ao setor informal aspectos de autonomia, o que não se confirma. Enquanto expressões do modo de produção capitalista seja trabalho produtivo ou improdutivo, formal ou informal, essas manifestações estão, direta ou indiretamente, relacionadas e subordinadas ao capital.

Para tanto, é relevante que se especifique a diferenciação realizada entre trabalho e emprego: o trabalho que é valorizado socialmente, e denominado emprego, é aquele formalizado juridicamente, que legalmente possibilite a proteção trabalhista aos sujeitos, mesmo que, por vezes, realizado em condições precárias de instalação, por exemplo, ou ainda com sobrecarga horária. A categoria trabalho é visualizada nas falas dos sujeitos, através do significado do trabalho e do trabalho informal para os sujeitos da pesquisa.

Quando em situação de desproteção, os trabalhadores informais se articulam e organizam estratégias de resistência, como a busca de validação dos direitos por via judicial, tais como a relatada:

(...) Mas depois ela acabou me pagando, mas só porque o irmão dela trabalha no fórum, e acho que falou pra ela que eu podia entrar na justiça por isso. Quando as minhas gurias nasceram também, não tive os quatro meses pra ficar com elas, ninguém me pagou nada (3B, 43 anos, diarista).

Outras estratégias são percebidas a partir do discurso dos entrevistados:

Sim, uma vez eu caí e me machuquei feio, fiquei uns quantos dias sem poder trabalhar, com a perna enfaixada e tudo. Mas aí o meu patrão na época me pagou esses dias que eu não pude trabalhar (3G, 61anos, diarista na agricultura).

O acordo entre patrão – trabalhador informal ocorre de maneira não formalizada, a partir da restituição financeira dos dias não trabalhados pelos sujeitos, o que pode inicialmente aparentar normalidade, mas é necessário destacar que, por receio de perder a vaga para o trabalho, os trabalhadores retornam à atividade trabalhista, muitas vezes antes do período atestado pelo médico.

Quando o (filho) nasceu, eu fiquei 42 dias sem trabalhar, mas tinha que ter ficado 3 meses, mas precisava das coisas... aí eu voltei a trabalhar mesmo assim...antes do parto eu também tive que parar, porque não tava agüentando...e ninguém me pagou nada, nem me perguntavam se precisava de alguma coisa...(3C, 32 anos, diarista).

Quanto ao significado da inserção no setor informal, os entrevistados destacaram a insegurança especialmente em relação à ausência de direitos trabalhistas, em que se inclui a impossibilidade de viabilizar a aposentaria, mas também ressaltaram a questão da renda, conforme se pode verificar nas expressões que seguem:

(...) Tá feliz porque tá trabalhando, mas não tá legalizada no teu trabalho. Até comentei com a minha patroa “ah, foram dois anos perdidos”, eu quis dizer de contribuição, mas ela achou que fosse de trabalhar pra ela e ficou chateada (3A, 19 anos, balconista).

Eu me sinto péssima porque não tenho direito a nada, mas os patrões não assinam, ficam dizendo que não precisa, mas eu sei que assim não tenho direito a nada (3B, 44 anos, diarista).

É ruim, porque não tenho direitos... (3D, 18 anos, pesca e contrabando).

A dificuldade de comprovar as experiências de trabalho anteriores também foi mencionada, o que se torna um empecilho na busca de outros postos de trabalho, que permitam uma remuneração ampliada, estabilidade, condições de trabalho adequadas, mesmo que de modo não regularizado, e uma conseqüente melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores e de suas famílias.

Quando tu trabalha sem carteira, é mais difícil pra conseguir emprego depois, porque tu não tem como provar que tu já trabalhou. Não tem direito quando é demitido ou pede demissão (3E, 18 anos, balconista).

A relação do trabalho informal com a ausência dos benefícios disponibilizados para aqueles com vínculo empregatício regularizado também foi explicitado através das referências feitas ao 13º. Salário e a licença-maternidade:

Precisaria pra mais tarde (aposentadoria), pra ter 13º que ajuda no final do ano, mas agora eles não podem me assinar...(3F, 22 anos, serviços gerais/agropecuária).

Eu acho ruim trabalhar sem carteira, imagina só, poder ficar 04 meses com o nenê em casa, recebendo, a gente não tem b* nenhuma...(3I, 35 anos, diarista).

Porém, dois sujeitos relataram que a formalização do vínculo não é significativa para o desempenho de suas atividades laborativas, embora numa das situações o entrevistado tenha referido ser a única opção:

Eu não preciso, só se for empregado. Às vezes, se o trabalho é "frio", é melhor porque pode ganhar mais até...(3G, 61 anos, diarista na agricultura).

Eu me sinto bem trabalhando assim, porque é a única opção, não tem outra (3H, 44 anos, pedreiro).

Percebe-se, na primeira fala, que o trabalho informal não é relacionado a trabalho, sendo este último vinculado ao conceito de emprego, como já discutido anteriormente. Da mesma forma, depara-se com a possibilidade de negociar a remuneração expressar flexibilidade, tal qual o trabalho realizado, o que pesa quando se vislumbra o aumento da renda. A ausência de acessibilidade a direitos e

benefícios não é questionada, nem valorada nessa expressão. Já, na segunda, é possível perceber os elementos de conformação, ao mesmo tempo em que se constitui enquanto resistência ao mercado de trabalho, nas configurações em que se apresenta.

Sobre a participação dos sujeitos em políticas de geração de trabalho e renda (PGTR) e de inserção produtiva, verificou-se que uma parcela de 1/3 deles (3 de 9) afirmou desconhecer a existência dessas iniciativas; outra parcela um pouco menor (2 de 9) informa não existirem políticas dessa ordem no município; e outra, na mesma proporção, não demonstrou interesse em participar de PGTR e de inserção produtiva.

Contudo, um fato curioso constatado foi que dois sujeitos (2 de 9) afirmaram “não terem sido convidados a participar” de tais políticas:

Não, ainda não. Nunca soube dessas coisas aqui, nem nunca fui convidada a participar (3A, 19 anos, balconista).

Não. Nunca me convidaram, nem sabia que tinha aqui (3C, 32 anos, diarista).

Constata-se, então, um desconhecimento acerca dos serviços e bens públicos quanto aos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, da mesma forma que aparenta um *esvaziamento* da compreensão de cidadania. Na mesma proporção, e paralelamente a este, ocorre um processo de aprendizagem da desqualificação social, abordada por Paugam (2003), que demonstra a relevância do significado social da economia informal, na medida em que, ao também representar uma forma de organização do trabalho, por vezes precário, remonta à necessidade de acesso, pelos indivíduos que dela se utilizam, aos serviços de assistência social. A dependência desses serviços para suprirem suas necessidades, em especial financeiras, pela via de benefícios de transferência de renda, para esses sujeitos se constitui como vergonhosa, demonstrando o seu insucesso social. Para além desse sentimento de fragilização social, o que se deve ressaltar é a fragilidade da garantia de direitos e das possibilidades de sua emancipação social.

Quando questionados, se já haviam realizado cursos de capacitação para inserção produtiva, apenas uma entrevistada respondeu afirmativamente:

Sim, sou formada em assistente administrativo (SENAC), procurei emprego aqui, mas não encontrei (3E, 18 anos, balconista).

A partir disso, verificamos o sentimento de frustração experimentado por muitos trabalhadores na atual conjuntura do mundo do trabalho: buscam aperfeiçoar e qualificar sua força de trabalho, com vistas à inserção no mercado de trabalho formal, mas não logram êxito, pois como já discutido anteriormente, o “exército de reserva de mão-de-obra” da década de 1980-90, hoje já se constitui como “sobrantes”. A ausência de qualificação dos trabalhadores, justificativa que embasava as explicações liberais para o crescente desemprego, não se aplica mais na contemporaneidade. O mercado de trabalho, como se configura nesse período do capitalismo, não possui mais capacidade de absorção de trabalhadores, ao tempo em que solicita mão-de-obra polivalente e flexibilizada com aumento de horas trabalhadas não remuneradas, estratégia do capital para manutenção do seu lucro.

A quase totalidade dos entrevistados (8 de 9) nunca participou de cursos de capacitação para inserção produtiva, o que foi justificado por eles devido à inexistência desses serviços no município, o que implicaria um deslocamento intermunicipal de, no mínimo, 40 km, para que fosse possível o acesso, somando-se a renda instável do setor informal, as responsabilidades assumidas para com os familiares e o horário, por vezes, atípico de trabalho.

Não, ainda não fiz. Porque não consegui. Não tem aqui no município, e ir pra fora é complicado pra mim (3F, 22 anos, serviços gerais/agropecuária).

Quanto à compreensão dos sujeitos sobre as experiências de economia informal, a maioria (6 de 9) afirmou que percebe nestas iniciativas expressões de desigualdade.

(...) Todo mundo sabe que tu não tem carteira, que tu não ta legalizado, e isso não é bom (3A, 19 anos, balconista).

(...) porque sempre teve a tal da desigualdade social. Acho que tem exclusão com quem não tem carteira assinada, porque não tem a renda certa no fim do mês, às vezes depende do tempo, se eu consigo trazer as coisas...

Pesquisadora: O que tu traz?

Gasolina, agora. Mas ninguém vai saber disso, não vai ter problema pra mim? (3D, 18 anos, pesca e contrabando).

A insegurança que está expressa nas falas é motivada pela linha, praticamente invisível, que separa o informal do ilegal, indicando a complexidade de delimitar o significado social do trabalho informal para estes sujeitos. Nele estão implícitos: a instabilidade, a desproteção, o receio da dependência dos familiares. Mas, ao mesmo tempo, demonstra claramente um movimento de resistência frente à realidade cotidiana de trabalho, no que tange a luta pelo sustento de si e de seus dependentes, como a possibilidade de acesso a bens e serviços necessários para que a sua qualidade de vida se efetive. O reconhecimento perante a comunidade como sujeitos que vivem do trabalho é também fundamental para a socialização dos indivíduos, sendo que é, a partir do trabalho, no sentido ampliado, que os homens estabelecem as relações sociais (MARX, 1989).

Outro fator relevante para a efetivação da análise é considerar o processo histórico de colonização do município, realizado por descendentes de italianos e alemães, católicos e protestantes, respectivamente, como condicionante da valorização social do trabalho. Essas duas etnias, bem como as religiões que lhe são historicamente vinculadas, percebem no trabalho incessante e árduo, o caminho para a santificação do homem, pois é através do trabalho que o “homem se dignifica”, se distinguindo dos demais animais.

(...) eu não acho que porque trabalho sem carteira eu sou pior que os outros. Eu faço isso porque eu preciso, e não tenho medo de trabalhar (3B, 43 anos, diarista).

Em contrapartida, no que concerne às expressões de resistência manifestas no trabalho informal, a maioria dos trabalhadores entrevistados (7 de 9) acredita que seu trabalho, ao se caracterizar de modo distinto daquele com vínculo trabalhista formal, é uma estratégia de confronto e de não-aceitação do que está posto.

Sim. Eu acho que é porque tu tem que ir, não tem outro jeito (3H, 44 anos, pedreiro).

Porque é uma forma de tentar melhorar a vida e não depender dos outros (3F, 22 anos, serviços gerais/agropecuária).

Ao mesmo tempo, não é uma opção livre, sendo que para que o homem seja de fato livre, primeiro suas necessidades básicas necessitam ser supridas (MARX, 1989), para que depois possa fazer a história a partir de seu trabalho e sua relação com outros homens.

(...) se não fizer isso a pessoa vai passar fome, ou, deus me livre, vai roubar, como já ta acontecendo aqui. Aí complica tudo. A gente faz porque precisa (3D, 18 anos, pesca e contrabando).

Como o mercado de trabalho é limitado no município, a vinculação com a falta de compromisso nas relações de trabalho é um traço cultural, de modo que a formalização do vínculo trabalhista é diretamente relacionada com o trabalho desenvolvido em cidades de médio e grande porte, que apresentem crescente urbanização, residindo nessa crença o mito de que a garantia de direitos trabalhistas seja validada nos grandes centros urbanos.

A gente não pode exigir carteira assinada porque aqui as pessoas não aceitam que é um direito, que precisa ter. Eles sabem que tá na lei, mas não querem. Se fosse numa cidade maior, as pessoas respeitam mais a lei, eu acho, porque tem mais opção de emprego, não é como aqui (3B, 43 anos, diarista).

Quando se retornou à temática das políticas de geração de trabalho e renda, e sobre quais as possíveis contribuições para o fortalecimento dos trabalhadores e suas famílias, o desconhecimento quanto a estas políticas ficou explícito nas respostas dos sujeitos, na medida em que 5 dos 9 entrevistados não souberam ou não quiseram responder ao questionamento. Dentre os que responderam, um afirmou que seria interessante o oferecimento de cursos de capacitação para a inserção produtiva, mesmo que o mercado de trabalho não absorvesse esses trabalhadores, porém estariam mais qualificados para buscar inserção em outros espaços de trabalho na região.

Acho que através de cursos, qualificações, capacitando as pessoas pra trabalharem, senão aqui no município, se não tem espaço, mas pra procurarem fora daqui (3A, 19 anos, balconista).

Existe, portanto, dentre os trabalhadores, a compreensão de que mesmo com a realização de cursos de formação e capacitações, o mercado de trabalho tal como está constituído no município não abarcaria mais trabalhadores, principalmente com qualificação maior do que a exigida para a função, que poderia demandar, por parte do empregador, um maior dispêndio de recursos destinados à remuneração de seus funcionários, reduzindo o seu lucro.

Já, quando questionados sobre o fato de as políticas de trabalho e renda influírem no fortalecimento dos sujeitos e famílias, verifica-se que a renda é destacada como elemento central para uma vida melhor e a própria organização do grupo familiar, o que pode ser ilustrado pelas expressões que seguem:

(...) por causa da renda, se vive melhor, pode dar mais e melhor pros filhos (3H, 44 anos, pedreiro).

(...) porque ia ficar mais fácil a gente se organizar (3D, 18 anos, pesca e contrabando).

É visível, também, a necessidade de fortalecimento político dos sujeitos, bem como a socialização de informações sobre direitos e alcance à políticas sociais, o que se constituiria num passo em direção da efetivação da cidadania. Esse espaço sócio-ocupacional é um novo campo de trabalho para o assistente social, apesar de já estar comprometido com a garantia de direitos e acesso à cidadania, como um dos princípios do projeto ético-político da categoria.

Em relação às possíveis contribuições do assistente social, inicialmente, os sujeitos foram questionados se existem assistentes sociais no município e se já haviam sido atendidos por este profissional, de modo que um sujeito desconhecia o trabalho desse profissional em Porto Mauá, um não considerou “atendimento” o grupo em que participa, pois relacionou o atendimento ao acesso de benefícios e

serviços sociais. Cinco sujeitos são também usuários da política de assistência social e atendidos pela assistente social.

Pesquisadora: Existem assistentes sociais no município?

Sim, tem sim, uma.

Pesquisadora: Você já foi atendido pelo Serviço Social?

Não.

Pesquisadora: Mas tu não participava das reuniões do Asema, com as mães das crianças?

Ah, sim, isso sim. Achei que fosse de ter ido lá pedir coisas pra ela (3B, 43 anos, diarista).

Essa fala expressa o desconhecimento sobre as competências e atribuições do assistente social, além de uma visão simplista das políticas sociais públicas, herança histórica que, por vezes, ainda se mantém no imaginário da população, vinculando a figura do assistente social à “moça boazinha que ajuda aos pobres”.

Sobre a percepção dos sujeitos quanto ao trabalho do assistente social junto a populações vulnerabilizadas, tornou-se clara a necessidade de informar a população quanto aos reais objetivos do trabalho desse profissional e em relação às políticas e direitos sociais.

Ela procura ajudar na medida que pode, ela sempre me ajudou. Eu sempre ia pedir serviço, não ia lá pedir sacolão, e ela nunca me atendeu mal. Mas tem muita gente que só sabe pedir coisas e não querem trabalhar (3C, 32 anos, diarista).

Fica evidente, na expressão do entrevistado, que o benefício não é reconhecido como um direito.

Dois sujeitos não souberam responder a questão e um afirmou acreditar que o assistente social não pode intervir de maneira efetiva junto às populações vulnerabilizadas.

Ao serem questionados sobre as possíveis contribuições do assistente social junto à economia informal, 03 afirmaram não saber responder. Um sujeito disse que ela não pode intervir nessa realidade. Os demais relataram contribuições distintas:

Tinham que dar uma cesta básica, ou coisa assim, porque o que é mais caro pra comprar é comida. Assim já ajudava muito...(3B, 43 anos, diarista).

Ela tinha que tentar fazer alguma melhoria aqui, trazer mais cursos, porque tudo é fora daqui...(3D, 18 anos, pesca e contrabando).

Acho que ela podia falar com os patrões que eles tinham que assinar carteira, porque eles não estão perdendo, é um direito de todo ser humano...(3I, 35 anos, pesca e diarista).

Assim, pode-se afirmar que os sujeitos acreditam que o assistente social pode contribuir para os que estão na informalidade através de benefícios emergenciais; pela promoção de cursos de capacitação profissional no município e por via da mediação com outros órgãos com o intuito de buscar, na realidade concreta, formas alternativas de trabalho, bem como incentivar o trabalho formal. Além disso, deve investigar as causas do trabalho informal:

Acho que ela poderia conversar com as pessoas, pra saber porque elas trabalham sem carteira (3C, 32 anos, diarista).

Questionamos a opinião dos sujeitos sobre a contribuição do assistente social para aprimorar as políticas de geração de trabalho e renda (PGTR) e, dos nove entrevistados, 03 não souberam responder e um afirmou não ser parte do trabalho desse profissional.

Acho que sim, mas acho que precisa da ajuda dos outros, mesmo de fora do município, ela podia ajudar os que querem trabalhar, porque aqui tem muita gente que quer trabalhar, mas como não tem emprego, eles vão embora (3C, 32 anos, diarista).

Ajudaria se trouxesse mais cursos, pode tentar uma parceria com uma empresa, pra ter mais emprego pra gente, aí a gente não ia precisar sair daqui (3D, 18 anos, pesca e contrabando).

Assim, percebe-se, de parte dos sujeitos, a preocupação com a formação de novos postos de trabalho, compreendendo que o mercado de trabalho do município não comporta mais profissionais qualificados, que migram para os centros urbanos, cada vez mais cedo, em busca de melhor remuneração e condições de vida. Por outro lado, mostram uma visão messiânica a respeito do trabalho do assistente social, que não condiz com a realidade marcada pelo desemprego estrutural, ao

passo que sua expectativa com relação a esse profissional é de que amplia as oportunidades de emprego formal.

Para tanto, passemos à análise da entrevista realizada com o assistente social do município. Sobre o enfrentamento da economia informal no município, o assistente social afirma que são tímidas, ainda, as ações voltadas a esta questão.

Muito esporadicamente a Agricultura (Secretaria) faz, mas para os agricultores, alguma coisa voltada à qualificação, alguns cursos, na área leiteira, enfim, algumas atividades deles (2A, assistente social).

Sobre a sua compreensão de economia informal,

(...) eu acho que são todos esses trabalhadores que não são contribuintes da Previdência, que não têm carteira assinada, ou até mesmo aquele agricultor que não contribui. Esses eu encaixaria no mercado informal. Porque, dentro das concepções que nós temos hoje, e das necessidades que eles enfrentam, por se machucar, ou alguma coisa assim – precisando de algum tipo de auxílio – nunca conseguem por não serem contribuintes, e isso já faz com que eles careçam de uma política inclusiva, que garanta, ao menos, algum tipo de benefício, quando necessário.

Sobre as alternativas de geração de trabalho e renda, esse profissional cita um cadastro implementado há seis anos, com a finalidade de gerenciar a contratação dos trabalhadores de maneira a realizar um “rodízio” de trabalho.

(...) seis anos atrás, eu criei um cadastro (...), eu tentei que tivesse relação com as outras Secretarias, com a população em geral, e com os empregadores, pra se criar, digamos, um banco de dados, onde os empregadores viriam buscar os empregados; onde a gente tivesse um contato que, por exemplo, estivesse precisando de um diarista na agricultura, ou de uma diarista doméstica, enfim, que entrassem em contato com a Assistência Social, e a gente entraria em contato com esse usuário, e oferecia pra ele essa oportunidade. Mas não deu muito certo. Não progrediu.

Pesquisadora: Sabe dizer por quê?

Sujeito 2 A: Porque os empregadores não procuravam na Assistência. Eles procuravam diretamente os usuários, acabando que não havia um controle de quem tinha trabalhado, de quem não tinha, de quem era na próxima vez, porque eles procuravam direto os usuários, e os usuários não me repassavam. (...) Foi uma ação da Comissão Municipal de Emprego.

Pesquisadora: Desde quando está formada essa Comissão?

Sujeito 2A: (...) Quinze anos.

O assistente social fala ainda sobre as causas das experiências de trabalho informal no município:

As dificuldades que eles enfrentam, no dia-a-dia mesmo. A falta de trabalho, mesmo. Sem alternativas, eles partem pra isso (2A, assistente social).

Pesquisadora: No teu entendimento, estas iniciativas expressam desigualdades?

Sujeito 2A: Muito.

Pesquisadora: De que tipo?

Sujeito 2A: Desigualdades quanto à renda, quanto às relações familiares, dentro das escolas, em relação aos filhos desses trabalhadores, como apelidos. Aquela coisa vinculada à ocupação, como: “ah, teu pai é “chibeiro”, faz contrabando”, “meu pai trabalha na prefeitura, e o teu?”, e como aqui nós não temos escolas particulares, eles convivem no mesmo meio. Fora outras desigualdades, de todos os tipos, em relação à habitação, ao saneamento. Eles acabam padecendo de muitas precariedades.

Sobre a visão da comunidade local e gaúcha sobre a economia informal, a assistente social destaca que no município é uma questão cultural, como, por exemplo, a realização do *chibo* (termo local para contrabando), que é histórico e culturalmente aceito frente à situação de fronteira e da sua utilização ao início da colonização local. Afirma que o estado não aprecia o exercício do trabalho informal em relação à ausência de contribuição previdenciária, e por ser característica do estado a valorização do emprego (com carteira assinada) e não propriamente do trabalho.

O que seria o melhor (...), mas sabe-se que não existe esse espaço pra todo mundo, então essas pessoas vão ter que se virar de outras formas. Mas eu acho que o Estado não vê da melhor forma. Sabe que tem, sabe que existe, sabe desse enfrentamento, sabe da dificuldade de se implementar outras estratégias, mas não tem suporte pra tudo isso. E aí, fica uma questão dúbia (...): eles têm esse pensamento, mas também vêem essa realidade como praticamente impossível de estabelecer um vínculo empregatício pra todo mundo (2A, assistente social).

Questionada sobre as suas atribuições e se nelas estaria inclusa a possibilidade de trabalhar com políticas de geração de trabalho e renda, o profissional confirma e cita uma via: através da implementação de políticas públicas destinadas a este fim. Afirma ainda que o assistente social possui competências que fundamentam sua ação junto aos trabalhadores da economia informal.

A pesquisa utilizou, enquanto categorias de analíticas, a totalidade, historicidade, contradição, trabalho, processo de trabalho e mediação, de modo transversal a todo o trabalho, de modo que estão articuladas entre si, possibilitando a análise da realidade estudada de maneira integral. A historicidade viabilizou a compreensão da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, percebendo as contradições que permeiam os processos sociais, na perspectiva de verificar como a categoria trabalho se apresentava nesses fenômenos. A categoria processos de trabalho, utilizada na análise dos dados, permite apreender as formas como o trabalho se estrutura em suas conformações e resistências, enquanto trabalho informal. A categoria mediação é a que viabiliza que se faça conexão de cada fragmento em sua complexa particularidade com o todo, efetivando a categoria da totalidade.

Ao se analisar a estrutura ocupacional do Brasil e das transformações que ela vivencia, é perceptível o crescimento das categorias vinculadas à informalidade e à precarização. Enquanto expressão do processo de flexibilização da produção revela como esse padrão se molda à realidade brasileira, no que concerne a regulação da relação capital x trabalho. A informalidade é a via que permite a flexibilização, que reflete na reprodução da precarização, na vida e no trabalho de milhões de trabalhadores face à ausência de alternativas de integração aos direitos trabalhistas, que ocorre exclusivamente através da assinatura da carteira assinada ou da inclusão na Previdência.

Com vistas a enfrentar esse desafio, exige-se do assistente social a apreensão da sociedade como totalidade e a sua intervenção na realidade social. Apreender a sociedade como totalidade significa desvendar suas contradições, bem como a correlação de forças antagônicas que a constituem, e seus conflitos. É captar a dinâmica da luta de classes que se firma no mundo capitalista contemporâneo, com transformações que ocorrem no mundo do trabalho. É como afirma Iamamoto (2007),

uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional. (...) Primeiro, o famoso

distanciamento entre o trabalho intelectual (...) e o exercício da prática cotidiana. (...) outro aspecto a ser enfrentado (...), preencher o campo de mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 51-52).

Portanto, o grande desafio do Serviço Social é realizar a relação entre o conteúdo teórico construído pela profissão, atribuindo, ao mesmo tempo, uma dedicação maior às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, tendo em vista as particularidades dos objetos de estudo e ação do assistente social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão da “questão social” em evidência, na contemporaneidade, tem no desemprego a sua manifestação mais significativa na sociedade. Essa situação trabalhista desmembra-se em trabalho informal e subemprego, que são produtos da exclusão necessária à manutenção do capitalismo.

A discussão sobre trabalho informal requisita como fundamento uma abordagem a respeito das metamorfoses, no mundo do trabalho, que estão se processando a partir das três últimas décadas do século XX. Tais mudanças estão afetando a dinâmica das forças produtivas, alterando a estrutura e a composição das classes, enfim, modificando todo o tecido social. Conhecer as alterações do mundo do trabalho é imprescindível para os assistentes sociais, no sentido de que possam apreender as mudanças a partir da identificação de novas demandas à profissão em resposta às necessidades do capital e da força de trabalho. Demandas estas que definem tendências do mercado de trabalho público e privado. Portanto, é imperioso para os profissionais conhecerem as condições materiais de existência em que são desenvolvidas as suas práticas profissionais condicionadas pela divisão sócio-técnica do trabalho, além do papel político e da dimensão social dessas práticas.

A informalidade tem um papel na formação do produto social, seja por intermédio da flexibilização produtiva, ou contribuindo na manutenção e reprodução da força de trabalho, quando se inclui o trabalho dos assistentes sociais.

A posição do Estado brasileiro de reduzir ao mínimo possível sua interferência em favor de políticas que auxiliassem a diminuir os níveis de desigualdade e pobreza presentes no país agrava o quadro. Ao contrário, estabelece um posicionamento liberal, deixando para o mercado a responsabilidade de desenvolver fórmulas de equilíbrio, como se algum dia, sob o comando do capital, o mercado fosse capaz de obedecer a outro parâmetro, senão às necessidades do próprio capital. Da mesma forma, a capacidade da família em atuar

como instituição de assistência, como alternativa ao seguro social, está comprometida, atualmente, pelos fatores já discutidos, o que coloca uma significativa parcela dos trabalhadores da informalidade próximos ou já em condição de empobrecimento.

Nesse início de século XXI, a economia informal insere a maioria dos trabalhadores numa situação de insegurança e instabilidade, cujo desdobramento é a maior segmentação entre os trabalhadores e a fragmentação da sua identidade enquanto trabalhador. Essas fraturas abalam os vínculos mais próximos, como a família (devido à proximidade dos riscos de pauperização) e também os parâmetros de sociabilidade, pois na ausência do poder institucional que garanta e viabilize, de forma concreta, direitos estabelecidos apenas na legislação, e sem políticas sociais que resguardem o direito a uma proteção social. Em casos de vulnerabilidade, cria-se um ambiente que se contrapõe a democratização e universalização dos direitos sociais e políticos, previstos pela Constituição, mas fragilizados pelas investidas do capital e de suas representações nos âmbitos econômico e político.

Assim, a questão social expressa o embate pela cidadania, sendo ao mesmo tempo um processo que explicita conformismos e rebeldias; resultado de desigualdades e resistências, em que a consciência e a luta pela garantia de acesso a direitos sociais e políticos de todos os sujeitos está expressa e em disputa.

Sendo assim, somente a partir de um amadurecimento da categoria, o Serviço Social reconstituirá sua identidade, assumindo um posicionamento em favor das classes populares e trabalhadoras. Este processo terá origem no Movimento de Reconceituação, mas só irá adensar-se a partir da década de 1980, quando impactam na produção da categoria as pesquisas e problematizações articuladas aos interesses gerais da sociedade, o que foi viabilizado pela criação dos cursos de pós-graduação, socializações das produções teóricas, articulações e organizações da categoria que marcaram este período histórico. É somente na década de 1990 que este processo vai se materializar em documentos produzidos pela categoria como o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares da ABPESS (1996).

O estudo realizado teve como objetivo geral desvendar a realidade vivenciada pelos trabalhadores informais e os desafios que ela apresenta aos profissionais do Serviço Social, no sentido de dar visibilidade às possíveis contribuições dessa área para o fortalecimento dos sujeitos. De maneira específica, objetivou:

- Problematizar a situação do mercado de trabalho e a emergência da economia informal, com vistas a fundamentar o enfrentamento da problemática;
- Identificar as causas do trabalho informal e verificar as possibilidades de relação com a reestruturação produtiva;
- Identificar as possibilidades de contribuição do trabalho do Assistente Social para o fortalecimento dos sujeitos que vivenciam estas experiências;
- Identificar a estrutura e as condições de trabalho possibilitadas pelas experiências de economia informal;
- Avaliar as possibilidades do Assistente Social, através do seu trabalho, contribuir para a ampliação da garantia de direitos aos sujeitos que estão inseridos na economia informal.

As questões norteadoras, que balizaram este estudo, conduziram o processo de investigação e análise de dados à resposta do problema de pesquisa. Partindo das categorias analíticas utilizadas para a pesquisa foi possível apreender as formas de materialização das experiências de economia informal no município; o significado atribuído a estas pelos trabalhadores; as expressões de desigualdade e resistência que dela emanam e, por fim, como o assistente social pode contribuir, através de seu trabalho, para o fortalecimento dos sujeitos inseridos na economia informal.

Para tanto, foram utilizadas as seguintes questões norteadoras:

- Como se materializam as experiências de economia informal no município de Porto Mauá?

- Qual o significado atribuído pelos trabalhadores às experiências de economia informal?
- Quais as expressões de desigualdade e resistência que se manifestam nas experiências de economia informal?
- Como o Assistente Social pode contribuir para o fortalecimento dos sujeitos inseridos na economia informal na perspectiva da garantia de direitos?

A economia informal no município de Porto Mauá se manifesta através do trabalho temporário, precário e de remuneração incerta, com ausência de vínculo formal trabalhista, o que se pôde verificar a partir das falas dos sujeitos da pesquisa. Apesar das condições adversas de trabalho, que subordinam direitos trabalhistas a muito conquistados pelos movimentos sociais e de trabalhadores, o trabalho informal se apresenta como estratégia perante a escassez de oferta de emprego formal. A contradição inerente ao processo de realização de um trabalho precário como forma de “inserção” no mundo do trabalho, mesmo que marginalmente, ficou evidente na fala dos entrevistados.

Sendo assim, o estudo que fundamenta o presente trabalho se propôs a apresentar as **possíveis contribuições do trabalho do assistente social para a economia informal, na perspectiva da garantia de direitos**. Considerando-se que as pesquisas empírica e teórica permitem sistematizar tais contribuições, destacam-se algumas possibilidades de atuação, intervenção e produção teórica desse profissional em prol do asseguramento dos direitos da população usuária de seus serviços.

No que tange à formação profissional, apesar das atuais diretrizes fundamentarem a ação do assistente social no atendimento aos trabalhadores informais, sugere-se, como forma de aprofundar a compreensão a respeito da temática, a inserção de uma disciplina ou de módulos específicos nos cursos de graduação em Serviço Social. Por meio destas alternativas, podem vir a ser estudadas as novas e ocultas formas de exploração e precarização do trabalho,

instigando produções teóricas sobre a informalidade, bem como valorizando a necessidade de inserção de assistentes sociais em práticas voltadas a este segmento da classe trabalhadora.

A partir disso, tornam-se imperativas novas pesquisas que ampliem e aprofundem o estudo do tema, relacionando-o a outras temáticas, a fim de gerar subsídios para alternativas de enfrentamento, principalmente sobre contingentes específicos de trabalhadores informais (tais como os que se inserem em trabalho doméstico, por conta própria, dentre outros). Isto é proposto tendo em vista a expansão dos setores da economia que abarcam e se utilizam do trabalho informal no Brasil, exigindo a necessidade de compreender profundamente o fenômeno, tanto quanto aos sujeitos que os vivenciam com a finalidade de propor políticas interventivas. Ainda, o maior conhecimento sobre a temática viabiliza a realização de capacitação e formação de trabalhadores, inclusive nos níveis universitários, seja contemplando disciplinas nos cursos de graduação, como proposto, ou ainda, ofertando cursos de extensão e especialização que abordem e adensem a discussão sobre a informalidade.

Mais do que premente é a reavaliação conjunta, entre sociedade e governo, sobre as prioridades de investimento dos recursos públicos orçamentários, para que privilegiem iniciativas que estimulem a qualificação e reinserção produtiva de trabalhadores, em especial, àqueles em situações de vulnerabilidade social e econômica. A avaliação de políticas públicas de trabalho e renda, como o Primeiro Emprego, por exemplo, é relevante no sentido de aprimorá-las ou, ainda, redimensioná-las, tendo por finalidade a sua efetividade.

Uma das manifestações mais representadas no decorrer da análise das falas foi a insegurança quanto à aposentadoria, ou seja, ao período em que estes trabalhadores não terão mais condições de prover, por via da venda de sua força de trabalho, a garantia de sua sobrevivência. Atualmente, a estrutura da Previdência Social, um dos tripés da Seguridade Social, garantida legalmente pela Constituição Federal de 1988, privilegia aos seus contribuintes, oferecendo poucas alternativas àqueles postos à margem do mercado formal de trabalho. Para tanto, sugere-se a avaliação, junto à Previdência, sobre a possibilidade de contribuição especial que

preveja antecipadamente interrupções temporárias (por exemplo, o trabalhador de lavouras sazonais). Essa alternativa viabilizaria a elaboração de propostas contributivas destinadas ao trabalhador informal de modo que ele consiga mantê-las.

Mediante a fragmentação da classe trabalhadora, produto da flexibilização, os movimentos sindicais perderam significativamente seu poder de organização e reivindicação. A partir disso, muitos questionamentos podem ser feitos: conseguirão, os sindicatos, romper a barreira que separa os trabalhadores formais dos informais? Serão capazes de estruturar alternativas de ação, na perspectiva da solidariedade de classe, possibilitando a inserção de trabalhadores “fora” da formalidade de vínculos em suas práticas sindicais, representando-os? Enfim, configura-se enquanto um desafio, mas é competência do assistente social mediar, junto às organizações sindicais, possibilidades para essa inclusão. A viabilidade de ampliar áreas de trabalho pode estimular a organização política da classe trabalhadora como um todo, superando a fragmentação e segmentação imposta pelo capital flexível. Sendo assim, estudos realizados em parceria entre sindicatos e universidades poderão não somente fornecer subsídios para o conhecimento sobre os trabalhadores e suas condições e relações de trabalho – o que é de extrema relevância, como já foi tratado -, mas também aportar subsídios que estimulem o processo de mobilização destes sujeitos. Considera-se que o caráter interventivo pode ser potencializado através da pesquisa social, quando se destina a este fim, como é o caso da pesquisa-ação.

A realização da pesquisa que constitui este trabalho demonstrou a reduzida ou ainda, inexistente quantidade de dados empíricos sobre a informalidade, em especial no município objeto do estudo de caso, Porto Mauá, por tratar-se de um município de pequeno porte e de economia essencialmente agrícola. Essas circunstâncias dificultam, quando não inviabilizam, a elaboração de planos, programas e projetos destinados ao enfrentamento das expressões da informalidade. O assistente social pode, e deve, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, participar dos processos de gestão e execução destes. Mas, para que a efetividade destas vias de intervenção seja garantida, ele necessita realizar a análise da realidade onde irão ser implementadas. Para tanto, a disponibilidade e fácil acesso a dados, pesquisas e produções teóricas são

ferramentas que asseguram o pleno atendimento às demandas. Assim, a avaliação sobre a possibilidade de dimensionar, mesmo que de forma aproximada, o número e as características dos trabalhadores informais, tanto quanto das atividades que por eles são exercidas, partindo de investigações realizadas por organismo de pesquisa nacional (como o IBGE), ou de reconhecimento nacional (como FEE e DIEESE) em parceria com universidades, é também uma proposta deste trabalho.

Estima-se, ainda, tendo por base os resultados demonstrados neste trabalho, que os assistentes sociais se debrucem, objetivando o aprofundamento pela pesquisa, sistematização e publicação de resultados, sobre temas particulares e específicos de suas realidades sócio-ocupacionais. Uma temática atual como a informalidade dos vínculos de trabalho, por exemplo, pode ter sido abordada por diversas orientações teóricas e profissionais em grandes centros como Porto Alegre. Porém, é imperioso que direcionemos nosso olhar para além do que está posto, ademais do que está aparente. É nosso desafio profissional ultrapassar os limites que o capital nos impõe, ou a instituição, ou a própria profissão, a fim de que se perceba que é a partir do desvendamento das contradições e do desocultamento de novas demandas que nossa intervenção se qualifica e adquire outros horizontes.

Ao possuir distintas e diversas atribuições e competências profissionais, bem como um projeto ético-político que legitima seu trabalho junto às populações mais vulnerabilizadas, ao assistente social se abre um leque de possibilidades de intervenções. Estas possuem caráter emergencial; de incentivo a organização e formação política dos que se beneficiam de seus serviços, ou ainda, através da pesquisa, gestão, execução e avaliação de políticas, programas e projetos sociais e, tratando-se de formação profissional, junto à atualização constante do currículo acadêmico, necessária na medida em que a realidade em que atua é também dinâmica. O que impera é a relevância de, através do trabalho do assistente social, possibilitar, concretamente, espaços de debate e construção de vias alternativas que, se devidamente cultivadas, venham a frutificar em novas formas de resistência ao capital, mais politizadas e conscientes de sua força social.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta Básica para a Formação Profissional. Novos subsídios para o debate.** Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: MIONE, Apolinário Sales; MATOS, Maurício Castro de; LEAL, Maria Cristina. (orgs) **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos.** Cortez, São Paulo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Entrevista: A práxis do poder e a lógica financista. In: **Jornal da Unicampi.** Campinas, SP. Em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornal/PDF/227pag0607.pdf >

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 12. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

BARBOSA, Rosângela N. de Carvalho. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil contemporâneo.** SILVA, Maria Ozanira Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6, de 1994, - 17. ed. – Brasília: 405 p. – (Série textos básicos, n.25).

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social,** Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Regulamentação da Profissão**, Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993, publicada no DOU de 08 de junho de 1993.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações Sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 2, dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano2/relacoes_sociais.pdf> Acessado em 01 de dezembro de 2006.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A Ideologia do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1992.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Relações sociais no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GASTAL, Susana. Fronteiras e Turismo: tensionando conceitos. **IV SEMINTUR (Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL)**. III Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Caxias do Sul/RS. 7 e 8 de julho/2006. http://www.uces.br/ucs/tp/SemMenu/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT09-1.pdf Acesso em 12 de abril de 2009.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Rev. Ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Instituído pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, por intermédio da Resolução nº. 273, de 13 de março de 1993, publicado no DOU de 30 de março de 1993.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: Uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

DALBOSCO, Eduardo. A imprevidência do informal. In: **Ser Social**. nº. 11. Julho a Dezembro de 2002. p. 193-217.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1986.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

FERRARI, Irany (org.) NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

FERREIRA, Marieta de M. et. al. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1994.

FIORI, José. L. **Os moedeiros falsos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FURASTÈ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 13. ed. Porto Alegre: [s.ed.], 2004.

GALEANO, Eduardo. **Espelhos: uma história quase universal**. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLZMANN, Lorena. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. In: PICCININI, Valmiria Carolina; HOLZMANN, Lorena; GUIMARÃES, Valeska Nahas; CASACA, Sara Falcão [et. al.] **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 71-92.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAURELL, Asa C. (org) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. A questão do trabalho nos tempos atuais. **Desemprego Zero**, Dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br/artigos/a_questao_do_trabalho.pdf> Acessado em 21 de setembro de 2006.

LIEDKE, Elida Rubini. Trabalho. In: CATTANI, Antonio. **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. 4. ed. Rev. Ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: Silva, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. 13. ed. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Coleção A obra-prima de cada autor. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATTOSO, Jorge. “Emprego e Concorrência desregulada: incertezas e desafios”. In: **Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997.

MÉSZÁROS, István. **Teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Ministério da Previdência Social (site). Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=399>> Acessado em 10 de março de 2009.

Ministério do Trabalho e Emprego (site). Disponível em <<http://www.mte.gov.br/default.asp>> Acessado em 10 de março de 2008.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. p.56-87. In: BURSZTYN, Marcel (org.) No meio da rua – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central.** Ponência na 33ª. Conferência Mundial das Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, agosto de 2006. Mimeo.

Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por intermédio da Resolução nº. 130, de 15 de julho de 2005.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho.** Editora Ática: São Paulo, 1987.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.** São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Potyara A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, Apolinário Sales; MATOS, Maurício Castro de; LEAL, Maria Cristina. (orgs) **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos.** São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

PERUZZO, Juliane F. Reestruturação Produtiva e Proteção Social. **Revista Virtual Textos e Contextos.** Porto Alegre, novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano1/politicasocial03.pdf>> Acessado em 30 de outubro de 2006.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Contexto, 1999.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

PRADO, Ney. **Economia Informal e o Direito no Brasil.** In: Carta Mensal, v. 40, n. 477: Rio de Janeiro, dezembro/1994. p.03-56.

PRADO, Antonio. **Reestruturação Produtiva e as transformações no mundo do trabalho.** Disponível em: <<http://www.itcilo.it/actrav/english/calendar/1999/A21555/trabajos/Informes/inf.nac/brasil/dieese1.htm>> Acessado em 20 de agosto de 2006.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da Pesquisa. Artigo. **Revista Temporalis**, n 7. Porto Alegre, ABEPSS, p. 123 - 143, jan./jun. 2003.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: **Revista Temporalis**, Ano V, n. 9, janeiro a junho/2005. p. 131-145.

PRATES, Jane Cruz. Serviço Social, mercado de trabalho e SUAS. In: **II Seminário de Políticas Sociais do Mercosul**. Pelotas: UCEPEL, 2008.

Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Aprovado em Assembléia Geral extraordinária, de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

REIS, Carlos Nelson dos. **Inclusão social: uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas**. In: Revista Virtual Textos e Contextos. n. 4. Porto Alegre. dezembro, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewfile/998/778>>. Acessado em 03 de novembro de 2007.

ROJAS, Juana. **O indizível e o dizível na história oral**. In: MARTINELLI (Coord.) **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço Social**. 12. ed. São Paulo:PUCSP, 1994.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (site). Disponível em <<http://www.stcas.rs.gov.br/portal/index.php> > Acessado em 23 de novembro de 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SERRA, Rose (Org.). **Trabalho e Reprodução: Enfoques e Abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Ozanira Silva; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.) **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

SILVA, Marina Cruz; ZIMMERMANN, Clóvis R. Concepções neoliberais nas políticas sociais brasileiras. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 64, set/ 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/064/64zimmermann.htm>> Acessado em 17 de novembro de 2006.

SPOSATI, Aldaíza. et al. **Assistência Social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal deslocado da economia para a assistência social. **Trabalho Necessário**. Ano 04; nº 04, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Maria%20Augusta%20TN4.htm>> Acessado em 20 de setembro de 2006.

TEIXEIRA, F. J. S. **Pensando com Marx**. São Paulo, Ensaio, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

VALLA, Victor Vicente et. al. (Orgs) **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VELASCO, Erivã Garcia. Juventude e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização. In: **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. Silva, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

WOOD, Thomas Jr. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: 32(4), set/out. 1992, p. 6-18.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
 Faculdade de Serviço Social.
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
 Pesquisa: **Possibilidades de contribuição do trabalho do Assistente Social para a economia informal: estudo de caso de Porto Mauá.**
 Autora: Vanessa Gabriela Saggin.
 Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

Instrumento de Pesquisa 02 Profissional do Serviço Social

Nº. do instrumento:

Data:

Bloco 1 – Dados de identificação:

1.1 Do entrevistado (a).

Nome:..... Sexo: ()F ()M

Idade:..... Escolaridade:.....

Profissão:..... Cargo/função:.....

Instituição:.....

Bloco 2 – Das experiências sobre economia informal no Município e/ou Estado:

2.1 Como o Município ou Estado vêm enfrentando a questão do desemprego estrutural?

2.1.1 Que políticas de inserção produtiva são desenvolvidas pelo Município ou Estado?

2.2 Que tipo de apoio de outras instâncias governamentais vem recebendo?

2.3 Que outros apoios (da iniciativa privada, ONGs, órgãos internacionais etc.) o governo vêm recebendo para incentivo dessa política?

2.4 O que entende por economia informal?

2.5 O que pensa sobre estas alternativas de inserção produtiva?

2.5.1 Qual a posição e postura do governo frente a estas iniciativas?

2.6 Que ações são realizadas pelo poder local ou estadual para inibir ou estimular a economia informal?

2.7 Que experiências deste tipo existem no âmbito local?

2.8 Existe algum tipo de apoio do governo municipal ou estadual a estas iniciativas?

() S () N

2.8.1 Caso sim, quais?

2.8.2 Caso não, por quê?

2.9 Tem conhecimento acerca de iniciativas filantrópicas e/ou da sociedade civil para incentivo de alternativas a inserção produtiva? () S () N

2.9.1 Caso sim, quais?

Bloco 3 – Expressões de desigualdade e resistência:

3.1 Na sua opinião, o que leva os trabalhadores a buscarem a economia informal?

3.2 No seu entendimento, estas iniciativas expressam desigualdades? () S () N

3.2.1 Caso sim, de que tipo?

3.3 Como, a partir de sua compreensão, a comunidade municipal ou gaúcha vê a economia informal?

3.4 Na sua opinião, estas iniciativas podem caracterizar-se como alternativas de resistência? () S () N

3.4.1 Caso sim, porque?

Bloco 4 – Possíveis contribuições do Assistente Social:

4.1 Dentre as suas atribuições está incluso o trabalho com políticas de geração de trabalho e renda e inserção produtiva?

4.1.1 Caso sim, de que forma desenvolve essa atribuição?

4.2 Na sua opinião, o profissional do Serviço Social possui competências que fundamentem suas ações junto aos trabalhadores da economia informal?

4.2.1 Caso sim, quais?

4.3 A partir de sua experiência profissional, compreende que a ação do Assistente Social pode vir a contribuir para o fortalecimento dos sujeitos que participam da economia informal?

4.3.1 Caso sim, de que forma?

4.4. Na sua opinião a formação em Serviço Social (no âmbito da Universidade e/ou cursos de extensão) privilegia as particularidades deste espaço sócio-ocupacional no conjunto de competências trabalhadas? () S () N

4.4.1. Caso sim, qual a sua avaliação a respeito?

4.4.2. Que aspectos na sua avaliação merecem maior atenção ou aprimoramento?

4.5. Sugestões quanto a possíveis contribuições da academia e poder público para a inserção de AS nestes espaços:

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
 Faculdade de Serviço Social.
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
 Pesquisa: **Possibilidades de contribuição do trabalho do Assistente Social para a economia informal: estudo de caso de Porto Mauá.**
 Autora: Vanessa Gabriela Saggin.
 Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

Instrumento de Pesquisa 03 Trabalhadores Informais

Nº. do instrumento:.....
 Data:.....

Bloco 1 – Dados de identificação:

1.1 Do entrevistado (a).

Nome: Sexo: () F () M

Idade:..... Escolaridade:.....

Profissão:..... Cargo/função:.....

Média de renda mensal:.....

Outras fontes/apoio/benefícios:.....

Quantas pessoas dependem da renda:

Onde reside (urbano/rural):

1.2 Condições de vida

1.2.1 Condição de habitação () própria () alugada () cedida

1.2.2 Água () S () N

1.2.3 Esgoto () S () N

1.2.4 Coleta de lixo () S () N

1.2.5 Condições de manutenção () boas () média () precária

1.2.6 Saúde do entrevistado () com problemas freqüentes/crônicos.

() sem problemas.

1.2.6.1 Especificar:.....

1.2.7 Condições de saúde da família () com problemas freqüentes/crônicos.

() sem problemas.

1.2.8 Lazer () S () N, caso sim especificar:.....

Caso não, porque:.....

1.2.9 Alterações nas condições de vida a partir da inserção no mercado informal:.....

1.3 Modo de vida

1.3.1 Participação social: grupos/associações/movimentos () S () N

Caso sim, quais?

1.3.2 Participação em fóruns, programas, conselhos: () S () N Caso sim , quais?

1.3.3 Crenças/valores:.....

1.3.4 Cultura étnica:.....

1.3.5 Alterações no modo de vida a partir da inserção no mercado informal:.....

Bloco 2 – Sobre as experiências de economia informal vivenciadas e seu significado para os trabalhadores:

2.1 Com que idade você começou a trabalhar?

2.1.1 Há quanto tempo trabalha na economia informal?

2.2 Já desempenhou atividades de maneira formal (com registro)? Comente.

2.2.1 Você contribui para a Previdência Social?

2.2.2 Caso sim, há quanto tempo?

2.3 Para você, o que é a economia informal?

2.4 Na sua compreensão, quais os aspectos que você destacaria como positivos e negativos na economia informal?

2.5 Já vivenciou situações de desproteção trabalhista?

2.5.1 Caso sim, comente.

2.6 Para você, o que significa estar inserido na economia formal?

2.7 Já participou de alguma política de geração de trabalho e renda e de inserção produtiva?

2.7.1 Caso sim, relate a experiência.

2.7.1.1 Caso não, por quê?

2.7.2 Já participou de algum tipo de capacitação para inserção produtiva? () S () N

2.7.2.1 Caso sim, como de que tipo e como foi a experiência?

Bloco 3 – Expressões de desigualdade e resistência:

3.2 No seu entendimento, as experiências de economia informal expressam desigualdades?

() S () N

3.2.1 Caso sim, de que tipo?

3.3 Na sua opinião, a economia informal pode ser entendida como alternativa de resistência? () S () N

3.3.1 Caso sim, porquê?

3.4 Na sua compreensão, de que modo as políticas de geração de trabalho e renda contribuem para o fortalecimento de famílias e sujeitos sociais?

Bloco 4 – Possíveis contribuições do Assistente Social:

4.1 Existem Assistentes Sociais trabalhando no município? () S () N

4.1.2 Caso sim, você já foi atendido pelo Serviço Social? () S () N

4.2 Como você percebe o trabalho desse profissional junto a populações vulnerabilizadas?

4.2.1 Na sua opinião, como este profissional pode contribuir junto aos trabalhadores da economia informal?

4.2.2 Na sua opinião, como este profissional pode contribuir no aprimoramento de políticas de geração de trabalho e renda?

APÊNDICE 02

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Estamos realizando a pesquisa que tem por título: **Possibilidades de contribuição do trabalho do assistente social para a economia informal: estudo de caso de Porto Mauá-RS**, com a finalidade de desvendar a realidade vivenciada pelos trabalhadores informais no município de Porto Mauá-RS e os desafios que ela apresenta aos profissionais do Serviço Social, no sentido de dar visibilidade às possíveis contribuições dessa área para o fortalecimento dos sujeitos. Esta pesquisa é referente a nossa formação de mestre em Serviço Social, estando vinculada ao curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Nossas atividades acadêmicas são desenvolvidas vinculadas ao Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS), da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, e poderemos oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 33203500 - Ramal 4114. A orientação acadêmica da pesquisa é realizada pela Professora Doutora Jane Cruz Prates, co-coordenadora deste Núcleo.

Neste trabalho será utilizado um formulário de entrevista com perguntas semi-estruturadas, com a possibilidade desta entrevista ser gravada. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

A pesquisadora Vanessa Gabriela Saggin – Assistente Social e Integrante do NEDEPS/PUCRS, se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____ concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Porto Alegre, _____ de 2008.

APÊNDICE 03

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
 Faculdade de Serviço Social.
 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado em Serviço Social.
 Pesquisa: **Possibilidades de contribuição do trabalho do Assistente Social para a economia informal: estudo de caso de Porto Mauá-RS.**
 Autora: Vanessa Gabriela Saggin.
 Orientadora: Dra. Jane Cruz Prates.

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL:

1. Identificação do documento

Tipo de documento:

Local e Data:

Referências:

2. Breve Resumo:

3. Contexto em que o documento foi produzido:

4. Elementos que lhe aportam legitimidade.

5. Conceitos apresentados (implícitos e explícitos).

6. Forma de utilização dos conceitos: (relações estabelecidas, reduções, fundamentação, etc).

7. Valores explicitados (princípios, orientações ético-políticas, opções).

8. Orientações teórico-metodológicas e técnico-operativas.

9. Posição quanto ao objeto.

10. Posição quanto ao instrumental.

11. Posição quanto aos produtos.

12. Identificação de condicionantes.

13. Dados de realidade utilizados e fontes.

14. Explicitação de habilidades, competências e atividades privativas.

15. **Obras referenciadas** ou explicitação de **fontes** de consulta.

16. Outras **observações** relevantes.

APÊNDICE 04**ORÇAMENTO**

Especificações	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Folhas A4	500 fls – 5 pcts de 100 fls	R\$ 13,00	R\$ 65,00
Cartucho para impressora HP 680 Deskjet	01	R\$ 80,00	R\$ 80,00
Fitas Cassetes	04	R\$ 4,00	R\$ 16,00
Pilhas	04	R\$ 5,00	R\$ 20,00
Canetas	03	R\$ 2,00	R\$ 6,00
Transporte (Vale-transporte)	20	R\$ 2,10	R\$ 42,00
Transporte inter- municipal	02	R\$ 80, 00	R\$ 160,00
Fotocópias	Indefinido	–	R\$50,00
Matérias diversos (livros, revistas...)	indefinido	–	R\$ 200,00

TOTAL DO VALOR ESTIMADO R\$ 639,00

Os itens acima relacionados serão destinados à confecção do material necessário para a realização desta pesquisa, sendo total responsabilidade das pesquisadoras arcar com as despesas referentes a este, não sendo necessária à utilização de nenhum recurso da instituição para aquisição de tais materiais.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)